

**Ladislau Dowbor**

# **O mosaico partido**

**( a economia além das equações)**

**São Paulo, 22 de Agosto de 2004**

<b>PARTE I - MOSAICOS DO PASSADO .....</b>	<b>4</b>
<i>Inícios .....</i>	4
<i>Estudos .....</i>	8
<i>Tempo de luta .....</i>	13
<i>Polônia .....</i>	17
<i>Rumo ao Sul.....</i>	20
<i>A volta.....</i>	24
<i>Nicarágua, Nicaraguíta.....</i>	27
<i>Gerações.....</i>	29
<i>Poder local .....</i>	31
<i>A era da globalização.....</i>	34
<i>Ciência, vivência, consciência.....</i>	40
<b>PARTE II - O MOSAICO DO FUTURO.....</b>	<b>42</b>
<i>Novas dinâmicas, outros conceitos.....</i>	42
<i>Do grande relógio à sociedade complexa .....</i>	46
<i>Da grande visão às alternativas viáveis .....</i>	47
<i>A articulação dos objetivos econômicos, sociais e ambientais .....</i>	47
<i>A articulação do Estado, empresas e sociedade civil.....</i>	48
<i>Objetivos sociais e direitos democráticos: da assistência à participação .....</i>	48
<i>O controle empresarial: do poder difuso ao poder hierarquizado.....</i>	49
<i>A fragilização do Estado .....</i>	49
<i>O contrapeso da sociedade civil.....</i>	50
<i>Do tripé estatal ao tripé social .....</i>	51
<i>Da sociedade manipulada à sociedade informada.....</i>	51
<i>Da filosofia da pirâmide à filosofia da rede.....</i>	52
<i>A diversidade das soluções institucionais .....</i>	52
<i>A urbanização e a dimensão espacial dos objetivos sociais.....</i>	53
<i>A desintermediação do Estado .....</i>	54
<i>Das classes redentoras à visão de atores sociais e de cidadania.....</i>	55
<i>"Nós" e "eles": a nova importância do corte ético.....</i>	55
<i>Do corte ético à cultura do poder.....</i>	57
<i>Projeto político e mecanismos econômicos.....</i>	59
<i>Entre o capitalismo global e a legitimidade interna .....</i>	59
<i>Da exploração do trabalho à miséria global.....</i>	60
<i>Do crescimento ilimitado aos recursos finitos .....</i>	61
<i>Das relações de produção ao conteúdo da produção .....</i>	61
<i>Da qualidade total à hierarquização do trabalho .....</i>	62
<i>Da fábrica à produção de intangíveis .....</i>	63
<i>Da produção fabril aos serviços sociais.....</i>	64
<i>From manufacture to knowledge economy.....</i>	64
<i>Do espaço global aos espaços locais .....</i>	65
<i>Poder empresarial e poder do cidadão .....</i>	66
<i>A nova dimensão do tempo social .....</i>	67
<i>O foco de ação: construir a inserção dos excluídos.....</i>	67
<b>PARTE III - O MOSAICO RECONSTRUIDO.....</b>	<b>72</b>
<i>A esquizofrenia institucionalizada.....</i>	73
<i>Identidades .....</i>	75
<i>Identidade e cultura.....</i>	77
<i>Ventos de mudança.....</i>	88
<i>EPÍLOGO.....</i>	91

SUGESTÕES DE LEITURA .....94

## PARTE I - MOSAICOS DO PASSADO

*E o homem da universidade imagina que tem  
de reprimir a emoção para produzir...*

Milton Santos

A economia ajuda a formar a nossa visão de mundo, mas não pode constituí-la. Porque as dimensões econômicas representam apenas um segmento do que somos. A riqueza explicativa, por outro lado, vem do fato que o poder e a dinâmica de transformação da sociedade se estruturam em torno de interesses econômicos. Quem não entende os processos econômicos, acaba não entendendo coisas tão elementares como porque somos capazes de façanhas fenomenais como as viagens no espaço, mas somos incapazes de reduzir a tragédia de 11 milhões de crianças que morrem anualmente de fome e outras causas absurdas, ou ainda de conter o ritmo de destruição ambiental do planeta. Já estamos tentando brincar de criadores clonando a vida, mas não somos capazes de resolver o problema do carrapato.

A compreensão da economia, por sua vez, é apenas parcialmente um processo técnico. Conjugam-se e articulam raízes emocionais, história vivida, meio social e *também* instrumentos técnicos e visões teóricas. Os processos de elaboração intelectual não flutuam no ar, não são isolados. O que é realmente interessante, não é a caminhada científica em si, e sim como esta caminhada se cruza com os dilemas simples que cada ser humano enfrenta. Che Guevara escreveu em algum lugar que um político que não sabe parar para amarrar o sapato de uma criança, não entendeu grande coisa. Muita gente entendeu mais do mundo vendo *O Diário de uma Motocicleta*, do que lendo compêndios de economia. No centro mesmo da nossa estranha aventura humana, estão os valores, a nossa fragilidade ou generosidade individual, a nossa capacidade ou impotência em termos de organizar uma sociedade que funcione.

A visão da economia que apresentamos a seguir, aparece como a reconstrução de uma biografia. Seria, digamos assim, o retrato de uma vivência, de uma pessoa que não optou por ser economista por gostar particularmente de economia, mas que entendeu que sem entender de economia deixaria de entender muitas outras coisas.

Fazer um tipo de economia autobiográfica pode parecer um exercício narcissista. Somos todos um pouco propensos a achar que a nossa vida é interessante. A motivação real resulta aqui da convicção de que a economia vivida pode ser mais real do que teoria econômica sobre uma sociedade hipotética.

### **Inícios**

Nasci na França, em 1941, de pais poloneses, numa casa de jogos na fronteira espanhola. É provavelmente difícil um brasileiro imaginar o que era nascer na Europa em 1941, no meio de um conflito que ceifou 60 milhões de pessoas. Nascia-se onde se podia. Como a Espanha era de moralidade elevada, as pessoas ricas iam jogar e se divertir na França, e

assim o regime franquista semeou os Pireneus de cassinos. Os meus pais, que tinham participado da I Guerra Mundial, e na Segunda já não se entusiasmavam com os hinos patrióticos, fugiram dos alemães pelo sul da Polónia, foram parar na França, e continuaram fugindo para o sul à medida que os alemães avançavam. Assim fui nascer nos Pireneus, na fronteira espanhola, numa casa de jogos. Tudo tem as suas razões.

Nascer no estrangeiro é marcante, porque já se nasce fora de lugar. Ou seja, a criança já é obrigada a tomar consciência de como é, pois as crianças, que reagem agudamente a qualquer diferença, de roupa, sotaque ou cultura, têm com uma criança estrangeira um prato cheio. Assim, desde os primeiros anos, vão se confrontando culturas: nada é realmente espontâneo, natural, óbvio, pois cada coisa é vista de uma forma em casa, e de outra forma na rua. Em casa era pai e mãe, a Polónia, a religião, os valores. Na rua e na escola, outra cultura, outros valores. Não havia um sistema “natural” de valores, e sim a possibilidade de diversas valorações para cada coisa. Desde pequeno, a necessidade da escolha. Dificulta, mas também enriquece. Somos todos entulhados de visões simplificadas, que aceitamos porque todos aceitam, mas que quando submetidas a um pouco de reflexão se mostram sem sentido. Voltaremos a isto.

A guerra é outro fator. Todo europeu é marcado por ela. Marcado em particular pela profunda convicção de que qualquer homem, rico ou pobre, educado ou não, em determinadas circunstâncias pode se tornar herói, e em outras vira bicho. De ver as aberrações de que o ser humano é capaz em certas circunstâncias, perde-se a visão do “homem bom” e do “homem mau” como determinantes do comportamento. Podemos, e seria normalmente mais fácil, ou confortável, simplesmente optar. Podemos achar que os israelenses são bons, e os árabes maus, no conflito da palestina. Ou tomar partido contra ou a favor dos sérvios, na ex-Iugoslávia. Ou ainda apoiar o Iraque contra Bush. Visto desta forma, e por mais que utilizemos argumentos científicos, o mundo acaba sendo uma versão sofisticada dos filmes de mocinho e bandido. Na realidade, não se trata simplesmente de gente boa e má. Segundo o ditado, o homem é as suas circunstâncias. Mais importante do que glorificar o bom ou perseguir o mau, é pensar nas circunstâncias, no contexto que constrói ou destrói as relações sociais. Presenciar a guerra, desde pequeno, e viver as suas consequências, marca profundamente.

Em 1951 chegamos ao Brasil, pois meu pai, um engenheiro metalúrgico, tinha sido contratado pela siderúrgica Belgo-Mineira, em João Monlevade. Ficamos ali na Vila dos Engenheiros, e era um choque para mim, o primeiro choque no Brasil, de ver um universo tão profundamente dividido entre os de cima e os de baixo, entre a Vila dos Engenheiros e a Vila Tanque, onde viviam os trabalhadores. A grande impressão de quem chega da Europa, realmente, é de que a divisão em *Casa Grande* e *Senzala* continua intacta, por mais tecnologia moderna que se introduza. De certa forma, sedimenta-se outra idéia, que se tornaria consciente mais tarde, de que modernidade é uma forma digna de relações humanas, e não abundância de máquina ou automóvel. Os residentes de Alfaville, condomínio chique de São Paulo, gostam talvez da sua ilha. Uns acham que chegaram a algum lugar, outros são conscientes do absurdo. Os que vivem em volta do condomínio já chamam os seus bairros de "Alfavela". Este tipo de modernização leva a algum lugar?

Meu pai nunca gostou do autoritarismo dos luxemburgueses, proprietários da imensa usina de Monlevade. Expôs-me um dia um plano simples de melhoria da produtividade da laminação, corrigindo um erro estrutural da fábrica. Perguntei-lhe o que acharam na diretoria: olhou-me surpreso, pois não iria comunicá-lo à diretoria, não era do seu interesse. Marcou-me muito a atitude, pois me parecia óbvio que uma pessoa que vê uma forma de melhorar algo tomaria providências para fazê-lo. Na visão do meu pai, obviamente, a fábrica era “eles”, o outro lado da cerca, outro mundo. Assim um engenheiro numa empresa estava ao mesmo tempo dentro e fora, cumpria a sua obrigação e recebia o seu salário, mas não ia além. Cada lado cumpria apenas a sua obrigação. Um dia solidarizou-se com um trabalhador contra um engenheiro alemão. Pouco tempo depois procurava emprego em São Paulo. A fábrica também dividia o mundo em “nós” e “eles”. As divisões não foram inventadas por Karl Marx.

Enquanto o meu pai abria espaço em São Paulo, ficamos em Belo Horizonte, onde estudei no Colégio Loyola, morando na Gameleira. Minha mãe era médica. Em plena avenida Afonso Pena, uma mendiga, com um bebê evidentemente subnutrido nos braços, veio lhe pedir esmola. Minha mãe viu a criança, armou um escândalo, não arredou o pé enquanto não chamaram médico, ambulância, o diabo. Eu, com 11 anos, puxava a minha mãe pelo braço, morrendo de vergonha. Mas ela era assim, não tolerava o intolerável, e não tinha nenhum medo de escândalo. Certas coisas simplesmente não se aceitam. Ainda hoje, vinte anos após a sua morte, sinto como que a presença da sua solidez. É preciso dizer que já para se formar médica nos anos vinte, uma mulher tinha de ser um bocado mulher.

A solidez da minha mãe não foi suficiente para ela se adaptar ao cotidiano do Brasil. Ou talvez a sua capacidade de se indignar fosse demasiada. Com a morte de Stálin, decidi voltar para a Polônia, preparando o retorno da família. O retorno não aconteceria. Efeito indireto da guerra, enquanto o segmento brasileiro da família engrenava na realidade local, ela foi sendo reabsorvida pela família na Polônia. Como o meu pai trabalhava em empresas do interior, eu e meu irmão, ambos adolescentes e já instalados em São Paulo, passamos a viver a ampla liberdade da vida nas pensões da cidade, gozando intensamente as esquinas, os bares, os jogos de futebol nas várzeas, toda uma dimensão de vida e uma riqueza de convívio que compensavam amplamente a perda da vida familiar organizada. Era a riqueza cultural brasileira digerindo rapidamente as heranças européias, como tinha feito com tantas gerações de imigrantes. E pessoas são simplesmente pessoas, seja qual for a sua origem.

As emoções andam por caminhos desconhecidos. Apaixonei-me desesperadamente por uma moça judia, de origem polonesa como eu. O pai, ao descobrir que a filha andava com um *goi*, mandou-a sumariamente para Israel, para que conhecesse rapazes sérios. A Europa e os seus ódios continuavam ativos no Brasil, e nos colhiam, a mim e à Pauline, com toda força. O pai tinha perdido a família na Polônia, e não perdoava que a filha não herdasse os seus ódios. Trabalhei um ano inteiro, era 1963, tentando juntar dinheiro para encontrá-la em Israel, numa época em que viajar para a Europa era um acontecimento.

Como meu pai trabalhava na Açonorte, em Pernambuco, fui trabalhar no Recife, onde me tornei repórter do Diário da Noite e do Jornal do Comércio.

Escrevia bem, e com pouco tempo o jornal me nomeou para acompanhar o setor dos usineiros. Quando me apresentei para colher material, a associação dos usineiros ofereceu-me em dinheiro o dobro do que eu ganhava no jornal. Explicaram que era normal, o jornal tinha me feito um favor, e os jornalistas que cobriam a área recebiam esta ajuda. Recusei a ajuda, e o chefe de redação comentava rindo que um dia na imprensa brasileira ainda haveria espaço para este tipo de recusas. Na realidade, não era apenas a corrupção institucionalizada que me chocava. O impacto da miséria do Recife era violento, e o fervilhar de idéias do governo de Miguel Arraes gerara na cidade uma nova dinâmica cultural. Como repórter, apesar da pouca idade, encontrava Paulo Freire, Celso Furtado, Gilberto Freire, Ariano Suassuna e outros personagens que, de diversas formas, alimentavam reflexões sobre a realidade nordestina e brasileira. Encontrei no Movimento de Cultura Popular gente da minha idade, muito mais politizada, se dedicando intensamente a transformações sociais. Girara o caleidoscópio na minha cabeça, apareceu um conjunto de novos pontos de referência, meu gosto pela filosofia e pela linguística foi substituído pelo da economia. Queria entender as coisas, os porquês, os mecanismos, e já estava convencido que nas dinâmicas econômicas estariam as raízes dos problemas sociais.

Uma noite o meu pai, que morava junto da Açonorte, veio ao Recife e me convidou para jantar. Fomos comer uma lagosta. Na porta do restaurante uma criança visivelmente passando fome. Jantei para não chatear o meu pai, mas o dilema ético tornou-se cristalino na minha cabeça: uma pessoa que janta uma lagosta e deixa uma criança com fome só tem dois caminhos, ou muda os seus valores e acha normal o consumo de luxo frente à fome de uma criança, ou tenta mudar a situação que gera estes absurdos. Com o tempo viria a conhecer complexas montagens teóricas que tentam mostrar que a pessoa que consome dinamiza a economia, passes de mágica que permitem transformar o egoísmo em altruísmo e passam um pano quente na consciência. Mas na época não conhecia as teorias, e a juventude tem a hipocrisia social pouco desenvolvida. Nem sempre, aliás.

Pouco depois deste evento li um livro simples e bom, que demonstrava que a caridade de uma moeda na rua é boa, mas melhor é gerar organizações que apoiem os pobres, e melhor ainda criar instituições justas que impeçam a pobreza de surgir. São diferentes níveis de caridade. Para mim, o “norte” ético estava definido, sem nenhuma leitura de Marx, por simples raízes cristãs e valores herdados da minha mãe: a pobreza é o escândalo maior, e as medidas individuais não bastam.

O convívio com a dura realidade nordestina me deixou claro também outro fato, a impotência dos pobres: a partir de um certo nível de destituição, os pobres perdem a autonomia de construção do seu espaço na sociedade, tornam-se excluídas. No jogo da vida, é compreensível haver gente com mais ou menos sucesso. Mas para jogar, é preciso pelo menos ter uma ficha, o capital inicial, sob forma de saúde, de educação, de dinheiro ou o que seja. Não se trata realmente de caridade. Trata-se do simples direito, enquanto ser humano, de participar do jogo social, de aceder ao ponto de partida. A economia trata

dos mecanismos que regem o comportamento dos agentes econômicos. E quem não é agente econômico? Na época, é claro, esta visão era confusa. Gradualmente, no entanto, amadureceria a compreensão de que um economista no seu gabinete raciocínia sobre como a pessoa otimiza o uso do seu dinheiro, escolhe entre a bolsa ou o dólar e assim por diante, mas dificilmente colocará nas suas teorias a situação particular dos milhões de destituídos que não têm escolha nenhuma.

## Estudos

Em fins de 1963 viajei para Israel. Com 230 dólares, no vôo da Tap que oferecia desconto para jornalistas, cheguei a Lisboa, seguí de carona até Nápoles, de onde um velho e tradicional barco fazia a rota para Haifa. O navio era repleto de judeus que iam visitar a sua nova pátria, e as noites ressoavam a cantos hebráicos. Com mais dois dias de carona estava em Eilat, no golfo de Akaba, com Pauline. A vida não é novela. Como dois cegos tasteávamos à procura um do outro, pois ambos havíamos amadurecido, um ano de adolescente é uma eternidade, eram duas novas pessoas que tinham de reconstruir a sua relação. Em um ano de separação Pauline não havia recebido uma carta minha que não tivesse sido aberta antes, o pai mandara lhe retirar o passaporte para que não pudesse sair do país. Ela não podia sair, e eu não podia ficar porque era turista, não-judeu, com visto de tres meses. Aprendíamos a dura realidade: a sociedade está organizada em torno a documentos, não em torno a pessoas. E o que é uma organização social que não respeita a pessoa?

Através de amigos, numa rede de solidariedade clandestina que existia na época, fomos trabalhar numa plantação à beira do mar Morto, em Neot-Hakikar. Trabalhando com excelentes agrônomos, aprendí a cultivar tomates, tâmaras e outros produtos, a aplicar irrigação por gotejamento e outras tecnologias incipientes na época. No calor terrível da região, desértica e quase 400 metros abaixo do nível do mar, ninguém pedia documentos, e pagavam bem.

Alí ouvimos no rádio o relato do golpe de Estado de 1964, que veio reforçar a indignação, a vontade de mudanças. Aumentar o salário mínimo e conceder aos trabalhadores rurais terra para trabalhar, duas propostas óbvias e muito pouco subversivas, haviam sido suficientes para levar a classe dirigente brasileira a promover um golpe. Ficou cristalina para mim a ponte entre a economia e a política: se você aceita a miséria da maioria, e portanto se apresenta como povo bem comportado, não há problemas de se manter a democracia. Mas se houver ameaça de se utilizar a democracia para redistribuir a renda, cria-se a ditadura. Ou seja: para ter acesso à renda, o povo precisa da democracia. Mas para ter direito à democracia, não pode reivindicar a renda. Gera-se assim este monstro curioso que hoje vivemos, de um sistema democrático de exclusão econômica e social.

Os israelenses discutiam conosco a tragédia de mais esta ditadura militar latino-americana. E voltávamos a trabalhar na colheita de tomates. Em volta de mim e de Pauline, perdidos neste universo, havia outros perdidos, os beduinos, que eram utilizados para a colheita mas não participavam da política, da vida social. Os israelenses sentiam

pena de nós, submetidos a uma ditadura. Mas não viam os problemas no próprio quintal. Os errados são sempre os outros.

Aprendi hebraico, e me emocionava viver a bíblia ao vivo, ao subir o passe do Escorpião no deserto, ou ao tomar a água fresca de Ein Gedi enquanto relembra as palavras da sulamita, do *Cântico dos Cânticos*: "como um fardo de mirra é para mim o meu amado, repousando entre meus seios; como um ramo de alfena é o meu amado para mim, nos vinhedos de Ein Gedi". Na bíblica Beer Sheva, frequentávamos um bar, nos limites deserto do Negev, bastante decrépito, e que abrigava sempre alguns desorientados e as últimas quatro prostitutas da região. O nome do bar era eloquente: *The Last Chance*.

Não nos queixávamos. Estar dentro do sistema, agitar-se e ganhar dinheiro pode ser interessante. Estar fora do sistema e viver pode ser interessante também, além de romântico. Casar os dois não seria mais interessante ainda? Ter de escolher entre um e outro tem lógica? Levaria décadas para entender que não se tratava de devaneios adolescentes: Casar as necessidades da economia com a nossa dimensão humana continua sendo o desafio essencial do mundo que construímos. A eficiência, se não constrói um mundo agradável em termos do cotidiano concreto da nossa vida, é uma bobagem. Gera tecnocratas ricos, solitários e frustrados, que nos cansam com a sua competência.

Sempre gostei de linguas. Aprendi o polonês em casa, depois o francês. O português veio naturalmente com a mudança para o Brasil. O inglês aprendi na escola, por simples gosto, e mais tarde aprenderia o espanhol, o italiano e o russo. O hebraico bíblico me chegou por uma situação absurda. Com Pauline tentávamos casar, não que dêsemos tanta importância ao ato, mas para que ela pudesse ter direito ao passaporte brasileiro (eu já estava naturalizado) e sair do país. Para evitar misturas inconvenientes, Israel não permite casamentos que não sejam religiosos, nem entre religiões diferentes. O resultado prático é que ela passou a tomar aulas de catecismo, e eu passei a frequentar um rabino numa escola religiosa, e a nossa visão ingênua era de que nos casaríamos na religião que saísse primeiro. Sondamos ainda a possibilidade de nos convertermos ambos ao islamismo, mas não tínhamos contatos nesta área.

Paralelamente batíamos consulados e embaixadas tentando descobrir alguém que colocasse um visto no documento provisório que Pauline havia recebido. Finalmente uma admirável consulesa da Dinamarca, emocionada pela situação de Pauline, que se sentia enjaulada em Israel, deu um visto de tres meses em condições bastante irregulares. Com isto pudemos obter um visto para a Italia. Pauline criara ódio por Israel, pelo controle permanente que ali sofrera, e queria desesperadamente sair, se sentir livre, dona de si. Trocando de taxis, na melhor tradição dos filmes policiais, só que fugindo de uma coisa tão prosaica como o controle familiar, embarcamos em Haifa.

Não há dúvida que tudo isso tem uma certa dimensão de novela. Com um pouco de distância, é muito impressionante ver como uma pessoa pode ser destituída dos seus direitos, simplesmente porque não tem os documentos apropriados. Como pessoas que sofreram perseguição podem se tornar implacáveis perseguidores, como vítimas de

racismo podem passar a viver do racismo. Ao ver como os judeus europeus discriminam em Israel os judeus de origem africana – aliás brancos como eles mas chamados de “pretos” – ou como inculcam às suas crianças uma visão racista dos árabes, fui gradualmente entendendo a que ponto as raízes emocionais e irracionais da política são poderosas. E ficou clara para mim uma verdade sociológica: direitos não organizados não se materializam, não existem, ainda que sejam essências.

A Itália só concedera a Pauline um visto de trânsito, a caminho da Dinamarca. A Suíça e a Alemanha não aceitaram dar nem visto de trânsito, foi preciso gastar as nossas economias no bilhete de avião de Milão para Copenhague, onde Pauline ficaria na casa de amigos que trabalharam conosco no Mar Morto. Eu arrumei um emprego de motorista de caminhão na Suíça, e a cada duas semanas atravessava a Alemanha para ver Pauline. A paixão é uma força impressionante. Hoje, quando lembro as noites na beira da estrada, pedindo carona aos caminhões que passavam numa nuvem de neve e lama gelada, ainda balanço a cabeça. E ainda hoje acho que quem não tem estas loucuras tem um parafuso a menos. Antes de sair da Itália, tiramos uma foto, eu e Pauline, abraçados entre os pombos, na Piazza del Duomo. A foto ficou boa, mandamos para a família dela. O pai, soube depois, ficou possesso. A mãe, como mãe, viu outra coisa na foto: Pauline estava com frio.

Com mais alguns meses, a família de Pauline decidiu dar-se por vencida, enviaram-lhe um passaporte. Pauline não acreditava. Podia viajar, atravessar uma fronteira, já não era uma ameaça para as autoridades. Instalamo-nos em Lausanne, na Suíça. Saíamos do Mar Morto para o Lac Léman, com cisnes educados e graciosos, e uma universidade que aceitava alunos com a naturalidade do direito adquirido, sem luta sangrenta por uma vaga. A *Escola de Lausanne*, conhecida no universo econômico, formava bons banqueiros, na melhor tradição de Walras e Pareto. Uma boa escola neoclássica, com muita história, direito, matemática, teoria. Não sei o que é mais rico: a cultura que se aprende num novo país, ou os estudos. De toda forma, hoje entendo que conhecer diversos países é absolutamente fundamental, até mesmo para que o próprio estudo teórico tenha vivências concretas sobre as quais possa se sedimentar, para não sair em órbita. E estas vivências são diferenciadas, dependem de culturas, tradições. Em boa parte, a tendência de aplicar esquemas simplificados em termos de teoria econômica está seguramente vinculada ao insuficiente conhecimento, por parte dos teóricos, da diversidade social. Tentar entender a economia sem entender a sociedade não dá muitos resultados.

Aprendi o esquema geral, me diplomei em economia política. Começava a entender as coisas, e quanto mais entendia mais ficava irritado. São coisas simples. O tratado de Versalhes, por exemplo, finalizando a I Guerra Mundial, dividia o Oriente Médio em povos com capacidade política, e outros com necessidade de tutela pela Inglaterra e outras potências. As reservas conhecidas de petróleo coincidiam rigorosamente com os povos a serem tutelados. É o cinismo institucionalizado, sempre apresentado com rebuscados argumentos científicos, e amplas justificativas humanistas. Uma história do Vaticano liquidou qualquer ilusão que eu pudesse ter sobre as santidades. A máquina militar de Hitler se viu solidamente apoiada por empresas como General Motors, a gestão

dos campos de concentração era assegurada pelo equipamento da IBM, enquanto boa parte dos grandes bancos suíços, franceses e outros se apropriavam de bens dos desaparecidos. Não se trata do cinismo do passado. Foi preciso esperar 1999 para bancos suíços começarem, sob pressão, a ressarcir os seus clientes espoliados, e o ano 2000 para a Caisse de Dépôts et Consignations, da França, começar a devolver bens roubados, também sob pressão de denúncias. Nos anos 1990, discretamente, a General Motors receberia uma indenização de centenas de milhões de dólares, porque a sua fábrica na Alemanha tinha sido bombardeada pelos aliados. Fábrica onde se produziam, durante a guerra, motores para os veículos militares alemães. Em 2003, no filme *The Corporation*, Michael Moore viria dar notoriedade à participação da IBM na guerra. A manutenção das máquinas da IBM nos campos de concentração, explica hoje a IBM, era uma obrigação contratual. *Just business...*

Nada como conhecer as coisas. A história é um poderoso instrumento que permite que a teoria econômica seja vista nas suas dimensões reais, separando os argumentos teóricos válidos da retórica racionalizadora que visa simplesmente justificar interesses dos mais fortes.

Paralelamente, abri uma janela para a área da educação. Tive a sorte de conhecer Piaget, seguramente um dos gigantes da teoria do conhecimento. Para o seu último curso, Piaget, já idoso, convidou matemáticos, biólogos, economistas e outros para discutir metodologias científicas. Fui dos felizes convidados, em parte graças a Pauline que estudava com ele, em Genebra. Era impressionante ver o paralelo entre os procedimentos de Marx numa área, e os de Piaget em outra. Em vez de medir a inteligência com testes quantitativos, na linha do QI norte-americano, Piaget se concentrava no processo evolutivo da inteligência. Em vez de considerá-la como estoque acumulado, entendeu que resultava de um processo dialético de interação entre o indivíduo e o mundo que o cerca. Em vez de conceber uma evolução linear, mostrava como acúmulos pontuais levavam a mudanças qualitativas, a saltos de inteligência que delimitavam fases. Era fascinante, pois Piaget fazia a ponte com as diversas áreas científicas. Foi um momento privilegiado, que costurou os meus estudos de economia com o universo científico mais amplo. Aprendi a importância do método, e entendi que a economia é importante, mas não suficiente.

Lia Marx, os livros novos que saíam da editora Maspéro, fervia a indignação de todos com a guerra do Vietnã. Não que a guerra fosse pior que as outras, mas a gigantesca dose de hipocrisia dos americanos aumentava a indignação. De certa forma, a dimensão das mentiras varreu do mapa a credibilidade americana, a fachada simpática das multinacionais, fazendo-nos perder, inclusive, a compreensão das dimensões positivas que pudessem ter. Os americanos tinham o seu demônio, Moscou; nós tínhamos o nosso, os americanos. Tornamo-nos assim de certa maneira comunistas, não por querer, ou sequer entender bem o que se passava nestes países, mas pelo fato que a polarização ideológica empurrava quem não estivesse de um lado para o outro. Se havia tantas mentiras, e eram evidentes no caso do Vietnã, o que haveria de verdadeiro no caso das denúncias contra o comunismo? Um pouco de leitura de história apontava para o apoio que os governos americanos sempre deram às ditaduras sangrentas de Batista, Somoza, Papa Doc, Mobutu, Suharto, Pahlevi e tantas outras. Estamos aqui falando de milhões de

mortos, de bilhões de dólares de dólares em fortunas pessoais dos ditadores, de rapina generalizada de riquezas nacionais através de alianças de ditadores locais com as empresas transnacionais e a máquina de governo dos Estados Unidos e de outros países ricos. Arvorar-se em defensores da liberdade e dos direitos humanos, francamente...

Acho que a dimensão ética sempre foi subestimada. Boa parte desta juventude que se agitava na Europa, como nos outros continentes, recebia dos seus pais grande quantidade de eletrodomésticos e uma herança moral abaixo do nível do mar. Os pais achavam que tinham se sacrificado, que os filhos se queixavam de boca cheia, mas a parte mais generosa desta juventude queria outra coisa. E na linha das simplificações que dominaram o século XX, quem se rebelava no Leste era laçao do capitalismo, e quem se rebelava no Ocidente era agente de Moscou. A política passava a se resumir à opção entre um tipo de banditismo político e outro. E as teorias econômicas correspondentes, o planejamento de um lado, e o liberalismo de outro, apareceriam como um verniz teórico que mal recobria a truculência realmente existente: o liberalismo se transformou rapidamente no poder centralizado das grandes empresas transnacionais, o socialismo real reproduziria simetricamente a centralização do poder econômico através do Estado.

Estava em Paris quando a França parou, em maio de 1968. Era muito impressionante ver o povo na rua, os bairros se organizando para gerir os seus interesses de forma direta. É difícil reconstruir um sentimento abstrato mas poderoso, quase palpável na época, de gente se ajudando uns aos outros, de liberdade e de solidariedade misturados. O sentimento varreu o planeta, de Paris, a Woodstock, e chegou até a abrir algumas frestas de luz na ditadura então vigente no Brasil. Era como se descobríssemos que era legítimo ter sentimentos que iam além da busca organizada e disciplinada de alguns porcentos de aumento do Pib.

Produções artísticas eram expostas diretamente na rua, conversava-se de tudo e de nada com desconhecidos. Um imenso painel de afetividade contida havia sido destampado, liberando um universo de convivialidade, e revelando o deserto frustrante de vidas centradas mais no dinheiro do que na vida.

De Gaulle, assustado com a mudança que atingia inclusive as polícias e o exército, foi para Estrasburgo para discutir o eventual apoio do exército alemão. Entre a pátria e a defesa da propriedade, não havia dúvida nenhuma: de repente já não havia distâncias entre os dois exércitos.

As manifestações foram amplas no planeta em geral, apontando para uma falência moral do sistema. De repente, ficava transparente esta mistura de força e fragilidade que enfrentávamos.

Sabíamos, de certa forma, onde estava o mal, mas não onde estava o bem. Por polarização natural, apoiávamos o comunismo, mas era por um nivelamento artificial do anti-americanismo. Cuba foi, neste sentido, um imenso polo de atração, experiência transparente, finalmente uma ética na política, um objetivo social claramente definido. Não era, como tanto acreditaram os órgãos de segurança do Brasil, questão de

propaganda comunista. Tratava-se da única opção decente a se apoiar, frente às injustiças, corrupção e bandidagem política dos regimes sulamericanos. Injustiças, corrupção e bandidagem política que, aliás, continuam em boa parte intactas.

Como tantas tentativas de transformação social do século XX, Cuba seria vítima da guerra fria: foi conscientemente empurrada pelos norte-americanos para um extremismo que não procurava, e habilmente amarrada, pela própria necessidade de sobrevivência, aos interesses soviéticos. Não haveria espaço para meio-caminho, o mundo tinha de ser *USA* ou *URSS*. Não sendo pro-americana, Cuba tinha de ser pro-soviética. Como pro-soviética, foi declarada inimiga mortal. Uma ilha relativamente pequena, isolada do mundo, endurecida politicamente pelas próprias agressões, asfixiada pelo bloqueio, não funcionaria. O processo é interessante: a experiência é inviabilizada, e como se demonstrou inviável, se prova que o modelo não funciona. E como se empurrou a ilha nos braços da União Soviética, estaria se demonstrando que o comunismo em geral não funciona. Batista, Somoza, Mobutu, seriam amigos da democracia. Cuba seria anti-democrática. O povo cubano virou um simples pião: o importante era ganhar pontos na grande estratégia mundial. Pobre Cuba: *Tan lejos de Dios...e tão perto dos Estados Unidos*.

### **Tempo de luta**

Um grupo de estudantes e professores brasileiros reunia-se em Paris. Eu, que financiava os meus estudos trabalhando nos trens noturnos internacionais, aproveitava as escalas em Paris para participar das reuniões. A opção da luta armada não me parecia apresentar mistérios, estava no ar, todos conheciam bem a resistência vietnamita, a revolução cubana, a guerrilha de Angola, de Moçambique, de Bissau... Fazia parte das opções. Pessoalmente, não me julgava capaz de definir grande coisa, pela própria idade e insuficiência de cultura política, e quando as pessoas com quem convivia em Paris, com outro nível de experiência, me chamaram, fiz as malas e fui.

Com dois meses estava preso. Era terrorista e comunista. Descobri que era procurado pela polícia política desde o golpe: eu estudara russo no Instituto Brasil-Urss no Recife, prova suficiente de subversão, e as listas de pessoas que haviam estudado russo eram publicadas nos jornais para provar que o Brasil estivera ameaçado de invasão pelas forças ocultas. Não adiantou mostrar que na mesma época eu estudava inglês no Instituto Roosevelt, e italiano no Circolo Italiano, por simples gosto de idiomas. Com algum tempo de pau-de-arara, choques elétricos e uma costela deslocada, dei-me por satisfeito. Inventei que recebia mensagens terroristas no viaduto Santa Efigênia, em pequeno esconderijo na mureta. Joguei-me por cima do corrimão, mas a corda que me tinham passado nos braços enganchou nas ferragens, e fiquei pendurado. Mais choque elétrico.

No terceiro andar do então Deic, passavam figuras folclóricas. Na minha cela, um jovem que tinha dado dois tiros no dono de um automóvel, não entendia como uma pessoa que tem um 38 encostado na cabeça não obedece. O indignado era ele. Na cela ao lado, uma mocinha jovem. De vez em quando aparecia um policial, mandava ela se encostar nas grades, apalpava e judiava. Alguns justificavam: é uma puta. Eram as forças da ordem.

No momento da minha prisão, em tres minutos haviam repartido o meu relógio, dinheiro e sapatos.

Fui apresentado para toda a equipe de plantão. Um policial me explicou: guarda-se o flagrante, e o bandido, já conhecido por toda a equipe, é solto com a recomendação de que em todo momento teria de ter dinheiro disponível para o caso de encontrar qualquer um deles. Se não tiver dinheiro, volta para o Deic, mais uma noite de pau de arara e choque elétrico. Assim o bandido passa a trabalhar para eles, o amador torna-se profissional, e adquire um título correspondente à sua nova função: torna-se um *administrado*. O sistema, daquela época para cá, seguramente se modernizou. Faz parte do milagre econômico.

Com uma semana estava solto, era antes do AI-5, os outros órgãos não tinham sabido da prisão, e o delegado recebera dos meus companheiros de luta uma sólida grana. Eram as forças da ordem. Desta vez fui à luta para valer. De certa forma, as próprias torturas justificavam a nossa luta armada, como os policiais e os militares justificariam a tortura com o fato de estarmos armados. Nos processos de polarização, o culpado é sempre o outro. E era interessante tomar consciência da imensa máquina intermediária de policiais, advogados, jornalistas, contadores e outros profissionais que fazem funcionar o sistema de corrupção e violência dos poderosos. São os ratos de porão de qualquer sistema opressivo.

A luta era dramaticamente desigual. Não que se tratasse de pequenos grupos de estudantes, como já foi apresentado. Na época chegaram a estar mais de dez mil pessoas nas prisões, e dez mil pessoas dispostas a arriscar a vida para mudar as coisas é imenso. A população em geral, quando percebe que o clima está perigoso, busca abrigo. E era natural. Quem não sente esta permanente cocontradição, entre querer assegurar o seu próprio conforto, construir a sua vida, e o choque de uma criança pobre na rua? Os dois sentimentos são legítimos. Não se trata de optar, mas de organizar sistematicamente uma sociedade onde todos tenham o seu lugar.

Nos anos seguintes, mais nos defendíamos, pois a própria repressão nos obrigava a buscar recursos, salvar gente que estava morrendo nos interrogatórios, proteger redes de solidariedade. E toda a máquina de comunicação estava naturalmente nas mãos da repressão e dos grandes grupos econômicos que a apoiavam. Com o tempo, a grande mídia justificaria a sua atuação apresentando-se como vítima da censura. É interessante ler hoje, trinta anos depois, o depoimento de Mino Carta, um dos poucos que dão nome aos bois nesta área: "A grande imprensa é uma das vergonhas brasileiras. Ela defendeu o golpe de 64, e o golpe dentro do golpe, que foi o de 68 [AI-5]. A grande imprensa, tirando o *Estadão*, nunca foi censurada. Nem a *Folha*, nem *O Globo*, o *JB*. O *Estadão* foi censurado porque era, suplesmente, uma dissidência entre os golpistas. Não que fosse adversário nem inimigo do golpe."

O elemento determinante, nas relações de força, foi a capacidade do regime gerar uma nova classe média, que teve acesso à universidade, à casa própria, ao mercado de capitais recém criado. Estávamos em 1969, era o milagre. Entre o momento do golpe e o

surgimento da luta armada, haviam passado quatro anos, o tempo da indignação se transformar em ação popular minimamente organizada. Com quatro anos, o movimento concentrador de riqueza dera nova lógica ao sistema, e gerara um crescimento temporário, mas forte, que reduziu radicalmente a base política do movimento. O resto seria lenta e heróica resistência. Cheguei a ser dirigente, o que não era grande mérito, pois à medida que companheiros caíam outros tinham de assumir.

Nunca achei que foi inútil. Alguns anos mais tarde, já no exílio, fui procurado em Paris por um grupo de jovens brasileiros que me disseram como foi importante para eles, nestes anos de chumbo, saber que tinha gente que lutava e morria mas não baixava a cabeça. Um jornalista me perguntou um dia se estava arrependido, pois “não dera certo”, não havíamos tomado o poder. Acho que o problema não é de objetivos, de lutar pelo poder, e sim de causas, que levam a uma recusa. Frantz Fanon caracterizou bem o que chamou de “homem revoltado”. Certas coisas simplesmente não se aceitam, é uma questão de dignidade e não de resultados.

Preso uma segunda vez, fui trocado pelo embaixador alemão, e numa madrugada de junho de 1970 desembarcava no grupo de 40 prisioneiros políticos no aeroporto de Dar El Beida em Argel. Saí como me tiraram da prisão, sem sapatos, sem documentos, com queimaduras de choque elétrico que seriam filmadas por inúmeras emissoras do planeta. No mesmo dia, desembarcara o rei Fayçal da Arábia Saudita, em visita oficial. O jornal da terra, El Moudjahid, ostentava na primeira página os dois títulos, dos 40 prisioneiros brasileiros e do rei. O povo, sendo povo, resumiu a questão: eram Ali Babá e os quarenta ladrões.

Fomos recebidos com imenso carinho espontâneo da população, recém saída de anos de luta contra o ocupante francês. Não pagávamos taxi, recebiam-nos as famílias. Raras eram as que não tinham tido mortos ou torturados. A tecnologia do pau-de-arara e do choque elétrico combinados nascera alí, parte menos conhecida de *la culture* francesa.. Sentiam-se plenamente identificados. As circunstâncias são determinantes para os valores. Ninguém imaginaria alí chamar-nos de terroristas, ou de estudantes iludidos. Os representantes da frente de libertação de Angola nos explicavam as suas formas de luta, os vietcongues nos sugeriam estratégias, o movimento palestino nos explicava os seus dramas, o Black Panther dos Estados Unidos queria saber do movimento negro no Brasil, o Makatini discutia conosco das formas de arrancar Mandela da prisão. Com tres quartos da riqueza mundial nas mãos de um grupo de países ricos, com dramáticas lutas para fugir do colonialismo e do subdesenvolvimento, lutar não era uma questão de extremismo: era uma questão de decência. A vontade de mudança aparecia como generalizada.

A necessidade de mudança era também bastante óbvia. O que faziam os Portugueses, país mais pobre da Europa, tentando controlar países dez vezes o seu tamanho em outros continentes? O que faziam os americanos no Vietnã? Como podiam as organizações internacionais e os países ricos sustentar de cara limpa ditaduras as mais sangrentas, conquanto fossem “amigas”? Como justificar, em pleno final do milênio, o tráfico de armas, apresentando a capacidade de destruir seres humanos como “business”? Como

podia o partido único em Cuba ser apresentado como ditadura enquanto o partido único do México era democracia, sem falar de dezenas de outras ditaduras apoiadas pelos países ricos? Com que direito empresas multinacionais financiavam golpes de Estado? Havia, é claro, uma maravilhosa justificativa para tudo, que era o perigo comunista.

Uma coisa ficava clara para mim: uma barbaridade não pode justificar outra, o próprio conceito de que os fins justificam os meios, tão usado nos países comunistas, era uma barbaridade. Dom Sigaud no Brasil justificava a tortura dizendo que “não se arrancam informações com docinhos”. A ditadura impunha uma constituição sem consulta e um jurista saía-se com esta pérola: “a revolução cria a sua própria legalidade”. A CIA financiava as suas operações com cocaína e heroína e explicava que era necessário ter fundos secretos. A realidade, é que os meios corrompem os fins, e os deformam.

No centro dos nossos dilemas, agora refugiados na Argélia, era a consciência aguda e indignação frente à lógica das coisas, e nossa limitada capacidade de mudá-las. Ao mesmo tempo, entendíamos que a imensa massa de pessoas que lutava pelo progresso social, da qual fazíamos parte, constituía um aporte decisivo para os avanços. Não era vã a morte de Martin Luther King, de Marighela, de Lumumba, de Allende, de Amílcar Cabral, de Ghandi e de tantos outros: era esta parte da humanidade com capacidade de se indignar que havia levado às vezes até a recuos temporários pela reação repressiva, mas no conjunto havia permitido avanços históricos como o fim da escravidão, o progresso social para os negros nos Estados Unidos, o fim das colônias, a liberação política das mulheres, a organização dos trabalhadores. O que se fechava para nós como caminho, não era a luta e os seus objetivos, e sim a visão de que o progresso social se consegue com atalhos, tipos de “*fast tracks*” que permitiriam ter ganhos políticos sem os correspondentes alicerces na cultura social e política das populações.

Estávamos entrando em 1972. Em reunião ampla da “pesada” em Santiago, propus a dissolução da organização, e a nossa reorganização visando um novo tipo de contribuição, mais ampla, de luta pelo fim da ditadura. As forças se equilibraram mas a proposta ficou derrotada. Ficou patente para mim a que ponto muitos votaram mais com a emoção do que com a razão, e sobretudo colocando na balança o sentimento de culpa por estarmos protegidos no exterior enquanto outros morriam no Brasil. Não condeno, pois ninguém é razão pura. Mas foi importante para a minha formação a compreensão de que um grupo político – e mais tarde veria que é também o caso com grupos religiosos ou até científicos – pode criar um tipo de realidade virtual, falando um vocabulário distinto, e perder o contato com realidade.

A luta continuava. Pauline, que viera me encontrar na Argélia, foi enviada ao Recife, tentando salvar companheiros ameaçados. Morreu junto com eles. Entrou na luta quando eu dela saía, e já estávamos distantes. Não por sentimentos, mas pela própria loucura e tensão dos tempos.

## Polônia

Eu era em boa parte polonês, mas não havia nascido na Polônia e nem a conhecia. A atração era grande, e sempre achei importante fazer as pazes com o passado, conhecer as raízes. Depois de anos de clandestinidade e de desenraizamento social, sentia uma potente necessidade de normalidade, de ver a realidade pelo prisma do cidadão comum. E havia a imensa curiosidade sobre a organização política e econômica, sobre o socialismo realmente existente.

Do lado da normalidade, fui reconstruindo o meu mundo. Estava de novo com a minha mãe, que encontrei velhinha na Polônia, viva e contestadora como sempre. Ela achava patológica a histeria consumista dos países ricos, e dizia que o comunismo era ótimo porque protegia a Polônia do progresso econômico. As autoridades sorriam confusas. Encontrei também o meu irmão, o Mario, que voltara para fazer a politécnica, casou com uma polonesa e acabou ficando.

Casei com a Fátima, filha dos também refugiados Paulo e Elza Freire, tão perdida no espaço como eu com os seus sucessivos exílios, mas com uma capacidade impressionante de colocar os pés no chão. Encontrara a minha âncora.

Fátima fazia parte da geração anterior de exilados. Paulo Freire, que tinha ousado alfabetizar seus conterrâneos nordestinos, prova suficiente, na época, de fortes tendências comunistas, foi preso e depois exilado. Para Fátima, sair do Brasil em 1964 significava abandonar, com quinze anos, as amizades, a família ampla, os namoros, a escola. No Chile, Paulo Freire ajudou a desenvolver programas de formação de adultos, e em seguida foi convidado para lecionar em Harvard, nos Estados Unidos. Depois foi para Genebra, sempre como exilado, sem sequer um passaporte brasileiro, trabalhar no Conselho Mundial de Igrejas, passando a auxiliar numerosos governos nos seus programas de alfabetização. Para passar uma fronteira, a cada vez um sufoco. O governo da ditadura não imaginaria a imagem troglodita que se projetava do Brasil, quando uma pessoa como Paulo Freire explicava que não tinha passaporte porque era uma pessoa perigosa.

Fátima, como o resto da família, acompanhava. Em cada país era necessário reconstruir as amizades, o convívio, o mundo afetivo já várias vezes rompido. Não é fácil. Os perdidos se reconhecem. No caso, o reconhecimento foi espontâneo e imediato. Nos juntamos.

A Polônia me deu um passaporte, conquanto não fosse para uso subversivo. E me deu uma bolsa, que eu complementaria com ensino de línguas em diversos institutos. O caleidoscópio virara outra vez, mais uma vez estava estudando, tentando entender os processos sociais, reconstruir a minha visão do mundo. Em Lausanne havia estudado na visão neo-clássica. Agora, na linha de Oskar Lange, Kalecki e outros, veria o mundo pelo outro prisma. Como falava a língua, não houve dificuldades.

Fiz o curso superior de planificação nacional, que reunia poloneses, africanos e outros para discutir sistemas de organização econômica. Discutia-se muito as condições

específicas do desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra, as opções por tecnologias de ponta ou alternativas, as experiências da Polônia, da Índia, dos países árabes e outros. O eixo teórico era fornecido pelos trabalhos de Kalecki. Como já tinha estudado a visão neo-clássica, me impressionou o fato das visões serem mais complementares do que contraditórias. É diferente regular a conjuntura e o curto prazo de uma economia madura, caso dos países desenvolvidos, e estruturar as opções de longo prazo de uma economia em construção. Surgiam as grandes linhas da economia do desenvolvimento.

Relia os clássicos, ví que Adam Smith é muito mais interessante do que a caricatura simplificada e absurda que dele fez o liberalismo, como Marx é muito mais prudente sobre as alternativas do que o comunismo proclamava. A releitura, que muitos faziam na época, fazia parte do confuso sentimento que os próprios fundamentos teóricos haviam ficado um tanto escorregadios. Todos buscavam reformulações, apesar do *establishment* acadêmico limitar firmemente tudo que pudesse mexer nos paradigmas. Era como no tempo do poder cristão: podia-se trazer idéias novas, conquanto fossem aristotélicas. Esta dificuldade continua até hoje: parece uma traição divergir de autores que nos deram na origem legitimidade ideológica. O resultado é a repetição incansável de slogans cada vez mais surrealistas, tanto na esquerda como na direita, quando a realidade exige novos enfoques. Como dizem, não há nada mais prático do que uma boa teoria.

Espantei-me da riqueza da biblioteca da Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, onde estudava. Encontrei todos os trabalhos de Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen e tantos outros, além de obras antigas como a de Antonil. Anos mais tarde encontraria Orlando Valverde na Puc de São Paulo, e comentei com êle o gosto que tive de ler as suas obras em Varsóvia. Comovido, virou para a esposa: “Olha, lá eles têm obras brasileiras. E quando as nossas universidades terão esta abertura?”

Decidi trabalhar sistematicamente a história econômica do Brasil, conhecer os fatos. Resultou deste trabalho a minha tese de doutorado, *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Trata-se de um trabalho essencialmente metodológico, um reordenamento dos fatos pesquisados e analisados pelos clássicos, mas no quadro do referencial teórico renovado por Samir Amin, Christian Palloix, André Gunder Frank e por autores latinoamericanos ligados à teoria da dependência. A tese foi mais tarde publicada na Polônia, na França, em Portugal e no Brasil. No essencial, passei a entender que precisamos fugir das grandes simplificações que apresentam o Brasil ora como pobre vítima passiva do imperialismo, ora como gigante independente. A interação complexa das economias subdesenvolvidas com as economias dominantes é o problema teórico central. Hoje, esta problemática da inserção subalterna no sistema mundial volta com imensa atualidade, frente ao processo de globalização que vivemos.

Certos problemas pareciam não sair do meu pé. A embaixada do Brasil deixou a Fátima sem passaporte, e sem documentos não podia sair da Polônia, sequer para visitar a família em Genebra. Ao mesmo tempo informaram ao governo polonês que ela não era refugiada, e que iam lhe dar o passaporte, era só esperar os trâmites. Depois de dois anos e meio de trâmites sem passaporte, o governo polonês se convenceu que na prática

Fátima era refugiada política, e com base no nosso casamento e no filho polonês, Alexandre, que nasceu em Varsóvia, lhe deu a cidadania polonesa. Eramos cidadãos outra vez. E eu, como doutor em economia, já não era subversivo, mas uma pessoa de idéias avançadas.

Os tres anos na Polônia tinham sido riquíssimos. Tanto pelos estudos teóricos e da história econômica do Brasil que me permitiram, como pelo conhecimento prático do gigantesco enalacramente burocrático que era esta versão do socialismo. Ao mesmo tempo, descobrira inúmeras soluções extremamente interessantes. As cooperativas de serviços, onde se colocava à disposição de pequenos agricultores formas extremamente descentralizadas e flexíveis de crédito, assistência técnica, comercialização primária, capacidade de estocagem e maquinário alugado, eram funcionais porque geridas pelos próprios interessados, e constituíam um fator impressionante de produtividade, que contradizia todas as versões das economias de escala. Em compensação, a estatização da agricultura era um desastre.

Quando nasceu o nosso filho, recebemos a visita de uma enfermeira em casa, para ajudar nos primeiros dias os pais de primeira viagem: quantos gastos ulteriores com doenças não se poupam com esta medida simples. Cada bairro tem centros de saúde preventiva, separados dos lugares onde vão pessoas doentes. Isto permite detectar precocemente os mais variados problemas, e evita contaminações. Para evitar a excessiva urbanização, generalizaram a instalação de centros culturais e científicos nas cidadezinhas do interior, no que se chamou de “deruralização do campo”: reduziu-se o êxodo rural, equilibrando a ocupação espacial do país. Ficou claro para mim que existem inúmeras alternativas funcionais tanto ao burocratismo centralizado como à selvageria liberal: o essencial era pensar as condições institucionais capazes de abrigá-las. Constatei também a que ponto o poder tecnocrático de administradores de empresas estatais podia ser tão amplo quanto o poder tecnocrático de empresas privadas: a propriedade dos meios de produção podia já não ser o elemento essencial.

Foi igualmente importante acompanhar o debate pela mudança da constituição, que permitiu em 1973 a fusão numerosos municípios para torná-los maiores. Aparentemente secundária e administrativa, a medida mudou radicalmente as relações de força ao descentralizar a política. Onde antes um micro-município (*gmina*) tinha que recorrer ao ministério correspondente para qualquer compra de uma ambulância ou contratação de um policial, agora municípios passariam a resolver os seus problemas localmente. Assim decisões que eram setorizadas e burocratizadas passaram a ser resolvidas com maior participação dos cidadãos interessados, e de forma integrada, com muito mais flexibilidade e eficiência. O poder sofrera uma horizontalização radical, que mais tarde abriria muito espaço para o movimento de democratização.

No plano teórico, entendera uma coisa importante: Marx apontava para a socialização dos meios de produção como forma de transformar as relações políticas, de permitir uma sociedade sem divisões em classes. Tratava-se assim de uma transformação de relações de produção (infraestrutura) que permitiria uma transformação política (superestrutura) no sentido de uma sociedade democrática e com Estado menos opressor, pois não teria de

assegurar a dominação de uma classe sobre outra. As sociedades do socialismo dito *realmente existente*, a começar pela União Soviética, haviam procedido às transformações econômicas, mas não às transformações políticas correspondentes. Os *soviets* (em russo significa *conselho*) nunca saíram do papel. Socializar a economia sem democratizar a política é um contrassenso. Seria um capitalismo de Estado, com uma mudança das formas de chegar aos privilégios, não dos privilégios.

De toda forma, começava a ficar claro para mim que o problema não se colocava em termos de alternativas comunismo/capitalismo, privatização/estatização, Estado mínimo/Estado máximo, e sim de busca de articulações capazes de assegurar tanto o dinamismo econômico como os avanços sociais. Nenhum regime, na realidade, estava respondendo a este prosaico e imenso desafio, que continua a dominar a atualidade neste início de milênio.

### **Rumo ao Sul**

Em 1975, com a derubada do fascismo em Portugal, buscavam quadros para reformular o ensino da economia, desesperadamente atrasado. Atendí a um convite da Universidade de Coimbra. Além da economia do desenvolvimento, ensinaria finanças públicas na Faculdade de Direito. O último titular da cátedra havia sido um senhor Francisco Salazar. Sucedió-lhe da melhor maneira que pude. A área de direito continuava com formalismos impressionantes. Apresentei uma série de livros ao assistente que me foi designado, sugeri que os lesse, para depois conversarmos. "Conversarmos, doutor? Virei *ouví-lo*". O bravo candidato a doutor olhava para mim, satisfeito da sua frase, como se tivesse botado um ovo. São impressionantes os caminhos que a nossa precária busca de valorização pode adotar. Voltava-me à mente uma simpática recomendação do meu pai: "Nunca perca o senso do ridículo, a capacidade de rir de ti mesmo".

Estamos num planeta onde os recursos básicos estão sendo destruídos, onde morrem 11 milhões de crianças por ano de causas ridículas, onde 3 bilhões de pessoas sobrevivem abaixo de dois dólares por dia, onde se desenvolvem cerca de 50 conflitos armados, e uma pessoa culta, que teve o privilégio de ter acesso a bons estudos, e de direito ainda por cima, não encontra nada melhor do que pavonear o ar da sua importância.

Não estou jogando a primeira pedra. Somos todos sujeitos a acessos de pavonismo. Mas temos a obrigação de manter a consciência e o realismo. E não é fácil, quando cada anúncio de televisão, cada cartaz na rua, cada mensagem com que somos diariamente bombardeados nos oferece imagens de sucesso, de superioridade, de pavões masculinos ou femininos. Anos mais tarde, um aluno a quem perguntava a sua opinião, respondia-me com voz empolada: "Nós na Esso achamos que...". Triste empréstimo de autoridade, tanto mais triste quanto valoriza quem não pode gabar-se de muita, e não permite que a pessoa se dê o devido valor como simples ser humano. Voltaremos a isto, pois se trata de uma epidemia crescente no planeta, á medida que se tornam mais dominantes e onipresentes os meios de comunicação.

Fiz dois grandes amigos, ambos ministros da economia em períodos do novo regime: Mario Murteira e Francisco Pereira de Moura. Com as amplas discussões sobre o processo de estatização então empreendido, sobre a busca de alternativas de gestão, ficou-me a convicção de que o tempo das soluções simples havia passado. Havíamos constatado isto no final do governo de Allende: de que adianta socializar a propriedade das empresas, se de qualquer maneira elas devem entrar na lógica da dependência internacional? Uma empresa estatizada no Chile precisa manter seus contratos de abastecimento com os Estados Unidos, seus mercados com a Ásia e assim por diante. Uma empresa não é mais uma unidade independente, é o elo de um sistema. E quem está no sistema segue as regras. E as regras são muito estritas, como o notaram tantos governos progressistas que terminaram aplicando políticas conservadoras.

Com pouco mais de um ano, os rumos em Portugal estavam definidos. A opção principal era se integrar na União Européia (então Mercado Comum), e esta opção iria determinar o resto. O primo pobre não estaria evidentemente ditando regras. Os portugueses brincavam: vamos ter casas tipo *maison*, com janelas tipo *fenêtre*. Foi eleito Mario Soares, o homem com suficiente credibilidade na esquerda para aplicar um programa de centro-direita. Foi bastante criticado na esquerda, mas o essencial estava ditado nas relações externas, e outro teria provavelmente seguido o mesmo caminho. Já nesta época ficava claro a que ponto a forma de inserção na economia global era mais significativa do que as opções propriamente internas. E o leque de opções internas, de um país escolher o “seu” caminho, tornava-se cada vez mais estreito.

Na Argélia havíamos sido todos refugiados, guerrilheiros de diversas partes do mundo. Com o fim do colonialismo português, os amigos do tempo da Argélia eram agora ministros, embaixadores. Uma pessoa amiga e politicamente confiável, com um doutorado em planejamento e estatística, era bemvinda nos novos países independentes. Visitei o ministro de planejamento de Angola, em Luanda, mas acabei aceitando o convite de Vasco Cabral, da Guiné-Bissau. Perguntei-lhe quanto ia ganhar, pois como refugiados andávamos com uma mão na frente e outra atrás. Disse-me que ganharia mais do que ele, o que era uma forma elegante de dizer que seria muito pouco. Mas fomos com gosto. Seriam quatro anos de África, descobrindo outras culturas, outros valores, uma riqueza de relações humanas que não havíamos conhecido ainda.

Em Luanda, ficou-me uma impressão muito nítida das limitações do governo centralizado. Todos os quadros de maior peso no governo viviam numa correria incessante para resolver problemas, em reuniões quase permanentes. Só que em reuniões consigo mesmo. O grosso da população ficava à deriva, esperando que algo fosse feito. Como não eram chamados para participar da gestão, tampouco se sentiam responsabilizados. É bastante impressionante um governo com intenções indiscutivelmente positivas, girar em círculo fechado, e se afundar num crescente isolamento, por ausência de estruturas descentralizadas de gestão pública.

Não se trata de culpas. A descolonização coincidia com o auge da guerra fria. O processo de independência adquirira legitimidade, mas qualquer veleidade de se proceder a reformas sociais seria imediatamente denunciada como comunismo. Assim os governos

africanos acediam ao poder sem a possibilidade de proceder às reformas que os legitimariam frente à população. Para responder aos imensos anseios por educação, saúde, emprego, redistribuição de renda, teriam de mobilizar a população, desenvolver a máquina do Estado, delimitar os interesses coloniais que permaneciam ativos, propostas onde o Ocidente via sempre a mão de Moscou. Os que apresentaram propostas políticas de descolonização efetiva, com transformações sociais, foram sistematicamente assassinados. Angola e Moçambique, como se não bastasse a imensa miséria herdada do colonialismo, teriam que enfrentar as guerras e sabotagens que o Ocidente lhes moveria através da África do sul. A imensa oportunidade de proceder às reformas sociais, que poderia surgir com a força mobilizadora da independência, foi assim jogada pela janela. A África, que pouco tinha que ver com a guerra fria, seria a sua primeira vítima.

A Guiné-bissau optara por um caminho moderado. Tornei-me coordenador técnico do ministério do planeamento. Vasco Cabral, então ministro do planeamento e mais tarde vice-presidente, me dava todo apoio, com o qual eu não sabia bem o que fazer. Ví-me de repente obrigado a tirar da cabeça todos os modelos matemáticos macro-econômicos que tinha aprendido durante anos, e a buscar propostas que pudessem funcionar. Quando o Banco Mundial veio com propostas para a política educacional, recomendei que fossem rejeitadas, pois seria melhor concentrar este tipo de investimentos em infraestruturas, e guardar mais liberdade na área educacional. O ministro disse que não havia problema, mas eu teria que elaborar uma justificativa convincente pois isto significaria que teríamos menos escolas construídas. Eu, com ideologia numa mão, e modelos técnicos na outra, encontrava-me pouco equipado para a economia realmente existente. Gerir a economia é muito parcialmente um exercício econômico.

Foram quatro anos apaixonantes, e cada coisa que dava certo trazia uma imensa felicidade, de ver algo concreto funcionando. Coordenei a elaboração técnica do primeiro plano nacional de desenvolvimento, aprendendo a cruzar sistemas de crédito com políticas regionais, a articular políticas setoriais, a levar em conta as resistências políticas, os interesses ou vaidades pessoais, uma série de elementos sem os quais nenhuma proposta existe, por mais fundamentada que seja em termos técnicos. A economia é o sangue de uma sociedade, e tudo nela influi. Não há matemática que substitua aqui o bom senso, uma cultura ampla e de múltiplas facetas, a capacidade de entender, de ouvir, de sempre aprender. E sobretudo a capacidade de gostar, de se interessar.

Eu falava muitas línguas, tinha um bom doutorado técnico, bons relacionamentos políticos, ainda que só na esquerda, e não tinha medo de enfrentar regiões de grande pobreza. Abdulrahim Farah, sub-secretário geral da ONU, a quem eu ajudara a elaborar alguns relatórios para Kurt Waldheim, convidou-me para ocupar em Nova Iorque o posto de economista do gabinete do Secretário Geral, substituindo o economista inglês James Ilett que se aposentava. Vasco pediu-me para ficar, e fiquei. Teria possivelmente me tornado um bom burocrata de nível elevado, mas teria seguramente esterilizado o gosto pelo meu trabalho. Chegamos a um compromisso, pois Vasco me colocou na direção do programa de planeamento da ONU em Bissau. Fiquei fazendo a mesma coisa, só que com salário internacional. Visitando Farah em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, ele me apresentou aos amigos: esta é a pessoa que recusou vir trabalhar conosco porque

tinha um compromisso em Bissau. Os sorrisos respeitosos deixavam claro que me achavam um caso curioso.

O salário também era uma coisa curiosa. As minhas funções continuavam as mesmas, eu continuava com os mesmos diplomas, e no entanto o meu salário foi multiplicado por dez. Antes, eu era pago como técnico nacional, agora era um *expert* internacional. Chamam isto de mercado de trabalho. Na realidade, são subsistemas salariais distintos e fundamentalmente estanques, apoiados em fortes esquemas corporativos. O *mercado* de trabalho, conforme viria a descobrir, é uma ficção. Que lógica de mercado determina que um professor no Brasil ganhe o que ganha?

No fim de quatro anos tinha perdido boa parte do fígado com hepatite, boa parte da audição com cloroquina para combater os ataques de malária, e vários amigos com o golpe de Estado. Considerei que dera a minha parte e aceitei um outro posto em Nova Iorque, de assessoria na área de problemas políticos especiais, que na realidade tratavam de países de pobreza crítica. Estávamos em 1980, e Reagan tinha acabado de assumir, nomeando uma fanática com erudição livresca mas de cultura estreita, Jane Kirkpatrick, representante americana junto às Nações Unidas. Desembarquei no aeroporto John Kennedy, com passaporte da ONU, visto americano e o convite formal de Kurt Waldheim para assumir o meu posto. Não me deixaram entrar. Fiquei tres dias no pouco conhecido saguão reservado do aeroporto, uma imensa sala onde ficam casos indeterminados. Tampouco me deixaram conversar com a Onu, ou embarcar de volta para Portugal de onde estava vindo. O então embaixador do Brasil junto à Onu, hoje respondendo por tráfico de dólares, passara uma ficha ampla para Jane Kirkpatrick, dizendo nem mais nem menos que eu era um assassino, que os meus diplomas eram falsificados, além de todo o folclore montado nos relatórios do então SNI.

No fim de tres dias autorizaram o meu embarque para Europa. Na saída, pude ver a Fátima, que já mudara para Nova Iorque em função do novo posto e acabara de ter o nosso segundo filho, André. Pudemos trocar algumas palavras, e passei para ela num saquinho plástico, entre dois guardas, a parte que me cabia elaborar do relatório de Kurt Waldheim para a Assembléia Geral deste ano, e que ela entregou ao subsecretário geral no dia seguinte. Dias depois, por telefone e já na Europa, Gordon Goundrey, canadense e secretário geral adjunto, me explicava: não estamos entendendo nada, Kirkpatrick está ameaçando a todos, estão dizendo que vão cortar os fundos, que as Nações Unidas são um antro de subversivos. Lamentamos...

Seguí o conselho de Paulo Freire, que me sugeriu que já era tempo de voltar ao Brasil. Fátima embarcou de Nova Iorque, eu da Europa, e passamos a morar em São Paulo, no apartamento do Paulo junto à Puc. Moví um processo administrativo às Nações Unidas, ganhei, constataram que as acusações eram falsas, e me reincorporaram. Por telefone, o mesmo Gordon Goundrey me informava que a condição informal era que eu não pedisse nenhum posto na Onu que envolvesse entrada nos Estados Unidos, pois isto implicaria um pedido de visto, com todos os problemas decorrentes.

É importante ter presente a dimensão do problema: quando os Estados Unidos solicitaram, após a Guerra, que a sede das Nações Unidas ficasse em Nova Iorque, se comprometeram a respeitar o direito das Nações Unidas de receber quem quisessem. Na prática, obrigam qualquer funcionário das Nações Unidas a se submeter às mesmas condições de qualquer candidato a entrar nos Estados Unidos, mesmo que seja um ministro que venha para uma reunião da Assembleia-Geral da ONU. As relações de força são deste nível, e as Nações Unidas se submetem, ainda que legalmente o "acordo-sede" da sua constituição lhe garanta autonomia. A razão do mais forte é realmente mais forte.

O problema ético é igualmente significativo. Quando uma pessoa, sob a roupagem da Usaid, da Unesco ou de outra agência de ajuda ao desenvolvimento, realiza trabalho para os órgãos de informação militar dos Estados Unidos, está-se desmoralizando milhares de pessoas que no mundo afora realizam trabalho humanista de grande importância, e passam a ser vistas com suspeição. Hoje não tenho dúvida que os Estados Unidos conheciam o passado nazista de Kurt Waldheim, e com isto o tinham na mão. Isto pode parecer esperto. Na realidade, constroem-se assim relações internacionais baseadas no cinismo, e se liquida o paciente trabalho de construção da solidariedade internacional que tantos agentes sociais desenvolvem.

Quanto a mim, achei que tinha aprendido o que podia aprender no quadro de uma organização internacional, agradeço a proposta e fui trabalhar na Puc de São Paulo. O caleidoscópio girava outra vez.

### **A volta**

Acho que a volta não foi fácil para ninguém. Claro, havia as flores na volta, mas não é disso que vive o homem. Todo o caminho tem de ser reconstruído, passo a passo, num meio e numa cultura para a qual somos um pouco estranhos. Olhava para a imensidão de São Paulo, e pensava na imensidão do que tinha de reaprender. A nova geração de economistas brasileiros não me conhecia, e tampouco eu conhecia eles. O Ministério da Educação, por recomendação do SNI, levaria sete anos para autorizar a USP a reconhecer o meu diploma. Em termos formais, continuaria a ser considerado secundarista, ainda que tendo vários diplomas universitários. Ninguém reconheceu os anos que Fátima estudou no instituto de Piaget em Genebra, na Universidade de Varsóvia e em Coimbra: teve que começar no primeiro ano, perdoaram apenas o vestibular.

A Puc me recebeu bem. A antropóloga Carmen Junqueira ajudou-me a abrir caminho. Paul Singer fez um parecer positivo sobre a minha tese, o Joel Martins se entusiasmou com a minha participação na pós-graduação, e fui aprovado como professor, sem esperar nenhum ministério. Eu, preocupado, olhava as poucas certezas teóricas que me haviam sobrado, e me perguntava o que iria ensinar. Entrei no programa de pós-graduação em administração, e pouco depois fiz o concurso para o departamento de economia. Fui me entrosando, fazendo amigos. Descobri uma complementaridade impressionante entre o conhecimento da situação internacional que eu adquirira, e a desesperadora carência deste tipo de informação entre os alunos, herança de fechamento do Brasil no tempo dos

militares. Carência que, curiosamente, continua até hoje: não temos um único instrumento decente de informação internacional no país, em plena era da globalização.

Dividia os meus cursos em exposições dos alunos e exposições minhas. Ensinava a utilizar os relatórios internacionais, desenvolvimento econômico comparado, a economia das multinacionais. Os meus alunos me ensinavam que no Brasil “ou você faz parte do rolo compressor, ou faz parte da estrada”; que no mercado de capitais “ou você é de dentro e ganha muito dinheiro, ou é de fora e é depenado”; que “no Brasil vender a prazo é muito simples: o consumidor não entende nada de matemática financeira” e assim por diante. Pela segunda vez, o Brasil me reabsorvia e digeriria na sua riqueza cultural, humor, ironia e desespero. Na Suíça, você luta desesperadamente para se entrosar; no Brasil, para não ser deglutido.

Um dos que me ajudaram logo no início foi Caio Graco, da Brasiliense. Eu me dera bem com o seu pai, Caio Prado Júnior, em Paris. Os militares foram, curiosamente, grandes fazedores de amigos. Caio editou o meu livro sobre a história econômica do Brasil, *Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*, já editado em vários outros países, e em seguida um livro teórico que eu escrevera em Portugal e que Samir Amin utilizava nos seus cursos: *Introdução teórica à crise: salários e lucros na divisão internacional de trabalho*.

Marx abordara o capitalismo do seu tempo tomando como unidade de análise a nação, no caso a Inglaterra. Para os países em desenvolvimento, esta visão deformava a análise, pois predominavam na formação das estruturas econômicas e das relações de produção as determinações externas. De certa forma, dominadas pelas economias desenvolvidas, as economias pobres eram globalizadas antes do tempo. Analisar estas economias aplicando os esquemas de reprodução do capital à *nação*, para *depois* acrescentar as trocas externas, constituiria um erro teórico. Procedi portanto, a partir de várias formas de apresentação dos esquemas de reprodução do capital, a recalcular como seriam as equações se fossem incluídas as trocas internacionais nos próprios esquemas. A lógica tornou-se evidente: o Brasil, por exemplo, poderia manter a escravidão em pleno final do século XIX e os trabalhadores na extrema miséria pois precisava deles como produtores, não como consumidores, na medida em que o ciclo de comercialização se dava através de troca com produtos ingleses. Como o que importávamos em troca das nossas exportações eram produtos de luxo e bens de produção, ambos de consumo da classe dominante, e dispensando portanto a capacidade de consumo popular, a coerência de um sistema ao mesmo tempo bastante produtivo e muito concentrador de renda se mantinha.

Desta forma, não era necessário inventar nenhum modo de produção colonial ou outro para explicar o que era simplesmente um subsistema diferente de acumulação capitalista, cuja lógica não se esgotava no nível nacional, mas passava pela sua complementariedade com o sistema dominante externo. Era o mecanismo de reprodução do capital que sustentava o que viria a ser denominado de teoria da dependência. Da minha parte, o estudo era uma continuação da minha tese de doutorado, permitindo-me avançar no campo teórico da internacionalização do capital, essencial para se entender o processo de globalização em gestação.

O livro não suscitou grande entusiasmo. O Caio Graco, frente a este trabalho relativamente complexo, me disse que se eu não conseguisse dizer o que tinha a dizer em 50 páginas, era melhor esquecer. Estava então lançando a coleção Primeiros Passos, que teria tanto sucesso. Aceitei o desafio, e fui traduzindo ao português o que havia escrito no chamado economês. Descobri que não havia grandes dramas. Dizer que o Brasil tem um coeficiente de Gini de 0,63, coisa que ninguém entende salvo meia dúzia de especialistas, pode ser dito de forma simples: os 10% das famílias mais ricas do país se apropriam de metade da renda que o país gera, o que o torna o Brasil o país mais injusto do mundo na avaliação do nada subversivo Banco Mundial.

As análises econômicas não precisam ser complicadas. Ou melhor, têm de ser complicadas quando se trata de justificar o injustificável, mascarar a realidade. Um país onde 1% de proprietários detém metade do solo agrícola, sendo que as megapropriedades cultivam em média menos de 5% das suas terras, não exige grandes teorias para mostrar que a causa de tanta fome num país de tantos recursos naturais se deve simplesmente à grande fortuna dos especuladores fundiários. Escrevi a *Formação do Terceiro Mundo*, que foi incluído na coleção Tudo é História da Brasiliense, e tornou-se um livro de leitura generalizada no Brasil. Descobria que não basta estudar: é preciso comunicar, e aprender a comunicar. Recentemente um aluno da Puc me disse que gostava do que eu escrevia. Quis saber a razão, esperando algum comentário teórico. Me disse simplesmente: “É que eu entendo...”

Tentei também apresentar algumas realidades que raramente chegam aos livros de economia, no pequeno estudo *Guiné-bissau: a Busca da Independência Econômica*. Exemplo: a empresa holandesa HVA tem para vender o equipamento de uma grande usina de produção de açúcar. Envia para Bissau uma equipe técnica, que produz rapidamente tres grossos volumes demonstrando que o país precisa exatamente de uma usina de açúcar deste porte, ainda seja absurdamente sobre-dimensionada. Informam ao ministro de agricultura que a HVA tem suficiente músculo no governo holandês para obter o financiamento da fábrica sob forma de ajuda internacional, conquanto que o governo lhe peça formalmente a usina. Com o pedido na mão, a HVA pressiona membros “amigos” do governo holandês, segundo mecanismo que nos é familiar, e a Holanda termina por conceder uma ajuda de x milhões à Guiné-Bissau, não para fazer o que lhe parecer mais necessário, naturalmente, mas para comprar o equipamento holandês. Isso se chama “ajuda vinculada”. A Guiné ganha um monstro desajustado que pesará permanentemente nas contas públicas pelo déficit gerado. O dinheiro nunca sai da Holanda porque é simplesmente transferido para a HVA. A HVA fica com o lucro da operação. O governo holandês ganha votos ao publicizar a sua generosa ajuda aos países pobres. Pagam o povo holandês que contribuiu com impostos, e o povo da Guiné que terá que sustentar mais um elefante branco. E a empresa, naturalmente, continuará a cantar loas aos mecanismos de mercado, e a dizer que os males vêm do Estado.

A Guiné-bissau poderia recusar: mas é difícil recusar um presente que gerará empregos, sobretudo quando grupos internos clamam, por interesse próprio, que é interessante. Dá para apresentar cálculos de custo-benefício em comércio político? No caso, a operação foi

cancelada porque o Ministério de Relações Exteriores da Holanda mandou investigar e, apoiado por Vasco Cabral, abortou a operação. Mas dezenas de outras funcionaram, algumas com intermediários brasileiros, desarticulando a economia. Como no caso de outros países pobres, compra-se o que os ricos estão dispostos a financiar, e não o que o país precisa. A dependência gera dependência, a pobreza gera pobreza.

### **Nicarágua, Nicaraguita**

Em 1986, o governo da Nicarágua me convidou a assumir um projeto das Nações Unidas, semelhante ao que tinha dirigido na Guiné-Bissau, só que mais amplo, de apoio à estruturação de mecanismos de planejamento e regulação econômica. Voltava assim às Nações Unidas, mas num contexto que me agradava. Fizemos as malas outra vez. Além do Alexandre já adolescente, iam o André, o Bruno e a Sofia. Com exceção do Alexandre um pouco mais moreno, todos desesperadamente loiros.

Quem já visitou a Nicarágua sabe o que é um choque cultural. Povo alegre, corajoso, arrojado, bagunçado, surrealista. Não há adjetivo forte que não se adapte. Enquanto esperava uma mala perdida no aeroporto, um menino conversava comigo sobre o Brasil, cheio de curiosidades. Tudo o que eu dizia o deixava espantado: “Ála...” exclamava. Levei poucos dias para entender que não se tratava de expressão religiosa, mas de uma abreviação do comentário favorito dos Nicas sobre qualquer coisa surpreendente: “A la gran puta...”

A Secretaria de Planificación y Presupuesto era vinculada à presidência, e me concentrei no que um assessor em planificação faz de mais útil: organizar informação e formar gente. Ambos deixam resultados permanentes, pois melhoram a capacidade própria de decisão dos quadros locais. Tive que mergulhar fundo na informática, que não era do meu tempo. É um sentimento estranho sentir-se analfabeto quando se está perto dos cinquenta anos. Espantava-me com o potencial das novas ferramentas, que para um economista seriam o que uma Ferrari é para outros. Poder trabalhar, estocar, articular, cruzar das mais variadas formas e quase instantaneamente qualquer informação já era, na época do XT, um fenômeno cuja dimensão revolucionária era clara. Tornava-se mais evidente para mim o prodigioso aceleração da história que estava se generalizando, e a emergência gradual da sociedade do conhecimento.

Foram dois anos úteis e inúteis. Vibrava com a eletrificação de uma região isolada, para ver no dia seguinte as instalações destruídas pela *Contra* que operava a partir de Honduras, com homens equipados nos últimos gadgets militares. Vestidos como marcianos, recebendo dos sofisticadíssimos aviões de observação de grande altitude dos norte-americanos indicações detalhadas sobre cada objetivo, e protegidos nos seus acampamentos do outro lado da fronteira, eram difíceis de conter. As bases, aliás, eram autênticos hipermercados militares, com tudo que é equipamento, bordéis, lazer, e evidentemente os salários, que depois se saberia que eram financiados com tráfico de drogas, como no Vietnã. A democracia do mais forte é sempre mais democrática. O avanço tecnológico, sem o correspondente avanço civilizatório, significa apenas uma

capacidade de reproduzir as tragédias de maneira muito mais eficiente, e de fazer bobagens em escala maior.

Recebi a visita de um grupo de humanistas norte-americanos, que estavam indignados que, com as imensas necessidades do país e a miséria do povo, o governo nicaraguense estava recusando a sua ajuda médica. Os americanos são realmente fantásticos. Bombardeiam, matam e ferem, e em seguida mandam esparadrapo e medicamentos. E se exasperam quando os feridos os olham irritados.

Na realidade, era um jogo de sombras, um tipo de *Adeus minha concubina*. Os americanos formalmente não existiam, diziam que o governo nicaraguense tinha de reclamar com os *contras*, essencialmente velhos assassinos de Somoza. O governo respondia que não queria conversar com os palhaços, mas como o dono do circo, no caso o governo americano. Ninguém conversava. Neste contexto, o esforço de desenvolvimento econômico se tornava folclórico, pois a própria poupança que o país conseguisse penosamente reunir ia embora no esforço militar. E uma economia é absolutamente indefensável quando alguns milhares de profissionais armados com explosivos e meios de comunicação os mais modernos podem destruir o que querem e quando querem, e se refugiar do outro lado da fronteira. E se o exército os perseguisse, seria um prato cheio: os nicaraguenses estariam invadindo um outro país.

Havia alternativas, como o sistema de desenvolvimento totalmente descentralizado e extremamente participativo que foi instaurado na região de Estelí. O Banco Nacional de Desarrollo, por exemplo, em vez de conceder créditos através de distantes burocracias em consulta com a capital, criou conselhos municipais de crédito, onde pequenos e grandes proprietários, diversos atores sociais, decidiam da otimização dos recursos. Se um agricultor recebesse dinheiro pra comprar gado e em vez disso especulasse com divisas, na reunião seguinte alguém colocaria a pergunta: *onde está o gado, não o ví no campo?* O conhecimento direto das situações constitui um elemento poderoso de gestão simples e flexível, mas exige que as decisões sejam tomadas perto da população interessada, no nível da administração local.

De certa forma, não basta estudar que decisões são tecnicamente as mais adequadas. É preciso cada vez mais definir *quem* toma as decisões. Dando um giro completo, a economia política vista neste prisma nos leva de volta à *economia institucional*, que tanto sucesso tivera nos anos 1950, e que depois foi abandonada por uma visão simplista de vale-tudo empresarial. Mais tarde, em visita à China, constataria que um setor público relativamente amplo pode ser gerido de forma muito descentralizada, pelos municípios, o que permite controle direto dos cidadãos, e um casamento do interesse público com flexibilidade e eficiência de gestão, ao contrário do sistema centralizado e burocrático da então União Soviética.

No conjunto, os dirigentes sandinistas acreditavam que eram donos do poder, e faziam do alto deste poder o que seria bom para o povo. O povo lá em baixo, naturalmente. Não se pode generalizar, e muitos líderes trabalhavam no sentido de uma democratização efetiva. Um Jaime Wheelock, na agricultura, para dar um exemplo negativo, acreditava que

agricultura só existe de mil hectares para cima, e que os camponeses tinham mais é que obedecer. Na realidade, não havia espaço político sequer para a definição de uma estratégia coerente de desenvolvimento. A pressão constante da guerra reforçava a centralização das decisões, desarticulando o sistema. O que permitia aos inimigos declarar que o governo era incompetente. Em dois anos de paz, logo depois de tomar o poder, os sandinistas haviam reduzido o analfabetismo de 60 para 20%. Tudo isto seria perdido, os rumos seriam determinados pela guerra fria e pelos interesses internacionais, e não pelas necessidades prosáicas da população.

A questão das condições políticas e institucionais do desenvolvimento econômico tornara-se o centro das minhas preocupações. As economias ditas “de mercado”, por exemplo, como Honduras ou Guatemala, eram e continuam sendo um caos. Na Nicarágua o Estado geria salões de beleza, porque haviam sido de Somoza e os bens de Somoza haviam sido estatizados. Um sistema é mais socialista porque salões de beleza estão na mão do Estado? Entendia cada vez mais que as simplificações ideológicas não funcionavam, e que os subsistemas que compõem a economia haviam se diferenciado demais para se poder aplicar políticas lineares não diferenciadas, liberais ou estatistas. Acabara o tempo em que a sociedade era dividida em proletariado, camponeses e burguesia, em que os problemas eram de âmbito nacional, e tudo se resumia na luta de classes ou imperialismo. Era preciso buscar outros modelos.

Antes de sair de Manágua, visitei uma pessoa amiga, Henry Meyer, representante das Nações Unidas na Nicarágua, um holandês humanista e muito culto, hoje falecido. Enquanto conversávamos, folheava um desses belíssimos livros americanos de turismo, cheio de fotos de lagos e montanhas. Mostrei-lhe uma foto de página inteira, pequenos barcos com suas velas brancas no meio de um lago, na margem crianças andando pacificamente de bicicleta, a inevitável igreja ao fundo. Nós na Nicarágua contabilizávamos diariamente os mortos, os doentes, os dramas políticos. Ambos chegamos à mesma reflexão, pela força do contraste: como é que pessoas vivendo neste ambiente nos Estados Unidos poderiam entender, ou imaginar, o que é o subdesenvolvimento, o que é a *Rocinha* no Rio, ou *Heliópolis* em São Paulo? Aliás, mesmo em São Paulo, as figuras chiques sequer conhecem.

## **Gerações**

Fui visitar o meu pai, no Maranhão. Em 1964, enquanto eu brigava com as embaixadas em Israel, ele cansou das hierarquias desconfiadas do mundo empresarial, mandou um diretor-presidente publicamente à merda, com a indenização comprou um barquinho, e ficou dois anos viajando pelos rios da Amazônia. Tinha 64 anos e descobrira um novo mundo. Comprou uma casinha na beira do Tocantins, numa vila de 30 casas, sem eletricidade, telefone nem autoridade. Chegava-se pela água. A casa custou 450 dólares. É outro planeta. Descobriu que as pessoas morriam de qualquer coisa, acionou as seus velhos amigos da Europa, recebeu medicamentos, conseguiu uma autorização de prático de medicina, e passou a tratar os vizinhos. Com pouco tempo tinha mais de mil famílias cadastradas. Engenheiro é engenheiro. Parou de morrer gente na região. A cada seis

meses as crianças recebiam um vermífugo polivalente: para que análise, dizia, aqui todo mundo tem verme...

Entusiasmou-se, facilitou o caminho para empresas interessadas em investir na região. Com pouco tempo chegou a tropa para desarmar os camponeses, levar espingardas, facões. Os camponeses já sabiam, logo viriam expulsá-los. Um vizinho matou um sargento, fugiu e nunca mais apareceu. Os soldados voltaram, pegaram a filha, judiaram e mataram. O essencial era mostrar quem era a autoridade. Meu pai passou anos tentando convencer a mãe a denunciar o crime, mas ela dizia simplesmente que não podia arriscar os outros filhos. O velhinho comprou material, mapeou a região, delimitou as posses, foram em massa registrar em cartório, salvando as roças. Meu pai virou guru de vez, ainda que guru de um fim de mundo.

Uma noite me chamaram para uma reunião da comunidade local. Uma freirinha franzina explicava a bíblia. Um dos poucos alfabetizados leu a parte onde José, no Egito, se mostrou tão bom administrador: quando os camponeses perderam a safra, e pediram grãos ao Faraó, José abriu os graneiros, mas em troca do gado dos camponeses; no segundo ano de má safra, fez o mesmo em troca das terras, e no terceiro ano em troca dos próprios camponeses. Estou seguramente errando a ordem ou o conteúdo das trocas, mas o essencial é o seguinte: os camponeses perderam tudo, o Faraó ficou mais rico, e o José virou um grande político. Com sua voz mansa, a freira explicava que a bíblia era um espelho, e que neste espelho do passado tínhamos de aprender a ler o presente. Os camponeses da vila não se fizeram de rogados: um por um começaram a falar como tinham sido expulsos das suas terras, como fazendeiros tinham queimado as suas roças. No dia seguinte, descendo pelo rio Tocantins, no silêncio e tranquilidade da madrugada – já tinha se esgotado o meu tempo e precisava voltar para São Paulo – fiquei pensando comigo mesmo: isto não sai nos jornais, e no entanto, milhares de pessoas no país fazem este trabalho de formiga, ensinando direitos humanos, dignidade, gerando um fundo de consciência onde amanhã poderão brotar mudanças mais profundas.

Fiquei impressionado com meu pai. Primeiro, porque ele sempre tivera posições relativamente quadradas em termos políticos, e apoiara o golpe militar porque acreditava que iria acabar com a corrupção. Claramente, dera agora uma profunda guinada política: vivendo com pobres, tinha descoberto como era o mundo visto por baixo. Já sabia um pouco desta guinada, pois ele escrevera lindas cartas para minha mãe, na Polônia, explicando a sua nova compreensão das realidades que o cercavam. Acho uma grande coisa um homem de mais de 60 anos de idade rever profundamente os seus valores, reconstruir a sua visão do mundo. E isto mostra a que ponto as nossas posições políticas, que podem nos parecer tão óbvias e racionais, são influenciadas pela forma como estamos inseridos no mundo.

Me impressionou também a capacidade de, nesta idade, mandar às favas os confortos e honrarias de senhor engenheiro, para reconstruir uma vida útil a partir do zero, vida nova que duraria quase trinta anos. Na cidade, seria um aposentado sentado na sala de espera. No Maranhão, não conseguia sequer gastar a sua magra aposentadoria, trabalhava, ajudava, vivia. E não era sacrifício nenhum: vivia à beira de um rio maravilhoso, pescava

quando queria, na frente da sua casa não passavam carros barulhentos e pessoas irritadas, passavam colhereiros. Tomei consciência, mais do que nunca, da idiotice da nossa correria desesperada para comprar coisas inúteis, enquanto desperdiçamos o único recurso não renovável: o tempo.

Morreu com 92 anos, viveu a vida com sobremesa e tudo, ainda que fosse sem geladeira nem televisão. No último ano de vida, mudou para Imperatriz, estava muito fraco. Bom contador de histórias, sentava num banquinho frente à casa, e lia nas mãos das moças o seu destino. Não há mulher que resista a que se lhe leia o futuro. E não há homem sério, nem mesmo em idade avançada.

Foi-se o velhinho, fora-se a minha mãe, na Polônia, alguns anos antes. Terei levado quase cinquenta anos para descobrir a que ponto as nossas raízes são profundas. Não é preciso ser oriental nem acreditar na reencarnação para entender a força da continuidade da vida.

### **Poder local**

Mal desembarcara da Nicarágua, fui convidado pela nova prefeita Luiza Erundina para assumir as relações externas da prefeitura, e depois a Secretaria de Negócios Extraordinários. A impressão dominante é a seguinte: uma gigantesca máquina burocrática, de mais de 100 mil funcionários, herdada basicamente dos tempos da ditadura, e voltada para gerir privilégios muito mais do que para servir a população. Luiza, uma mulher indiscutivelmente digna, honesta e batalhadora, tentou inverter o sentido da máquina, e fazê-la servir a cidade. Não se muda uma cultura política em uma gestão. Para mim, foram quatro anos de aprendizagem sistemática de como se articulam os dramas da modernidade que conseguimos construir. Na publicidade, é tudo simples, vemos belos carros que desfilam pelos campos, sem trânsito, o motorista encantado olhando as românticas quedas de água que passam. Na realidade, o motorista está parado num congestionamento na marginal Tieté, olhando para outro tipo de quedas de água. E o “faz de conta” não ajuda nada.

A São Paulo realmente existente conta hoje 30 assassinatos por dia, um milhão de pessoas vivendo em favelas, outro tanto em cortiços. A poluição das águas, que um dia nos serão indispensáveis, é generalizada, e a falta de planejamento nos faz buscar água até a 150 quilômetros enquanto poluimos a que temos. Cerca de 12 mil toneladas de lixo por dia são depositadas em aterros já esgotados, sem que ninguém se tivesse preocupado com o impacto de longo prazo das filtrações do chorume nos lencóis freáticos, ou com os investimentos necessários para assegurar o futuro. São cerca de 5 milhões de automóveis, numa cidade que conseguiu se paralizar...por excesso de meios de transporte. Um prefeito que regularmente assola esta cidade gastou os recursos que não tinha – endividar é mais fácil do que enfrentar o desgaste de cobrar impostos – para construir elevados, como se dois andares de carros resolvessem o problema. Boston, nos Estados Unidos, acaba de desmontar os seus últimos elevados, para voltar a ter uma cidade decente. Imitamos as bobagens, e com atrazo. O metrô, solução de longo prazo evidente para cidades deste porte, ostenta os seus ridículos 45 quilômetros, foi preciso chegar a um estado de quase calamidade com o absurdo de todo o trânsito norte-sul de carga do país passar por dentro

da cidade, para finalmente chegar a construir parte de um anel de conexão entre as principais rodovias.

É também uma gigantesca bacia, de 30 por 50 quilômetros, com dois terços impermeabilizados, porque ninguém pensou em assegurar a suficiente permeabilidade do solo, como o fazem outras cidades do mundo. Dez milhões de pessoas olham passivamente todo verão as enchentes quase permanentes, sentadas pacientemente nos carros parados, carros que aliás são construídos para poder andar a mais de 150 quilômetros por hora. Como não se planeja a contenção de encostas, arborização e outras técnicas de prevenção, opta-se por cavar um rio mais fundo, que significa mais contratos para empreiteiras. Um rio em qualquer cidade organizada é uma atração, um polo turístico, um capital econômico, uma fonte de lazer. Aqui, é uma fonte de contratos.

O maior centro econômico da América Latina, gerido pelo eterno triângulo de empreiteiras, especuladores imobiliários e políticos corruptos, num negócio milionário que permite financiar amplamente as campanhas políticas que reproduzem o sistema. O discurso, naturalmente, é cheio de democracia e progresso.

As pessoas mal se davam conta da importância das relações internacionais para uma cidade. Shanghai, onde estive para discutir estratégias de grandes metrópoles, tinha em 1992 cerca de 140 técnicos no seu departamento de relações internacionais. As cidades de Osaka no Japão, de Toronto no Canadá, para mencionar algumas, têm intensas atividades internacionais. Não é uma coisa secundária que envolve troca de “chave da cidade” e outros agrados diplomáticos. É no relacionamento direto entre cidades concretas que se tece o sistema de trocas de nível horizontal que caracteriza a gradual evolução do mundo dos sistemas verticais de pirâmides autoritárias para o sistema de redes horizontais interativas. Porque existem tecnologias novas que revolucionaram as comunicações, e porque o mundo deixou de ser caracterizado por populações rurais dispersas, para se tornar urbano. Hoje qualquer prefeito de cidade relativamente importante tem equipes técnicas que viajam para diversas partes do mundo para ver quem está resolvendo de que maneira problemas de poluição, de criminalidade, de transporte, de organização da saúde e assim por diante.

Os desafios são semelhantes, e é preciso aprender a aprender com os outros, em vez de reinventar a roda. É da profunda desinformação brasileira sobre políticas municipais modernas que resultam visões de que transporte se resolve abrindo túneis e construindo viadutos para automóveis particulares, ou de que a criminalidade se reduz comprando mais armas e viaturas. De certa forma, trata-se de reconstruir as implicações, em termos de gestão de políticas econômicas e sociais, das revoluções tecnológica e demográfica que estão mudando o planeta. E nesta reconstrução, fiquei cada vez mais convencido, o município, o poder local, têm um papel fundamental a desempenhar.

Ia amadurecendo a minha visão do papel estratégico da política e das instituições situadas no nível onde a população pode ter um controle efetivo dos processos. Trata-se evidentemente de uma possibilidade, e não de garantia. Mas os longos anos que passara ajudando a montar sistemas centrais de planejamento e de regulação econômicos em

diversos países, me fizeram entender a que ponto as estruturas centrais de governo, se não há uma “âncora” de poderes locais solidamente organizados, para pressionar por resultados e exigir adequação com as suas necessidades, passam a ser dominadas por um absurdo carnaval de pressões de empreiteiras, grupos organizados de corrupção, cirandas de banqueiros, subsídios de usineiros e outras manifestações que conhecemos bastante. De certa forma, o governo central não se equilibra de dentro, precisa ter um contrapeso e um controlador externo.

Em outros termos, o conceito de divisão de poder entre executivo, legislativo e judiciário já não é suficiente: precisamos de um lastro político de sociedade civil organizada, em torno dos espaços locais, que é onde finalmente a população mora e pode constatar se há ou não progresso real em termos de qualidade de vida. Numa missão que realizei na Costa Rica, para as Nações Unidas, constatei que os municípios alí decidem sobre o uso de apenas 5% dos recursos públicos. Analisando o sistema de gestão da Suécia, constatei que esta proporção é de 72%. Em outros termos, a Suécia não se caracteriza por ter menos Estado, e sim por seu Estado funcionar essencialmente na base, com controle direto da própria população. E como as necessidades básicas da população são de nível local, como a escola, o médico para a família, a condução, o pão e o leite, a segurança e assim por diante, tratava-se de colocar simplesmente a pirâmide de pé, com a base da população passando a ter um peso determinante sobre as decisões econômicas.

A experiência de gestão progressista em São Paulo me fez ver de maneira muito mais clara o gigantesco potencial das formas descentralizadas de administração pública. Mudanças desta profundidade não se realizam, é claro, em quatro anos e numa prefeitura apenas. Hoje no Brasil este processo progride sistematicamente, em diversas regiões, ainda que o tradicional sistema da corrupção, formado pelas empreiteiras, pelos políticos fisiológicos, pelos especuladores imobiliários, pela mídia e pelos segmentos corruptos do judiciário, predomine amplamente no país. E não se pode deixar de mencionar, no caso de São Paulo, que é outra mulher de coragem, Marta Suplicy, que retoma o bastão deixado por Luiza Erundina, buscando fazer de São Paulo um espaço humano.

As alternativas mais sólidas de gestão local, em termos de reequilíbrio social e de eficiência de gestão, tem surgido em geral nas administrações de esquerda ou centro-esquerda. Não há grande surpresa nisto. A esquerda viu a sua visão estatista tradicional ruir de maneira generalizada, e está reconstruindo visões muito mais avançadas do que a direita, que segue presa nos seus esquemas de privatização, corrupção e atraso, e continua repetindo uma fórmula de se resume ao anti-estatismo. Os sucessos na área progressista têm levado frequentemente a direita a se unir para bloquear as experiências. Mas isto faz parte do jogo. O importante é que através do paciente trabalho de milhares de pessoas, de organizações da sociedade civil, e de um número crescente de empresários que buscam uma visão renovada, está gradualmente emergindo uma visão de gestão social profundamente renovadora. Hoje, já são centenas de experiências de este tipo em curso no país, apesar da centralização ainda amplamente dominante, e do poder corrupto das velhas elites.

## A era da globalização

A perplexidade é crescente. Antes, a perplexidade era mais dos países do pobres, regularmente apresentados como irresponsáveis que “não davam certo”. Hoje, manifesta-se também nos países ricos, presos num consumismo desenfreado que o planeta não tem como suportar, e crescentemente nas próprias empresas transnacionais, cujo gigantismo e poder político cada vez mais explícito leva a processos de burocratização, fraudes e corrupção que estávamos acostumados a procurar na máquina estatal. Na realidade, estamos simplesmente enfrentando as limitações da gigantesca simplificação que constitui a gestão baseada na maximização do lucro, e onde a ética se resume na expressão que hoje tanto circula, ainda que privadamente, nos Estados Unidos e nas multinacionais: *We're the best, fuck the rest*. O *resto*, no entanto, existe. E se trata hoje dos quatro quintos da população mundial.

Fui convidado a realizar algumas consultorias na África do Sul, que emerge gradualmente da noite obscurantista em que foi mergulhada, não por populações "atrasadas e mal formadas", mas por brancos ricos e cheios de diplomas. Este fato em si é importante. Somos tão cegados pelo respeito à competência técnica, que nos esquecemos dos princípios que esta competência deve servir. O resgate desta dimensão é que sustenta a imensa estatura humana de Nelson Mandela, frente aos poderosos e milionários exploradores de ouro e diamante, aos De Beers e outros vendedores da riqueza e do trabalho alheio. Não há competência que ajude se os objetivos são burros.

Hoje a África do Sul está buscando caminhos para resgatar a capacidade de governo, frente a duas poderosas torrentes de mudança: a interna, do *apartheid* para a democracia; e a externa, com a abertura e globalização da economia. Como reconstruir os pactos internos de uma sociedade, quando as prioridades apontam todas para a credibilidade e confiabilidade externa? Não é fácil dizer à população que espere. Com 13% de população branca se apropriando de 54% da renda das famílias, a situação é quase idêntica à do Brasil, onde 10% das famílias mais ricas se apropriam de 50% da renda.

O dilema não é complicado. O povo exige elementares condições sociais e econômicas, emprego, condições de sobrevivência. Os grandes grupos transnacionais que definem a credibilidade exigem "seriedade", ou seja, respeito aos lucros, concentração da renda, liberdade de exportar os capitais. Se não lhes garantimos todos os privilégios, se irritam e vão embora, lançando o país na crise cambial. E se lhes garantimos os privilégios, concentram a renda, e aprofundam a crise política e social. O grande capital privado constitui um fenômeno curioso: sabe produzir, mas não sabe distribuir. Na realidade, precisamos simplesmente repensar o papel que estas empresas devem jogar no nosso processo de desenvolvimento. A visão simplista de atrair capitais para desenvolver um país, ou uma região, não se sustenta. A dinâmica principal deve ser interna, e visando os interesses diretos da própria população.

A África do Sul, com uma renda *per capita* da ordem de US\$3.000, é de longe o país mais rico da região. Com 41 milhões de habitantes e um território de 1,2 milhões de quilômetros quadrados, é um país grande por qualquer critério internacional. Concentra 40% das reservas mundiais de ouro, 88% de platina, 83% de manganés, cromo e vanádio,

além de estar entre o segundo e terceiro lugar no mundo para carvão, diamante, amianto, níquel, fluor, titânio, urânio e zinco. O país produz 50% da eletricidade do continente, e dispõe de 45% das estradas asfaltadas. O peso econômico na região é portanto imenso. Isto não constitui um trunfo de negociação internacional?

Protegida durante décadas pelo próprio apartheid, a África do Sul montou um parque industrial amplo, bastante parecido com o do Brasil, mas de produtividade relativamente baixa, e apoiado em baixíssimos salários. Hoje, tendo de enfrentar os produtos asiáticos de baixos preços, e o resgate da dívida social de uma população não-branca que cansou de esperar e exige salários e direitos sociais, o mundo econômico da África do Sul descobre que não basta fazer crescer o bolo. O problema é agravado pela dinâmica rural, onde apenas 12% das terras são cultivadas, e as grandes propriedades de brancos vivem de enormes subsídios, tendo a sua viabilidade ameaçada.

O país evita o modelo mágico da privatização. Segundo o *White Paper* da presidência sobre a reforma dos serviços públicos, “o Governo está bem consciente que em alguns países [a privatização] teve efeitos adversos, em termos de qualidade declinante de serviços, piores condições de emprego para funcionários, desemprego crescente e marginalização crescente dos grupos mais frágeis, em particular mulheres e crianças. O movimento para um serviços público mais enxuto e eficiente em termos de custos na África do Sul se baseará portanto não na privatização mas na criação de parcerias efetivas entre governo, trabalho, empresas e a sociedade civil, e a construção de elevados níveis de envolvimento das comunidades na prestação local de serviços”.

O dinâmica aparece com clareza no funcionamento do principal fórum de negociação de consensos do país, o National Economic Development and Labor Council, o Nedlac. O Conselho reúne os grandes do movimento sindical, das empresas, finanças, movimento comunitário, para discutir soluções concretas para problemas chave do país. Uma vez que se chegou a um acordo e a compromissos formais por parte dos atores que efetivamente movem a máquina econômica e social do país, as decisões são enviadas ao congresso para assegurar a legislação correspondente.

De certa forma, em vez de fazer a política através de terceiros, as decisões são tomadas diretamente com os interessados, e os políticos, cuja função é legislar, legislam. Esta visão é adotada também para o conjunto dos governos das 9 províncias e dos municípios, apontando para uma filosofia de governo onde a tradicional gangorra privatiza/estatiza que está no centro das discussões em outros países foi ultrapassada, buscando-se em vez disso mecanismos flexíveis e participativos de negociação nos diversos níveis da administração pública. O que o governo está fazendo, na realidade, é enriquecer o tecido de controle da sociedade civil sobre o Estado e a própria área econômica, ultrapassando a absurda alternativa que nos é oferecida de sermos controlados por monopólios públicos ou cartéis privados.

Sucesso? Nesta área não existem garantias, e o essencial, na realidade, inclusive para entender as dinâmicas no Brasil, é tomar consciência da margem de manobra extremamente estreita que é deixada aos países em desenvolvimento, pressionados

internamente pelas populações espoliadas e cada vez mais conscientes, e externamente pelas recomendações da chamada comunidade financeira internacional. A Venezuela optou por responder positivamente à pressão popular, enfrentando as pressões norte-americanas. O México implodiu pelo lado da insatisfação da comunidade financeira, que retirou os capitais e levou o país à quebra.

A Argentina acreditou no bom-mocismo da esfera do dólar, optou pela docilidade total. Com o peso dolarizado, valendo um por um, foi covardia. El-Erian, administrador de uma das grandes empresas de especulação financeira dos EUA – o nome educado é “investidor institucional” – pegou grandes empréstimos em pesos, nos bancos argentinos. Com estes pesos saiu comprando dólares. O mercado é livre, só que a Argentina tinha reservas de 15 bilhões de dólares, enquanto a empresa de El-Erian tinha 180 bilhões para jogar. Os dólares desapareceram, veio o *corralito*, fecharam os bancos, e quando reabriram, o dólar estava a 3,5 pesos. El-Erian revendeu parte dos dólares adquiridos, pagou aos bancos argentinos em pesos, inclusive os juros – é uma empresa honesta – e levou algo como 600 milhões de dólares para casa, em cada bilhão empatado. Não produziu um par de sapatos, inclusive desorganizou uma economia. O mecanismo é clássico, e Joseph Stiglitz explica como se aplicou na Ásia. No mundo globalizado, alguns são mais globais que os outros.

Outros países derivam completamente, como a maior parte da África Sub-sahariana, ou se refugiam no congelamento religioso como numerosos países islâmicos. No conjunto, entramos no novo milênio sem um único mecanismo sério de apoio ao desenvolvimento do mundo pobre, dos quatro- quintos da população do planeta. As tragédias que se preparam são evidentes.

É muito impressionante ver como se conseguiu fechar o Brasil ao que ocorre no resto do mundo. As dramáticas mudanças na África do Sul, com a sua imensa importância para o futuro do mundo em desenvolvimento, simplesmente não apareceram no noticiário, a não ser quando eclodiu o problema do relacionamento entre Mandela e Winnie. Isto sim é importante. A China apresenta nos últimos 12 anos um crescimento superior a 10%, não há uma linha na imprensa brasileira sobre o que acontece por lá, nem sobre os mecanismos de gestão econômica adotados.

Cada caso é um caso. Fui convidado a opinar sobre as transformações da estrutura governamental da Mongólia. Não é perto. Do Brasil se vai até Johannesburgo, na África do Sul, daí mais um dia de vôo até Bangkok, na remota Tailândia, em seguida até Hong Kong, no sul da China, e finalmente Beijing. O avião seguinte envereda pelo interior da China, deixa para trás a Muralha, e com algumas horas mais na janela do avião aparecem as imensas planícies do deserto de Gobi, um horizonte perfeito de ar limpo como já não conhecemos no ocidente, as vastas estepes semeadas de *iurtas*, as tão características e milenares tendas da Mongólia.

As imagens que nos vêm à mente, são as inevitáveis lembranças de Genghis Khan, dos temíveis cavaleiros que conquistaram um dos maiores impérios que o mundo já conheceu. E à medida que o avião desce, que aparecem mais nítidos os rebanhos de

ovelhas, as manadas de cavalos, os vales de rios largos e rasos, vem a impressão de um passado que pouco mudou, impressão logo confirmada pelos antigos templos que sobressaem na velha capital, Ulaan Bator.

Como é que sobreviveu este espaço limpo, esta imensidão de campos sem cercas nem placas de propriedade, perdido entre as estepes sem fins da Sibéria, ao norte, e os temíveis desertos do oeste da China? Como é que sobreviveu intacta uma nação de pouco mais de 2,5 milhões de habitantes, com a sua língua, sua cultura, seus costumes hoje únicos no mundo, encrustada entre duas potências de tanto peso militar, econômico e cultural como a Rússia e a China?

A Mongólia tem um governo recentemente eleito, e quer descentralizar o seu sistema de gestão, numa visão de abertura do país, de mecanismos de mercado. Invade-me o sentimento de surrealismo: até aqui chegou o formulário ocidental, a simplificação que transforma os ideais humanos numa receita polivalente. Como será o casamento deste fim de mundo e das suas tradições, com os sistemas especulativos do casino financeiro global?

Ulaan Bator reflete todo este surrealismo. Antes das simplificações do Ocidente, a capital fora sujeita às simplificações soviéticas. As imensas praças do centro ostentam gigantescos edifícios que constituem réplicas maciças dos edifícios burocráticos russos, um estilo pesado e cinzento que contrasta com a lindíssima arquitetura dos templos tradicionais, com as suas cores rebuscadas e formas delicadas. Logo em seguida, aparecem os novos edifícios que simbolizam a entrada da Mongólia na era global: as imensas construções das redes hoteleiras ocidentais, torres de dezenas de andares, tão esmagadoras, em outro estilo, como os edifícios burocráticos. A realidade me pareceu óbvia: a arrogância do comunismo russo e a do capitalismo global é idêntica, cada um quer trazer a sua marca definitiva, nenhum pensou adaptar-se às tradições, respeitar a cultura, ou pelo menos inserir-se na estonteante beleza natural do país.

Dentro dos hotéis, os ruidosos gafanhotos multinacionais, com os seu cabelo bem cortado, suas pastas pretas de executivos, buscando os lucros desta nova fronteira: a Mongólia é rica em ouro, tungstênio, zinco, molibdênio, prata, além das valiosas madeiras. Aos governantes locais cada vez mais perplexos com o ritmo dos acontecimentos e com a invasão das empresas, explicam que a liberdade de comercializar os seus produtos significa que o país é livre, logo democrático, moderno. Os americanos negociam o ouro, os coreanos instalam modernos sistemas de telecomunicações, os japoneses apresentam carros luxuosos. O grosso da população, vivendo em apartamentos modestos de outra era, ou nas *iurtas* que cercam a cidade, aparecem como espectadores. Presos numa estranha mistura de angústia e fascínio, como a maioria de nós hoje no planeta, desempenham com gestos inseguros os papéis que lhes são designados, num espetáculo cujo sentido desconhecem.

Que sentido tem globalizar a Mongólia? Serão jantados com batatas fritas, pelos grandes especuladores mundiais. As florestas que ladeiam os rios cristalinos virarão palitos de dentes. Estarão nos nossos supermercadões: *Made in Mongólia*. As crianças deixarão de

enfrentar o frio em cavalgadas nas estepes. Serão felizes, sentadas em casa frente a uma televisão, vendo Starski e Hutch. Ou, se o Brasil tiver sucesso nos acordos com Turner e Murdoch, vendo *Selva de Pedra*. E os historiadores mongóis comentarão: enfrentar a China e a Rússia era bem fácil.

O Canadá constitui realmente uma outra dimensão. É inegável que sofre a pressão do consumismo obsessivo do país vizinho. Quando a minha mãe visitara o Canadá, nos anos 60, assistiu à missa da comunidade polonesa de Toronto. Durante a missa, o padre pediu para que todos rezassem pelos pobres compatriotas que sofriam sob o jugo do comunismo na Polônia. Inconveniente como sempre, minha mãe, que vivia na Polônia, interrompeu o sermão, e explicou que ia pedir na sua igreja de Varsóvia para que rezassem pelos poloneses do Canadá, que viviam a vida como se esta se resumisse a um trajeto entre a entrada e a saída de um supermercado.

Mas a realidade é que o Canadá mantém uma personalidade distinta, e sumamente interessante. É um caso onde a globalização encontra comunidades fortemente estruturadas, e uma vontade nacional que não deixa o país ser absorvido. São coisas que podem parecer pequenas. Visitando um supermercado em Toronto, encontrei uma sala repleta de livros. Explicaram-me que se tratava de uma seção da biblioteca municipal, que funciona dentro do supermercado. A lógica é simples: quando uma pessoa vai fazer compras, aproveita para pegar um livro para a semana, devolvendo o da semana anterior. Em termos micro-econômicos, de faturamento, não há dúvida que o supermercado preferiria ter uma seção de cremes de beleza. Mas em termos de qualidade de vida e de cidadania, ter essa facilidade de acesso aos livros, poder folheá-los com as crianças, gerando interesse pela cultura, aumenta indiscutivelmente a produtividade social.

A essência do enfoque é que não se trata de *optar* pelo supermercado ou pelo livro, pelo interesse econômico ou pelo social: trata-se de articulá-los. E em numerosos países, a articulação destes interesses já foi incorporada nas práticas correntes de gestão da sociedade, em torno de conceitos como *parcerias*, *empoderamento*, *governança*, *responsabilização*.

Em São Paulo, o programa de reciclagem foi cancelado pelo mesmo prefeito que regularmente assola a cidade, pois não era economicamente interessante. O raciocínio é correto do ponto de vista microeconômico, e alimenta os raciocínios do seu colega Roberto Campos: custa mais a reciclagem doméstica do que o valor de venda do produto reciclado. No Canadá, no entanto, uma vez generalizada a atitude, ou a cultura, do não desperdício, constatou-se que o lixo orgânico que sobra é muito pouco. A prefeitura de Toronto forneceu latas de lixo padronizadas e herméticas, para o este tipo de lixo. Como é pouco e está vedado, não provocando mau cheiro, e foi possível passar a recolha do lixo de todo dia para uma vez por semana. Isto significa evidentemente uma redução dramática dos custos de limpeza da cidade. A mudança cultural, e a correspondente mudança da forma de organização das atividades, provocam assim uma grande melhoria da produtividade social.

Não há muito mistério no processo: a empresa privada pode desenvolver atividades que geram um produto vendável, como um sapato. Quando se trata de interesses difusos da sociedade, no entanto, do rio limpo, da cidade bonita, do espaço verde essencial para as crianças brincarem, da articulação escola-bairro, da riqueza da vida nos rios e nos mares, da segurança nas vizinhanças, não há empresa que nos possa "vender" isto, a não ser, por exemplo, cercando uma região, e gerando os monstruosos condomínios, guetos de riqueza que preparam novos dramas para amanhã. Em termos econômicos, a dinâmica é poderosa: trata-se de reduzir a disponibilidade dos bens livres, reduzir a sua oferta, para transformá-los em produtos vendáveis. Quer se trate de água, dos peixes do mar, da terra ou das praias, o mecanismo é o mesmo, reduzir a oferta para aumentar o valor. É a anti-economia no sentido mais rigoroso.

Uma forte presença do interesse público e da sociedade civil é neste sentido essencial. É fácil dizer que se trata de sociedades ricas, onde há cultura e espaço para atividades do gênero. Mas podemos inverter o raciocínio. A sociedade do Canadá é muito menos rica do que a dos Estados Unidos, e no entanto a qualidade de vida é muito superior. Vendo por outro ângulo, podemos nos perguntar se Canadá consegue promover este tipo de iniciativas porque é rico, ou se tornou rico por optar pelos caminhos *socialmente* mais produtivos? É muito impressionante ver a que ponto a cultura do bom senso econômico e social, e que poderíamos chamar de *capital social*, gera economias e racionalidades em cadeia: as escolas abrem à noite e aos fins de semana as suas instalações esportivas para a vizinhança, o que aumenta a infraestrutura de lazer disponível, com vários impactos conhecidos em termos de saúde, contenção de droga e assim por diante. A disponibilidade de lazer social reduz por exemplo o absurdo de famílias ricas construírem piscinas individuais, que passam mais de 90% do tempo sem uso, com grande custo e produtividade quase nula.

Não é o caso de multiplicar exemplos de uma tendência que já se tornou evidente no plano internacional. O que isto implica, em termos de melhoria da gestão social, é que o avanço social não significa necessariamente destinar por lei uma maior parcela de recursos para a educação. Significa também incorporar nas decisões empresariais, ministeriais, comunitárias ou individuais, as diversas dimensões e os diversos impactos que cada ação pode ter em termos de qualidade de vida da população. Além de uma área, – com os seus setores evidentes como saúde, educação, habitação, lazer, cultura, informação, esporte, – o social constitui portanto também uma dimensão de todas as outras atividades, uma forma de fazer indústria, uma forma de pensar desenvolvimento urbano, uma forma de tratar os rios, uma forma de organizar o comércio.

No Brasil, constituiu de certa maneira um primeiro passo mais visível o acordo de um hipermercado com o governo do Rio Grande do Sul, em que a empresa destinou parte do seu espaço para pequenos comerciantes, para evitar o efeito desemprego, e está organizou parte do seu abastecimento diretamente com pequenos produtores rurais. Não se trata mais de caridade empresarial, trata-se de bom senso na articulação de objetivos econômicos, ambientais e sociais. A empresa ganha simpatia e nome, o político ganha visibilidade, a sociedade ganha empregos e atividades econômicas. Só perdem os eventuais ideólogos, ofuscados pela sua obsessão com modelos puros.

O conceito micro-econômico de produtividade só consegue provar a sua superioridade ao isolar o impacto lucro de uma unidade produtiva, do conjunto das *externalidades*, do impacto social gerado. A cada parque que fecha para abrigar um supermercado ou um estacionamento, temos maior lucro em termos empresariais, e maior prejuízo em termos econômicos, pelos custos adicionais gerados para a sociedade, além da perda de qualidade de vida, que afinal é o objetivo mais amplo.

A opção liberal centrada no lucro imediato da unidade empresarial, não é apenas socialmente injusta: é economicamente burra. É natural que uma sociedade perplexa ante o ritmo das mudanças, assustada com o desemprego, angustiada com a violência, busque soluções simples. A grande simplificação ideológica do liberalismo representa neste sentido o extremismo ideológico simétrico ao que foram as grandes simplificações da esquerda estatista. Com todo o peso das heranças extremas do século XX, temos de aprender a construir sistemas mais complexos, onde a palavra chave não é a opção, mas a articulação.

### **Ciência, vivência, consciência**

Este conjunto de relatos de vivências faz parte de um entrelaçamento de idéias, valores e sentimentos, que constroem gradualmente, como partes de um mosaico oriental, uma visão de mundo. Todos somos o fruto desta composição complexa de pequenas partes diferenciadas, cada pedrinha tem um valor próprio e um valor diferente na imagem mais ampla que compõe. Não há como isolar um elemento do outro.

A ruptura desta unidade constitui provavelmente o que de mais eficiente e de mais trágico herdamos do mundo anglo-saxão. David Korten, no seu livro *The Post-Corporate World*, resume bem este dilema: "Quando a corporação moderna reúne o poder da tecnologia moderna e o poder da grande massa de capital, reúne simultaneamente o cientista cuja auto-percepção de responsabilidade moral se limita a fazer avançar o conhecimento objetivo instrumental, e o executivo corporativo cuja autopercepção de responsabilidade moral se resume a maximizar os lucros da corporação. O resultado é um sistema onde o poder e a competência técnica estão desvinculados da responsabilização moral, onde os valores instrumentais e financeiros atropelam os valores da vida, e onde o que é prático e lucrativo toma precedência sobre o que é vital e responsável."

Concede-se uma personalidade jurídica à empresa, como se fosse uma pessoa de verdade, com desejos e direitos, mas se lhe fixa um objetivo único, o de obter lucro, pois isto denota eficiência, competência, e portanto valor moral. Há um processo mágico e indiscutivelmente uma boa dose de charlatanismo nesta abordagem, que não resiste a uma visão de conjunto. Isolando-se artificialmente a técnica da ética, já não haverá limites ao que a empresa faz, conquanto consiga lucros, nem ao que fazem os seus funcionários, já que estão apenas seguindo as instruções da empresa. Esta fantástica desvinculação entre a atividade econômica e a responsabilização moral permite hoje, por exemplo, que uma empresa venda armas para o planeta todo com a justificativa de que apenas produz bons mecanismos que por acaso disparam projéteis. Ou que uma financeira desarticule a

poupança acumulada de um país e explique que está apenas defendendo os interesses dos seus aplicadores, cumprindo portanto a sua obrigação.

Naturalmente, caso um país cliente não esteja suficientemente consciente das suas necessidades de armamento, haverá sólidas propinas para convencê-lo. E no caso das finanças, se as ondas são demasiado calmas para permitir fluxos acelerados e lucrativos de dinheiro, haverá sempre como ajudar com uma pequena desestabilização. A ética corporativa adota a filosofia profunda da barreira no jogo de futebol: o essencial é não avançar demais, e estar alinhado com os outros. O que por sua vez permite o argumento supremo: *todo mundo faz*. A ética se torna difusa, diluída na amplitude do que é socialmente tolerável, e tolerável porque generalizado em determinado meio social. E a pessoa preocupada com com segurança, com solidariedade, com o meio ambiente, é apresentada como idealista, como sonhadora que desconhece as regras do *mundo real*. Na mesma mídia dominante que veicula esta mensagem, podemos ver todo dia entrevistas de executivos e políticos que nos olham com olhar de profundos conhecedores da sociedade realmente existente, e nos propõem mais bandidagem.

Até onde pode avançar a barreira? Gerou-se até um conceito para definir os limites: *plausible deniability*. Ou seja, a empresa pode avançar na fraude, destruição ambiental ou manipulação política enquanto a negação de autoria for plausível. É estimulante olhar o rosto angélico de um grupo de jogadores, a poucos metros da bola, olhando para o juiz como donzelas inocentes que ignoram do que se trata. A diferença com a economia, naturalmente, é que se pode tratar por exemplo de um medicamento cujo sobrefaturamento implica em milhões de pessoas que a ele não terão acesso. A inocência não existe, somos todos responsáveis pelo que acontece. Não só pelo processo, mas pelas consequências.

Na primeira parte deste pequeno livro, fomos juntando vivências, sugerindo como elas foram moldando uma busca de respostas através de instrumentos científicos, e como ambas, vivência e ciência, foram se transformando em valores, sentimento de culpa ou responsabilidade, de agrado ou de indignação. Como professores, não somos apenas matemáticos, ou geógrafos: somos seres humanos com toda a riqueza e todas as fragilidades.

Nesta segunda parte, que iniciamos a seguir, tentamos um exercício mais vulnerável ainda, que é de tentar organizar de forma mais sistemática a visão de mundo que emerge desta mistura, do trabalho científico, da indignação moral, das vivências acumuladas. Não que as tendências estejam claras. Nesta fase histórica de transformações dramáticas, o denominador comum é provavelmente a fragilidade das previsões. No entanto, vale a pena desenhar as macro-tendências que estão se evidenciando, e tentar distinguir na neblina os vultos do novo mundo que estamos construindo.

## PARTE II - O MOSAICO DO FUTURO

*Nada ajuda tanto a economia,  
como um bom governo*  
J. K. Galbraith

### **Novas dinâmicas, outros conceitos**

Há momentos em que as inúmeras facetas da realidade e as teorias herdadas realmente não se ajustam. Nunca houve tanta polarização entre países dominantes e dependentes, tão absurda manipulação financeira ou comercial, e no entanto, já não nos sentimos à vontade com a simples denúncia do imperialismo. Constatamos por toda parte a crescente distância entre ricos e pobres, inclusive nos países desenvolvidos, mas os conceitos tradicionais relativos à luta de classes parece que se tornaram irreais. Ainda falamos em capitalismo e burguesias, mas um número crescente de estudos, desde os relatórios da Unctad até os exemplos trazidos por meios científicos conservadores apontam crescentemente para fato que não só os trabalhadores, mas também os empresários efetivamente produtivos, os que trazem valores reais para a sociedade, estão sendo crescentemente espoliados através das dinâmicas financeiras globalizadas. De certa maneira, os conceitos tradicionais se tornaram escorregadios, já não os sentimos carregados de realidade, já não são aqueles facho de luz que iluminam a nossa visão das coisas.

Assim, ao mesmo tempo que as razões para a preocupação e a denúncia se reforçam, os instrumentos de sua análise se mostram mais insuficientes. O caso, seguramente, não é de baixar os braços, mas de repensar os conceitos que deveriam facilitar a nossa compreensão das dinâmicas. A urgência se torna tanto mais premente quanto constatamos que milhões de pessoas no mundo estão se organizando segundo caminhos novos, que têm cada vez menos a ver seja com a visão estatista tradicional em que boa parte da esquerda se trancou, seja com o vale tudo liberal.

Foi para mim um ponto de partida útil, organizar os grandes eixos de mudança em curso. Estas mudanças, refletidas em particular na revolução tecnológica, na globalização, na dramática polarização mundial entre ricos e pobres, na urbanização generalizada do planeta, e na transformação das relações e organização do trabalho, nos colocam novos desafios.

Cada uma destas tendências traz imbutidas as suas contradições. As tecnologias avançam rapidamente enquanto as instituições correspondentes avançam lentamente, e esta mistura é explosiva, pois não conseguimos manejar de forma responsável as tecnologias de impacto planetário de que dispomos. A economia se globaliza enquanto os sistemas de governo continuam sendo de âmbito nacional, gerando uma perda geral de governabilidade. A distância entre pobres e ricos aumenta dramaticamente, enquanto os planeta encolhe e a urbanização junta os polos extremos da sociedade, levando a convívios contraditórios cada vez menos sustentáveis, violência e insegurança

generalizada. A própria urbanização deslocou o espaço de gestão do nosso cotidiano para a esfera local, para as cidades, enquanto os sistemas de governo continuam na lógica centralizada da primeira metade do século passado. Finalmente, o mesmo sistema que promove a modernidade técnica gera a exclusão social, transformando a maioria da população em espectadores passivos, cada vez mais cansados de novas tecnologias que geram novas ameaças, enquanto se perde de vista a solução dos problemas mais elementares.<sup>1</sup>

A conclusão que tiramos destes cinco eixos contraditórios, é que a humanidade precisa urgentemente “puxar as redeas” sobre o seu desenvolvimento, e dotar-se dos instrumentos institucionais capazes de efetivamente capitalizar os avanços científicos, em sí positivos, para um desenvolvimento mais humano.

Há um cansaço geral quanto às “árvores de natal” ideológicas, que nos prometem de um lado, com estatização e planejamento, a tranquilidade social, e de outro, com privatização e mão invisível, a prosperidade. A primeira nos deu um gigantesco enalacrimento burocrático, a segunda nos levou à mais dramática acumulação de injustiças sociais que a humanidade já conheceu e a um sentimento permanente de insegurança. Aqui não há vencidos nem vitoriosos. Por enquanto, a vencida é a própria humanidade. Trata-se de buscar formas de gestão social que nos permitam efetivamente enfrentar os problemas.

Um olhar frio para as formas como nos organizamos e governamos tende a nos deixar bastante modestos. Não há muitas razões para se soltar foguetes, nem aqui, nem na China, como dizem, mas tampouco na Rússia ou nos Estados Unidos. Estou convencido de que hoje realmente não é o tempo de certezas, e sim de questionamentos, abertura, tolerância, compreensão. É vital também a abertura de canais de comunicação entre as diversas ciências sociais, entre as diversas instituições, entre os diversos atores sociais organizados. Para dizê-lo de forma marxista, as infraestruturas estão se transformando num ritmo prodigioso. Nós nas superestruturas é que estamos ficando atrasados.

Dizer que estamos confusos é ao mesmo tempo verdadeiro e não é. Os caminhos são sem dúvida mais complexos, mas os objetivos apontam de forma cada vez mais clara para uma sociedade mais humana, mais solidária, menos espoliadora dos nossos poucos recursos naturais planetários, e menos centrada na idiotização generalizada que leva mulheres a se encherem de silicone, e os homens a posarem de importantes com ares de executivos. Um mínimo de realismo nos estimula à humildade: sequer conseguimos ainda reduzir a massa de crianças que morre de fome no planeta, ou assegurar presença familiar e comunitária decente aos nossos filhos.

Michael Behe, o autor da *Caixa preta de Darwin*, tem uma linguagem comedida: "Nos seres humanos, diz ele, tendemos a ter uma opinião bastante exaltada de nós mesmos". A modéstia, realmente, não é o nosso forte. Esta característica é rica de consequências: já nos consideramos superhomens por enviar um foguete à lua, quando ainda não conseguimos erradicar o modesto carrapato. Em outros termos, temos uma prodigiosa

---

<sup>1</sup> Estudamos em detalhe estes eixos de mudança no nosso *A Reprodução Social: Vol. I, Tecnologia, Globalização e Governabilidade* - Editora Vozes, Petrópolis, 2002

capacidade de esquecer os problemas prosaicos que temos de enfrentar. Além disso, como indivíduos, temos a forte propensão para nos convenceremos de que conhecemos a *verace via*, um caminho reto que lamentavelmente os outros, por maldade ou ignorância, teimam em não reconhecer.

Saber o caminho é ótimo. Permite um olhar confiante para o futuro, e um caminhar que ignora os sacrifícios. Esta confiança está sendo abalada por transformações profundas que nos deixam perplexos. Alguns, na insegurança criada, se aferram mais a verdades eternas. Outros gritam mais alto slogans antigos, na esperança que sejam melhor ouvidos. Mas não escapamos à necessidade de repensar os caminhos.

A *verace via* consistia em economias que eram nacionais, centradas na produção industrial, dirigidas por burguesias que tinham esgotado o seu papel histórico, devendo dar lugar à nova classe trabalhadora que assumiria o leme mediante a socialização dos meios de produção. A transformação se daria através do controle do Estado. Considerar esta versão da *diritta via* nos traz o sentimento que temos ao olhar as antigas fotos amareladas de um album de família. Uma fria comparação com o mundo que vivemos nos dá a dimensão da mudança de parâmetros. A economia nacional é absorvida pelo espaço global, a indústria está perdendo peso dia a dia frente a novos eixos de atividades, as burguesias, no sentido tradicional de proprietários de meios de produção, estão sendo substituídas por tecnocratas racionais e implacáveis, quando não por especuladores completamente desgarrados das realidades prosaicas de produtores e consumidores. A classe trabalhadora se tornou um universo extremamente diversificado no quadro da nova complexidade social, e a sua compreensão resiste cada vez mais às simplificações tradicionais. A socialização dos meios de produção mudou de rumo, o Estado está à procura de novas funções como articulador, e não mais como substituto, das forças sociais. A mudança, é preciso dizê-lo, é qualitativa, com todo o peso que isso tem para as nossas visões teóricas.

Outra *verace via* consistia na especialização de cada *nação* na área onde tivesse vantagens comparadas, e no livre fluxo de decisões microeconômicas, guiadas pelo simples interesse pessoal. O que resta das vantagens comparadas, quando 3,5 bilhões de habitantes dos países de baixa renda somam um Pib de um trilhão de dólares, enquanto o grupo de países ricos soma 24 trilhões, 80% do Pib mundial, apesar de ter apenas 15% da população? Vantagens econômicas comparadas só podem existir se o poder político e econômico dos atores for minimamente comparável. E as vantagens relativas que determinados países têm, são seletivamente absorvidas por mega-empresas transnacionais que distribuem o seu processo produtivo jogando o que é intensivo em mão de obra para países asiáticos, onde se paga centávos por hora, o que é intensivo em engenharia para a Rússia, onde se pode adquirir boa capacidade técnica por algumas centenas de dólares por mês e assim por diante, tirando a nata dos trunfos de cada nação. Para que haja vantagens comparativas da nação, é preciso que os espaços econômicos sejam constituídos por nações.

A lógica microeconômica não vai muito mais longe. A idéia era que o padeiro teria todo interesse em produzir bom pão, e barato, e em quantidade, pois assim ganharia muito

dinheiro, e da preocupação do padeiro consigo mesmo resultaria a fartura de pão para todos. Nascia a visão utilitarista, que acabaria por tornar-se a única filosofia realmente existente no chamado liberalismo. A visão do padeiro e a crença na resolução automática das tensões macro que resultam de milhões de decisões microeconômicas tornam-se ridículas num planeta que enfrenta o impacto dos gigantescos grupos transnacionais, as poderosas redes de comércio de armas, os monopólios da mídia mundial, a destruição acelerada da vida nos mares, o aquecimento global, o acúmulo das chuvas ácidas, a especulação financeira globalizada, o comércio ilegal de drogas, órgãos humanos e prostitutas infantís, e tantas outras manifestações de um processo econômico sobre o qual perdemos o controle. O capitalismo global realmente existente é uma coisa nova, e os conceitos de sua análise ainda estão nas fraldas. Aplicar-lhe os velhos conceitos de Smith ou de Ricardo, e acreditar no poder mágico de uma coisa hoje complexa e diferenciada que chamamos abusivamente de *mercado*, nos leva aqui também às fotografias amareladas.

Não é surpreendente a nossa dificuldade de repensar o universo social numa perspectiva nova. Primeiro, porque as mudanças foram rápidas em termos históricos, ou até vertiginosas, mas se deram de maneira progressiva, sem um momento preciso de ruptura. Em consequência, fomos “espichando” de certa forma os nossos conceitos, para cobrir uma realidade cada vez mais diferente. O *lumpen-proletariado* adquiriu forma mais ampla no conceito de *exclusão social*, o *proletariado* evoluiu para um conceito mais geral de *classes trabalhadoras* e assim por diante. Chamar de *mercado* o sistema de poder articulado de cerca de 500 empresas transnacionais, ou as transações intra-empresariais a preços administrativos que hoje envolvem 35% do comércio mundial, tornou-se insustentável, e leva ao surgimento de curiosos remendos como *managed market*, mercado administrado. Quando a criança cresce, pode-se encomprar as mangas da camisa. Chega um momento, no entanto, em que torna-se necessário buscar outra camisa.

A nossa dificuldade prende-se também ao fato que os objetivos de uma sociedade justa e solidária, no quadro de uma ampla liberdade individual, continuam prementes nas nossas motivações, e hesitamos em avançar para instrumentos novos de gestão social, quando os antigos, bem ou mal, ainda que não respondendo às nossas necessidades de renovação, constituem uma trincheira razoável de resistência contra a barbárie econômica que gradualmente se instala. Agarramo-nos às soluções simplificadoras de outros tempos, estatização para uns, mercado para outros, mais na linha da resistência e temor frente às transformações em curso, do que propriamente por acreditar no poder ilimitado destes instrumentos.

A resistência é natural: nenhuma pessoa normalmente dotada de ética e bom senso olha com tranquilidade para este mundo novo. A preocupação não se resume à esquerda. O empresário efetivamente produtivo – não o controlador dos cassinos globais – pode acreditar que está defendendo a liberdade de iniciativa, mas cada empresa que fecha ou é adquirida por algum investidor institucional o deixa com mais dúvidas. E quando compara os seus lucros, que resultam de esforço e riscos reais, com as fortunas que especuladores ganham com o dinheiro dos outros, inclusive com remuneração assegurada

pelo governo a partir dos seus próprios impostos, começa a colocar em questão, intimamente, a própria lógica do sistema.

O nosso estômago, sem dúvida, ainda alimenta as nossas polarizações emocionais em torno do grande duelo entre a empresa e o Estado, que caracterizou o século XX. Mas nas nossas cabeças começa gradualmente a surgir a compreensão de que precisamos repensar a nossa visão. Não é mais uma simples polarização esquerda-direita que aflora na preocupação tão bem resumida por Ignacio Ramonet, no *Le Monde Diplomatique*: “Nos dez próximos anos, duas dinâmicas contrárias vão provavelmente jogar no planeta um papel determinante. Por um lado, os interesses das grandes empresas mundializadas, movidas por interesses financeiros, que se servem da tecno-ciência com um espírito exclusivo de lucro. Por outra parte, uma aspiração à ética, à responsabilidade e a um desenvolvimento mais justo que leve em conta as exigências do meio ambiente sem dúvida vitais para o futuro da humanidade”. Desenvolvimento social, meio ambiente, ética, o papel central da cultura e outros conceitos afloram de maneira confusa mas poderosa nesta nova problematização do desenvolvimento humano. Neste universo extremamente conturbado e ameaçador, emerge a busca de uma sociedade mais humana, de novos rumos que já não pertencem a uma ou outra classe.

O processo de análise que enfrentamos é complexo, pois a realidade avança com extrema rapidez, e os desafios são renovados a cada dia. É um caminho precário, repleto de fragilidades. Mas tem de ser trilhado, pois os nossos tradicionais e inexpugnáveis *bunkers* intelectuais, que se tornaram confortáveis na medida em que os reforçamos com verdades definitivas, já não se sustentam. A guerra mudou de rumo, ou, como dizia o saudoso amigo Octávio Ianni, a política mudou de lugar.

Não se trata aqui, portanto, de discutir alguma macro-teoria alternativa, e sim de colocar na mesa algumas das novas cartas com as quais temos de jogar. Seria uma *terceira via*? O problema é que o conceito de terceira via mistifica na medida em que faz supor que só havia duas. Na realidade, o mundo está evoluindo por outros caminhos, sem se preocupar demasiado com os conceitos simplificadores com que o século XX tentou amarrá-lo. Hoje é uma terceira via, amanhã será uma quarta. A boa política constitui um processo permanente de consulta democrática, construindo realidades sempre novas, e não um ponto de chegada.

Se houvesse um catecismo na economia, seria mais fácil, e na realidade muitas teorias têm mais a ver com catecismo do que com busca realista de caminhos. Sugiro ao leitor que veja as notas que seguem, não como regras simplificadas, mas como pontos de referência. Francamente, não são tão complicados assim, e fazem parte do universo de ação de todos nós.

### **Do grande relógio à sociedade complexa**

Uma coisa é aguardar o gênio teórico que colocará ordem nas coisas. Outra, é se colocar a pergunta se há alguma ordem nas coisas. Em outros termos, existe realmente um mecanismo globalmente intelegível, ou somos mesmo este emaranhado de interesses que

se cruzam e se cruzarão de maneira caótica e imprevisível? Na realidade, a partir de um determinado número de variáveis e de dinâmicas, a previsibilidade se torna limitada. Há alguns anos me perguntaram para onde eu achava que ia a Nicarágua. Eu, como assessor na área de planejamento, no núcleo de governo, deveria ter alguma idéia. Na realidade, não é questão de se ter as informações, e a teoria adequada de interpretação: se trata do fato que o número de variáveis, envolvendo neste caso desde a corrupção da *Contra* até os momentos eleitorais dos Estados Unidos e brigas internas das oligarquias nicaraguenses, além das possíveis erupções vulcânicas, nos obrigam a uma modéstia radical em termos de análise, e a buscar uma avaliação científica da própria *compreensibilidade* das situações que emergem. Não se trata de decretar a imprevisibilidade das coisas e de dar suspiros de impotência científica. Trata-se da convicção de que precisamos, nesta era de transformações, de um choque de modéstia interpretativa. Ao mesmo tempo, um mínimo de realismo e de informação sobre o que está acontecendo no planeta, nos convence de que, com as tecnologias cada vez mais poderosas que manejamos, identificar as ameaças e os pontos de referência razoavelmente claros se tornou uma questão de sobrevivência.

### **Da grande visão às alternativas viáveis**

Esta modéstia não implica inação, e sim uma mudança de enfoque. De certa forma, não se trata mais de definir a sociedade ideal, a *boa* utopia, e batalhar o espaço político de sua realização. Como diz Ximena de la Barra, a humanidade não irá parar em determinado momento, para adotar o novo sistema que nos agrada. Passamos a buscar cada vez mais as ações *evidentemente úteis*, como a distribuição da renda, a melhoria da educação e outras iniciativas que correspondem a valores relativamente óbvios de dignidade e de qualidade de vida. Por outro lado, à medida que identificamos tendências críticas da sociedade – o aquecimento global, a destruição dos mares, a exclusão social de segmentos mais frágeis da sociedade – buscamos gerar as contratendências. Desenvolve-se assim um tipo de pragmatismo da ação política. Muita gente pode ser mobilizada e organizada em torno ao objetivo de se assegurar, por exemplo, que cada criança esteja bem alimentada, tenha sapato no pé e um lugar na escola. Este enfoque não é necessariamente “pequeno”. Pelo contrário, abre possibilidades de ação para qualquer cidadão, através de iniciativas individuais, de grupos, vizinhanças ou associações, buscando o chamado *bem público*. E ao evidenciar resistências à mudança, torna as opções políticas e as necessárias mudanças estruturais mais evidentes. É uma condição não suficiente, mas necessária, da construção da política mais ampla. De certa forma, trata-se de resgatar a dimensão cidadã da política, a força do cotidiano do cidadão comum, ultrapassando o cansaço que frequentemente ganha os que esperam a grande utopia, o partido político ideal, o grande líder, ou as chamadas condições objetivas.

### **A articulação dos objetivos econômicos, sociais e ambientais**

Por outro lado, centrar-se no crescimento econômico e esperar que o resto *decorra*, através do mágico processo de *trickling down*, não é realista, e faz parte da utopia dos equilíbrios naturais, versão liberal das ilusões sociais. A compreensão do *bem público* está se tornando razoavelmente consensual. Da eficiência econômica *não* decorre

naturalmente a justiça social, ou o respeito ao meio ambiente. Da mesma forma, tentar centrar tudo na justiça social sem assegurar os recursos econômicos dos investimentos sociais tem pouco sentido. E naturalmente nem as ações sociais nem as atividades econômicas terão qualquer sentido se continuarmos a destruir o planeta. O objetivo geral resume-se assim nesta fórmula bastante simples que hoje encontramos nos textos das Nações Unidas: precisamos de um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, e sustentável em termos ambientais. Atingir um dos objetivos sem atender para os outros simplesmente não resolve a questão. E não basta dizer que o sistema vigente é menos ruim do que os outros: é menos ruim cair do décimo-quinto andar, do que do vigésimo?

### **A articulação do Estado, empresas e sociedade civil**

A articulação destes objetivos, econômico, social e ambiental, não se fará milagrosamente através da boa vontade das empresas, hoje centradas no lucro a qualquer custo, ou de alguma milagrosa recuperação da capacidade de ação do Estado, ou ainda através das relativamente frágeis organizações da sociedade civil. A própria irrupção da sociedade civil organizada na arena política se deve sem dúvida ao sentimento cada vez mais generalizado de que nem as macroestruturas do poder estatal, nem as macroestruturas do poder privado, estão respondendo às necessidades prosaicas da sociedade em termos de qualidade de vida, de respeito ao meio ambiente, de geração de um clima de segurança, de preservação do espaço de liberdade e de criatividade individuais e sociais. Na elegante formulação de Claus Offe, já nos digladiamos demasiado entre os que querem todo o poder ao Estado, uma privatização generalizada com poder irrestrito às empresas, ou um poético *small is beautiful* generalizado, repleto de comunidades e tecnologias alternativas. O primeiro nos deu o encalacramento comunista, o segundo nos deu as tragédias sociais do liberalismo – e a própria base política da alternativa comunista – e o terceiro é ótimo se não nos levar à revivência de um tribalismo opressivo, e de qualquer modo constitui um elemento necessário, mas não suficiente, dos equilíbrios políticos da sociedade. A palavra chave, aqui, é evidentemente a *articulação* dos diversos instrumentos de mudança. Somos condenados a articular de maneira razoavelmente equilibrada os poderes do Estado, das empresas privadas e das organizações da sociedade civil, e a visão das soluções políticas centradas na privatização ou no estatismo constituem simplificações hoje de pouca utilidade prática.

### **Objetivos sociais e direitos democráticos: da assistência à participação**

Não é suficiente atingir os objetivos sociais assim definidos: é preciso atingí-los de maneira democrática. Em outros termos, a articulação de Estado, empresas e sociedade civil em torno dos grandes objetivos não constitui uma simples opção de eficiência técnica. Ao deixar de lado a visão da utopia acabada, e ao optar pela construção e reconstrução permanente dos objetivos sociais, optamos pelos meios democráticos de tomada de decisão como elemento central da construção dos objetivos. Não basta que uma empresa, ou o Estado, faça algo que seja bom para as populações. Trata-se de compreender que o direito de construir o próprio caminho, e não apenas o de receber coisas úteis sob forma de *favor*, seja do Estado ou de empresas, constitui uma parte

essencial dos nossos direitos. Nenhum ator político ou econômico tem o direito de impor-me algo, sob a justificativa de que é para o meu bem, sem dar-me os instrumentos institucionais de me informar, de manifestar a minha opinião, e de participar do processo de decisão. Neste sentido, inclusive, a realidade é que as formas atuais de tomada de decisão do Estado, ou das mega-empresas privadas, são extremamente semelhantes em termos de transformar o cidadão num sujeito passivo e manipulado. O eixo da cidadania desponta como uma questão essencial das transformações atuais.

### **O controle empresarial: do poder difuso ao poder hierarquizado**

O momento que vivemos é de uma formidável dominância dos interesses mega-empresariais, que os americanos chamam de maneira simples e tão expressiva de *Big Business*. Este constitui a única força articulada a nível mundial, se apropriou de grande parte dos mecanismos de decisão dos Estados nacionais, controla os meios financeiros de representação da riqueza humana, e constrói a imagem positiva de si mesmo através do monopólio que exerce sobre os sistemas de comunicação. Antes do surgimento da mega-empresa mundial, a própria multiplicidade das empresas produtivas assegurava que a influência preponderante do setor privado nas decisões políticas da sociedade mantivesse uma certa democracia, ao dispersar de certa forma o poder. Hoje, alguns mega-atores econômicos navegam como donos do planeta, os Gates, Bertelsmann, Murdoch, Turner, Soros e tantos outros, gerando um tipo de *grupo social transnacional* para usar a fórmula de Leon Pomer, frente ao qual resta ao comum dos mortais a frágil cidadania, com ampla impotência e desânimo políticos, ou a simples exclusão social, no caso dos bilhões de miseráveis que compõem dois terços da população do planeta. Este poder organizado e articulado dos mega-empresários, busca apresentar-se como simples servidor do mercado: as *forças do mercado*, como são chamadas, são apresentadas como anônimas, e portanto democráticas, sujeitando a todos. Na realidade se trata de um mega poder político, que gera desequilíbrios dramáticos na economia global sem prestar contas a ninguém, pois se apresenta como sendo ninguém: é o *mercado*. E, naturalmente, qualquer tentativa de limitar os seus excessos, constitui um atentado ao *mercado*. Claramente, na articulação Estado-empresas-sociedade civil, hoje há um segmento que desequilibra completamente o processo de desenvolvimento social. As mega-empresas se recobrem da legitimidade do mercado, mas na realidade constituem hoje poderosos sistemas de articulação midiática, financeira e política.

### **A fragilização do Estado**

Nestas condições, não é surpreendente o rápido desgaste das formas tradicionais de política junto às populações. Nos Estados Unidos, um presidente é eleito com menos de um quarto dos votos do país, e os votos que consegue são em grande parte obtidos através de financiamentos milionários assegurados por empresas privadas, pelo chamado *mercado*. O tão pouco subversivo Business Week comenta que o apoio de Murdoch foi “instrumental” para manter os conservadores no poder durante duas décadas na Inglaterra. Murdoch foi eleito? O próprio fato que grande parte dos processos econômicos se tenha deslocado para a arena internacional, no quadro da chamada *globalização*, torna o Estado em grande parte impotente frente aos grandes movimentos mundiais de

especulação financeira, de concentração de renda, de destruição ambiental. Ademais, o essencial para a sobrevivência de um governo eleito, é ficar de bem com os grandes grupos econômicos. E para isso, deve jogar o jogo destes grupos, sob pena de se ver privado dos investimentos, ou alvo de *ataques* financeiros especulativos e dos grandes meios mundiais de comunicação. Uma fusão recente de bancos gerou um grupo financeiro com 700 bilhões de dólares de capital. As transferências especulativas ultrapassam 1,8 trilhões de dólares por dia. Apenas uma meia dúzia de grandes países no mundo consegue ultrapassar um trilhão de dólares de produção de bens e serviços *por ano*. Na expressão interessante de Kurtzman, hoje é o rabo que abana o cachorro. Assim o Estado se vê cooptado, e perde a sua capacidade de exercer um *contrapeso* político, e a de equilibrar os objetivos econômicos, sociais e ambientais. As grandes corporações, na euforia do pós-comunismo, geraram um amplo movimento privatista, culpando o Estado por todos os males. Esta tendência vem sendo vista como perigosa para o conjunto do processo de reprodução social, já não só pela esquerda, mas também por um grupo crescente de atores sociais de um espectro político mais amplo. Com a rápida erosão da governabilidade no planeta, o risco já não é apenas para os excluídos.

### **O contrapeso da sociedade civil**

Talvez a mudança mais significativa na visão dos novos rumos seja a compreensão do papel da sociedade civil organizada, ou das *organizações da sociedade civil* como as Nações Unidas chamam hoje esta vasta massa de ONG's (Organizações Não-Governamentais), OBC's (Organizações de Base Comunitária) e semelhantes. Como muitos ainda olham com descrença para as organizações da sociedade civil (OSC), é útil lembrar que nos Estados Unidos, onde é chamado de "non-profit sector", este setor emprega 15 milhões de pessoas; cerca de 80% dos americanos pertenciam a algum tipo de associação, e mais de 100 milhões de pessoas informaram ter feito algum tipo de trabalho voluntário em 1995. Em termos estritamente econômicos, estamos falando de uma contribuição para o Pib americano da ordem de 800 bilhões de dólares, só neste setor, quando o Pib total do Brasil é da ordem de 500 bilhões de dólares. O governo americano contribui com cerca de 200 bilhões de dólares por ano, assegurando um sem-número de atividades sociais, contribuindo para a solidariedade e coerência do tecido social, além da produtividade econômica. No conjunto, este setor é relativamente forte e presente nos países desenvolvidos, e fraco nos países pobres, onde a política se resume ao tradicional *dueto* de gabinete entre a oligarquia privada e a oligarquia estatal. Com as novas tecnologias que facilitam a conectividade, e a urbanização que favorece a organização local, abre-se um imenso espaço de modernização e democratização da gestão política, econômica e social, particularmente através de sistemas locais participativos. Para a nossa análise, o essencial é constatar que as insuficiências das mega-empresas e das formas atuais de organização do Estado, em termos de capacidade de resposta às necessidades fundamentais da sociedade, estão levando cada vez mais a própria sociedade a arregaçar as mangas e a articular as suas ações segundo caminhos novos.

### **Do tripé estatal ao tripé social**

Situar a discussão neste plano de articulação das forças sociais significa um avanço. Estamos acostumados, no Brasil, a situar o drama nas relações entre os três poderes, com discussões sobre presidencialismo (mais executivo) ou parlamentarismo (mais legislativo), ou ainda sobre o controle do judiciário pelos outros poderes. A sociedade civil entra normalmente pela portinha dos partidos políticos, e busca-se a legitimidade política perdida no voto distrital, na moralização do financiamento das campanhas e assim por diante. Como as coisas não funcionam, sempre podemos alegar que o brasileiro não sabe votar. Quanto ao setor privado, disfarça o seu poder político organizado, e aparece apenas com contribuições (poderosas ainda que discretas) para as campanhas, além dos *lobbies*, como se chama educadamente no Brasil a corrupção sistêmica. O *tripé social* nos coloca em outro nível. Trata-se de reconhecer formalmente o poder político (real) das empresas, e o poder político (necessário) da sociedade civil organizada. Trata-se de resgatar a capacidade do Estado de organizar o novo pacto social que a nação precisa, reforçando-o. Trata-se de tirar as grandes empresas de dentro dos ministérios, do Congresso e do Judiciário, desprivatizando o Estado. Finalmente, trata-se de dinamizar a organização da sociedade civil para que possa exercer efetivamente o seu papel de controle do Estado, de contenção ou compensação dos abusos do setor privado, e de recuperação de um mínimo de cultura de solidariedade social sem a qual nem a economia nem a sociedade serão viáveis. Com isto o debate se desloca da discussão obsessiva sobre se será melhor o poder nas mãos das oligarquias empresariais ou das oligarquias políticas, para colocar o problema no nível da relação entre o poder econômico, o poder político e a sociedade civil.

### **Da sociedade manipulada à sociedade informada**

Chamar o que vivemos de democracia constitui sem dúvida um ato de bondade. Como temos ao longo da nossa história longas fases de ditadura, reagimos como o pobre que foi obrigado a colocar um bode dentro do barraco: quando se tira o bode, o alívio é imenso. Só que o pobre continua pobre, e a casa continua sendo um barraco. Para passarmos da política do bode para uma política do progresso social organizado, e para assegurarmos um mínimo de equilíbrio entre Estado, empresas e sociedade civil, a sociedade precisa ser devidamente informada. Isto por sua vez implica na democratização do controle sobre os meios públicos de comunicação, a *mídia*. Neste sentido parece importante, em particular para forças democráticas que têm centrado os seus objetivos nas alternativas econômicas, reconhecer a centralidade dos processos culturais e de comunicação. Os pilares tradicionais de poder das oligarquias, as armas e os recursos econômicos, tornaram-se relativamente menos importantes do que a nova possibilidade, por parte de quem controla a mídia, de entrar em cada domicílio, cada sala de espera, em cada dormitório, com a mensagem incessante sobre o que devemos pensar de cada coisa, sobre como ter sucesso correndo, dominando e obedecendo. Orienta-se assim, em geral de forma implícita, os rumos e valores da imensa maioria da população, formando um tipo de inércia intelectual que pesará como um molusco gigantesco e informe sobre qualquer idéia nova, qualquer impulso de generosidade, qualquer pensar diferente. Passamos a querer o que se quer de nós. Hoje, muito mais importante do que discutir o controle de uma siderúrgica e os monopólios do Estado, é discutir como se reduz o monopólio sobre os meios de

comunicação. Não se trata evidentemente de estatizar a mídia, substituindo um monopólio por outro. Trata-se de assegurar uma multiplicidade e riqueza de fontes diversificadas e descentralizadas de informação, na linha das redes onde a *Internet* já nos aponta para paradigmas renovados de organização social. A informação, a comunicação, e a transparência que ambas tornam possível, constituem os instrumentos por excelência da presença da sociedade civil no processo político, e o elemento essencial da coerência do conjunto. O Relatório *World Information Report 1997/98* da Unesco lembra bem que a informação constitui um dos direitos fundamentais do cidadão – inclusive porque sem a informação necessária o cidadão não tem como exercer os outros direitos –, devendo ser assegurada de maneira pública e gratuita

### **Da filosofia da pirâmide à filosofia da rede**

A nossa visão da organização social continua centrada na pirâmide, no sistema que herdamos do vaticano ou das legiões romanas, em que um manda em dois, que por sua vez mandam em quatro e assim por diante, a complexidade crescente sendo enfrentada com a multiplicação de níveis. Sabemos que a partir de um certo número de níveis hierárquicos o topo da pirâmide passa a viver de ilusões de que alguém executa o que se decide, e a base passa a viver de ilusões de que alguém manda racionalmente no processo. Na realidade nada funciona. Fazer funcionar a saúde, que é um serviço capilar e portanto tem de chegar a cada cidadão nos quatro cantos do país, a partir de um comando centralizado em Brasília, com dezenas de níveis e os meandros correspondentes, constitui simplesmente uma impossibilidade administrativa. Temos a oligarquia que temos não necessariamente porque o povo não sabe votar, ou porque somos mais corruptos. A complexidade, o ritmo de mudança e a diversidade de situações de uma sociedade moderna tornam a velha verticalidade romana ou prussiana inviável. A hierarquia, com a multiplicação de níveis e centralização das decisões, exclui naturalmente a base. Privado do controle da base, ou seja, da população interessada nas decisões, o sistema passa a funcionar literalmente desgovernado. Por outro lado, o fato que a população se urbanizou, formando espaços articuladas e organizáveis na base da sociedade, abre perspectivas para uma descentralização e democratização radicais das formas como nos gerimos. Em outra época, isto poderia levar a uma desarticulação do sistema político mais amplo. Hoje, os novos sistemas de informação e de comunicação permitem que o sistema seja descentralizado, e funcione em rede, substituindo em grande parte a hierarquia de mando pela coordenação horizontal. Trata-se de uma mudança de paradigma que já penetrou numa série de áreas empresariais, e constitui a filosofia de trabalho de muitas organizações da sociedade civil, enquanto dá apenas os primeiros passos na nossa visão da organização do Estado.

### **A diversidade das soluções institucionais**

Uma sociedade organizada em rede, e vivendo em ambiente rico em informação, pode buscar de forma flexível soluções institucionais sempre renovadas, evitando a solução padronizada que busca à força enquadrar situações diferentes no mesmo formato institucional. Trata-se de articular diversas soluções organizacionais, e não mais de optar pela simplificação radical Estado/Empresa. É natural o setor de atividades produtivas

apoiar-se no mecanismo regulador importante que é o mercado, ainda que seja essencial o controle sobre as atividades produtivas que afetam bens naturais passíveis de esgotamento e outras que se cartelizam com muita facilidade. O setor das infraestruturas, em particular de energia, água, e transportes, exige forte participação estatal, pois se trata de grandes investimentos, com retorno de longo prazo, e de efeitos econômicos difusos, além de exigir planejamento para assegurar coerência sistêmica de longo prazo. A área social, como educação, saúde, cultura, comunicação, esportes e outros, funciona mal com burocracia tradicional de Estado, e pior com a comercialização e burocratização privada: basta ver a catástrofe que representam as seguradoras privadas de saúde, a explosão da medicina curativa em detrimento da prevenção e outras tendências que afetam diretamente a nossa qualidade de vida. Nesta área, não é nem a burocracia estatal, nem o lucro privado que podem assegurar o funcionamento adequado, mas uma forte presença da comunidade organizada. O problema, portanto, não consiste em optar pela estatização ou pela privatização, segundo opções ideológicas, mas em construir as articulações adequadas entre Estado, empresas e comunidade, por um lado, e os diversos níveis de Estado – poder central, estadual e municipal – por outro.

Não basta privatizar ou estatizar, pois um hospital pode ser de *propriedade* privada, com *gestão* de uma organização comunitária sem fins lucrativos, *controle* de um conselho de cidadãos e no quadro de uma *regulamentação* do governo do Estado. Ou pode ser um hospital do Estado, gerido por um grupo privado, sob controle de um conselho municipal. Este tipo de articulações nem sempre cabe nas nossas simplificações ideológicas, mas é seguramente neste sentido que teremos de evoluir, para resgatar a utilidade social dos nossos esforços. Se há um potencial que as novas tecnologias nos oferecem, é justamente a possibilidade de uma gestão muito mais flexível e adaptada a condições diferenciadas. Estamos caminhando para uma articulação de mecanismos diversificados de regulação. A privatização generalizada preconizada pelos neoliberais é tão extremista como a estatização generalizada tentada pelos comunistas. A busca da privatização é compreensível pelos lucros que gera, mas é indefensável numa visão social moderna.

### **A urbanização e a dimensão espacial dos objetivos sociais**

Se as soluções são diversificadas, e a realidade moderna mais complexa, além de mais flúida (pelo próprio ritmo das transformações que vivemos), em algum nível as diferentes iniciativas devem se articular em função do que se tem chamado de qualidade de vida, objetivo que constitui em última instância a razão de todos esses esforços. A cidade que, quer o queiramos ou não, se transformou na célula básica da estrutura institucional e da nossa vida social, precisa assumir a sua função de integradora das diversas iniciativas, sejam privadas, estatais ou de organizações da sociedade civil. Não tem sentido o Estado arborizar as ruas, embelezar a cidade e desassorear os rios enquanto as indústrias jogam resíduos químicos e as incorporadoras ocupam várzeas e desmatam encostas. Iniciativas que partem de instituições que obedecem a objetivos totalmente diferentes, não contribuirão para a construção sinérgica de objetivos sociais, a não ser que existam instituições que permitam construir as convergências e as sinergias. Uma empresa privada na área produtiva atinge, ainda que a nível microeconômico, uma eficiência grande, porque se não for eficiente fecha: de certa forma, tem de se adaptar a um controle

externo que é a sanção do lucro. Uma cidade, por sua vez, tem de buscar um mínimo de eficiência, que poderíamos qualificar de *produtividade social*, para evitar, por exemplo, o absurdo de uma cidade como São Paulo se ver paralizada por excesso de meios de transporte. Chegar à modernidade para andar numa média de 14 quilômetros/hora, a bordo de máquinas que custam dezenas de milhares de dólares e foram construídas para andar a mais de 150 por hora, isto quando todos conhecem as soluções técnicas adequadas para resolver o problema, nos obriga a repensar a forma como nos gerimos.

Pondo de lado monstros do tamanho de São Paulo, e que constituem uma realidade a parte, o fato é que a cidade constitui a unidade básica onde a economia privada, as políticas sociais do Estado em seus diversos níveis ou da sociedade civil, os objetivos ambientais, as redes de resgate da pobreza crítica, políticas integradas de emprego e outros objetivos podem se articular em torno a uma proposta que tenha pé e cabeça. E entendemos cada vez melhor que, à medida que o mundo entra na órbita surrealista da chamada economia global, precisamos reforçar a âncora que temos debaixo dos nossos pés, o poder local.

### **A desintermediação do Estado**

A África do Sul, país que acumulou problemas econômicos e sociais extremamente parecidos com os nossos, vem ensaiando, conforme vimos, experiências interessantes. A dinâmica aparece com clareza no funcionamento do principal fórum de negociação de consensos do país, o National Economic Development and Labor Council, o Nedlac. O Conselho reúne os grandes do movimento sindical, das empresas, finanças, movimento comunitário, para discutir soluções concretas para problemas chave do país. Uma vez que se chegou a um acordo e a compromissos formais por parte dos atores que efetivamente movem a máquina econômica e social do país, as decisões são enviadas ao congresso para assegurar a legislação correspondente. De certa forma, em vez de fazer a política através de terceiros, as decisões são tomadas diretamente com os interessados, e os parlamentares, cuja função é legislar, legislam. O que o governo está fazendo, na realidade, é enriquecer o tecido de controle da sociedade civil sobre o Estado e a própria área econômica, ultrapassando a absurda alternativa que nos é oferecida de sermos controlados por monopólios públicos ou monopólios privados. Ove Pedersen nos traz os estudos do que qualifica de "economia negociada" no sistema que emerge nos países escandinavos: "O sistema de cooperação política generalizada é muito mais do que um instrumento de tomada de decisão e de coordenação de um conjunto policêntrico e de vários níveis de instituições. O sistema no seu conjunto pode ser visto como um prerequisite institucional para uma economia negociada. Uma economia negociada, portanto, pode ser definida como um instrumento de estruturação da sociedade onde uma parte essencial da alocação dos recursos é conduzida através de um sistema generalizado de cooperação política entre centros independentes de tomada de decisão no Estado, nas organizações e nas instituições financeiras".

Nós já tivemos alguns ensaios, com as *câmaras setoriais*, e temos excelentes resultados já institucionalizados como na prefeitura de Porto Alegre e outras, com os orçamentos participativos. As resistências, dada a composição e atrazo das oligarquias privadas e

estatais no Brasil, são compreensíveis. No entanto, está gradualmente emergindo uma nova cultura político-administrativa, uma nova compreensão de cidadania e da própria função da política, que provavelmente pouco terá a ver com os modelos puros de visão estatista ou liberal. Não se trata mais de "vitória" de um sobre o outro, e sim do surgimento de uma resultante que tira um pouco de cada um, mas constrói algo novo. E a realidade é que a área das grandes empresas privadas, de tanto se proclamar vitoriosa, frente a uma situação cada vez mais caótica em termos econômicos, sociais e ambientais, arrisca-se, se não participar ativamente de uma construção política mais equilibrada, a ser a primeira a sofrer a ressaca do processo.

### **Das classes redentoras à visão de atores sociais e de cidadania**

Esta visão implica por sua vez revermos os conceitos que utilizamos para definir os atores sociais. Curto ou longo, o nosso século foi marcado por uma visão messiânica de classes redentoras, burguesa na visão capitalista, proletária na visão socialista. Como a condição de cada classe depende da sua inserção nos processos produtivos, tudo se centrava de certa maneira na oposição entre quem é dono da fábrica, e quem a faz produzir, quem tem lucro e quem ganha salário. A centralidade da fábrica nos processos produtivos está se esvanecendo com extrema rapidez, seguindo nisto a transformação do peso específico da agricultura, com algumas décadas de distância. E a complexidade dos subsistemas econômicos que se formaram na economia realmente existente é tal, que falar em macro-categorias deste tipo se torna demasiado simplificador. A forma de inserção nos processos produtivos não deixa de ser importante para informar as posições políticas, mas não tem mais a centralidade que teve. Cruzam-se hoje com mais riqueza e maior complexidade, divisões de classe tradicionais com atitudes que resultam de corporativismos profissionais mais ou menos estreitos, com raízes regionais (pertencer a um bairro, a uma comunidade, a uma cidade, a uma minoria linguística, ou outras influências que resultam já não do espaço de trabalho, mas do espaço de residência, no quadro do que John Friedmann chamou de *life-space*), e outros elementos de definição ideológica, que nos levam frequentemente à incômoda sensação de ser insuficiente nos definirmos como esquerda ou direita, pois as diversas instâncias de definição ideológica se cruzam de diversas maneiras. E tende a emergir com força, mais uma vez, o conceito de cidadania, de universalidade de direitos humanos articulada com expressões individuais ou sociais diferenciadas.

### **"Nós" e "eles": a nova importância do corte ético**

Estes novos cortes nos obrigam naturalmente a um exercício ambíguo de definição dos grupos com quem nos identificamos. Ao falarmos de uma sociedade que deverá se gerir articulando cruzamentos mais complexos de inserção social, atores sociais diferenciados e direitos universais, ficamos racionalmente convencidos da nova complexidade. No entanto, quando abrimos o jornal e vemos um retrato de Paulo Maluf, sabemos perfeitamente onde *não* estamos, a visão de mundo com a qual *não* nos identificamos. O mundo, de certa forma, se torna novamente simples. Onde passa esta fronteira que não representa rigorosamente uma compreensão racional de classes diferenciadas, mas que corresponde rigorosamente a uma *gestalt* intuitiva que nos diz que *sabemos* de que lado

estamos? Jordi Borja, parece-me, define de maneira bastante clara este divisor de águas: há políticos, empresários, jornalistas, chefes das mais variadas igrejas, animadores de programas de televisão, juristas e outros atores cuja força política resulta de um apelo organizado ao que joga um ser humano contra outro, como a competição desenfreada, o racismo, a justiça exercida como vingança, a xenofobia, o machismo, a arrogância da riqueza, a gozação e o desprezo pelo mais frágil e assim por diante; e há projetos políticos que buscam valorizar o que o ser humano tem de mais generoso, buscando o seu discurso na solidariedade, na tolerância, no respeito e valorização das diferenças, na justiça social. Em geral, verdade seja dita, a primeira opção, ao "jogar" com o que o ser humano tem de mais frágil, tende a ser a maneira mais fácil de fazer política, de articular forças sociais. As pessoas podem se sentir valorizadas ao ver valorizado o que têm de mais escuro. É a política, a economia, a mídia, a cultura pelo lado do estômago. As novas tecnologias – veja-se o sucesso de programas escabrosos na televisão, de um Berlusconi na Itália, de Bush nos Estados Unidos, de um pro-nazista assumido na Austria, da própria eleição de Fernando Collor – tornam estas propostas extremamente poderosas.

É impressionante como, apesar da sofisticação da nossa capacidade intelectual, conseguimos simplificar as nossas posições políticas. O cínico valoriza o cinismo, e explica que o ser humano não presta, passando assim um verniz de respeitabilidade filosófica na sua sem-vergonhice. O idealista busca frequentemente uma essência de ser humano decente, com recaídas frequentes para a mais completa desilusão. A realidade prosaica é que há formas de organização social que valorizam as dimensões positivas do homem, e outras, como vimos inclusive na geração dos fascismos e das ditaduras militares, que fazem aflorar a *besta* e nela buscam a sua força política.

Lí uma vez no Sunday Times um artigo cheio de falsidades aberrantes sobre um país africano, que por acaso conheço bem: fiquei impressionado com o número de pessoas extasiadas, que repetiam com satisfação o tradicional "é isso mesmo", sem se deter nas óbvias falsidades do artigo. Confirmar as pessoas nos seus preconceitos faz um jornalista ser visto como bom jornalista, muito mais do que colocar no papel as problemáticas realidades. O essencial, para nós, é que este divisor de águas pode ser complexo, atravessar e dividir sindicatos, partidos, associações, redações de jornais, e em todo caso não se resume no tradicional corte entre esquerda e direita, entre uma e outra *classe*, e não se esgota na forma de inserção no processo produtivo. E compreender esta divisão tornou-se essencial, na medida em que questões que vão desde a sobrevivência do planeta até o prosaico sentimento de felicidade no nosso cotidiano, exigem uma nova ética social. Esta, por sua vez, não poderá materializar-se sem uma aproximação dos atores sociais capazes de sustentá-la. A reinvenção de um humanismo social, que já foi apresentada como manifestação de um idealismo impotente, constitui hoje um eixo poderoso de ação.

Um exemplo da tendência pode ser visto na elaboração annual do *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*, pelas Nações Unidas, centrado em indicadores de qualidade de vida, em contraposição ao mais antigo *World Development Report* do Banco Mundial, centrado no PIB e atividades financeiras. A tendência se reflete igualmente no movimento ambientalista empresarial, nos novos conceitos de responsabilidade social das atividades econômicas e assim por diante. A canalhice dos políticos corruptos pode gerar

um desânimo geral sobre a política, mas pode também gerar um compreensão de que instituições sem controle da sociedade civil degeneram, e apontar para a busca construtiva de formas mais democráticas de organização institucional.

### **Do corte ético à cultura do poder**

O corte ético se materializa, do lado da sociedade civil, no amplo sentimento de indignação e impotência que sentimos neste início de século. Não se trata de suspiros moralistas, mas de uma perplexidade, ou indefinição, em termos de como enfrentar os sistemas extremamente sofisticados de corrupção que dominam espaços políticos, econômicos, do judiciário, e da própria mídia que sobre eles nos informa. Todos temos este sentimento da existência de um amplo espaço viscoso e escuro nos núcleos de poder, privados e públicos, espaço que se cruza sem dúvida com a *direita* de forma geral, mas que não coincide com interesses organizados das chamadas classes produtoras.

Em outros termos, é natural que haja interesses diferenciados ou contraditórios nos diversos pólos da sociedade. Estamos aprendendo que trabalhadores, empresários, pequenos produtores e outros têm interesses que divergem e coincidem segundo as questões, e é legítimo, quando não necessário, articulá-los. Mas não é isto que está em questão neste ponto. O que está em questão é uma forma mafiosa de articulação de interesses, que inclusive pouco tem a ver com capitalismo ou com mercado, onde qualquer articulação ou negociação real se torna extremamente difícil, impedindo a já tão penosa construção de uma outra cultura social e política no país.

Este tema é tratado de maneira eminentemente discreta no Brasil. A realidade é que se trata de uma corrupção sistêmica, que envolve de maneira ampla as cúpulas do poder político e do poder empresarial. Não nos referimos aqui a alguns corruptos que atrapalhariam o andamento normal da política. Referimo-nos à própria atividade política e empresarial, organizada de forma a servir ao desvio e apropriação de recursos públicos, recursos que serão por sua vez utilizados para financiar contratos privados, que permitirão contribuições para campanhas mais ricas e para alavancar o acesso a novos espaços de poder. Trata-se da força política de um sistema que, por exemplo, sobrefatura de maneira escandalosa grandes obras, originando lucros fabulosos para as empreiteiras, que por sua vez financiam campanhas milionárias dos candidatos corruptos, que irão votar novas obras sobrefaturadas. Trata-se de empréstimos a mega-proprietários rurais, que serão depois transformados em subsídios milionários. Trata-se da chantagem do banqueiro que realiza operações bilionárias com amigos, e espera tranquilamente o resgate que virá do governo, pois um país não pode deixar o sistema quebrar, sobretudo porque os banqueiros fazem estas operações com o dinheiro da população, e não com dinheiro próprio. E se trata evidentemente da escandalosa repartição do acesso às concessões de rádios e TVs, permitindo a estes mesmos políticos e empresários apresentar diariamente o seu ponto de vista a uma população completamente desorientada, que ainda será acusada de não saber votar.

Este ponto é sumamente importante no Brasil, pois uma coisa é debater sobre se a visão neo-liberal é ou não adequada para o país; outra coisa é quando os argumentos teóricos

são um mero engodo de um sistema permanente de organização das decisões de governo ou de empresas em torno a interesses corruptos. Não há condições de se organizar e articular as diferenças políticas, nem para institucionalizar as práticas de governo, quando as diferenças sequer chegaram ao nível político, e quando o espaço político é visto pelos grupos dominantes como instrumento de promoção dos seus próprios interesses. Vemos diariamente nos jornais os bilhões que isto nos custa. Mais grave do que o custo direto dos recursos desviados, no entanto, é a corrupção dos processos políticos e a corrosão da legitimidade democrática que se gera no processo.

Trata-se, no sentido técnico do termo, de um sistema mafioso, onde a solidariedade e a co-responsabilidade entre corruptos e corruptores geram redes de poder que se articulam por entre as hierarquias do legislativo, executivo e judiciário, desarticulando qualquer capacidade formal de governo. Cidades, Estados e amplos segmentos da União são geridos através de sólidas articulações de empreiteiras, políticos corruptos, especuladores imobiliários e meios de comunicação de apoio, além de um judiciário escandalosamente conivente. A rede de solidariedade nas atividades ilegais gera naturalmente um comportamento corporativo e assegura o silêncio. É importante lembrar que é praticamente inevitável, em qualquer sociedade, a existência do banditismo político ocasional, com peso marginal no conjunto. Este tipo de atividade termina por ser detectado e denunciado, na medida em que envolve minorias que prejudicam o conjunto dos profissionais de uma instituição. Quando a corrupção se torna sistêmica, são as minorias profissionais que se vêm cooptadas ou expelidas pela máfia. Como esperar que os vereadores da cidade de São Paulo, por exemplo, julguem atividades criminosas dos seus membros quando a maioria é criminosa?

É importante lembrar que apesar de belos livros como *Os Donos do Poder* e outros ensaios sociológicos sobre o caráter *geral* da classe dominante brasileira, não temos nenhum estudo sobre a estrutura familiar concreta do macro-poder político-econômico do país, nem sobre as articulações que o renovam e reproduzem. No Brasil realmente existente, são as mesmas estruturas paralelas de poder, quando não as mesmas famílias, que nos governaram com a fachada UDN nos anos 50, ARENA nos tempos da ditadura, e hoje os diversos grupos nas órbitas malufista e acemista. Perpetuam-se no poder real, ao ameaçar o empresariado com a absurda mas funcional chantagem de uma possibilidade de governo progressista, com a segurança oferecida aos donos de terra de que são os únicos com truculência suficiente para protegê-los da reforma agrária, jogando com o eterno pânico das elites de que um dia as massas irão cobrar a opressão e as humilhações vividas. Assim a própria miséria gerada no país, por estas elites, mantém em torno dela amplas faixas moderadas, e impede que se abra espaço para uma visão renovadora.

Esta aliança de interesses empresariais moderados com uma estrutura mafiosa de poder está na base do fato de sermos hoje o país com a distribuição de renda mais injusta do planeta, de não conseguirmos alimentar o povo numa terra tão bem dotada de recursos naturais, de sermos balançados pelos esquemas de especulação financeira como qualquer república de banana. A verdade é que a estrutura mafiosa de poder, e a corrupção sistêmica que a sustenta, tornam inviável qualquer esforço de reforma do Estado, de modernização institucional, de evolução para uma sociedade civilizada.

Aqui, como em outras áreas, necessitamos de uma forte dose de realismo. Ainda que tenhamos uma democracia formal, somos dominados por sistemas corruptos que de democráticos têm muito pouco. De certa forma, antes de discutirmos das diversas facetas do liberalismo, da social-democracia ou do socialismo, temos pela frente a tarefa mais árdua de resgatar a própria capacidade de construir opções políticas. Esta tarefa exige a participação de um leque político bastante mais amplo do que o das esquerdas do país.

### **Projeto político e mecanismos econômicos**

A esta dificuldade interna se soma a mudança do contexto internacional. Por bonita que seja, a visão que atricula Estado, empresas e sociedade civil, buscando uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, se choca com o fato evidente da economia ter-se tornado em grande parte global, enquanto os instrumentos políticos continuam nacionais. E os governos, conforme vimos, ainda que tenham sido eleitos por partidos de orientações diferentes, têm hoje como proposta central alinhar-se nas exigências do sistema financeiro mundial, pela simples necessidade de sobreviver, de não se verem *quebrados* pelo sistema global. É estranho ver a que ponto está confusa a divisão entre pessoas e atores sociais que defendem posições mais nacionalistas e os que se extasiam com a globalização. Aqui também encontram-se na defesa de argumentos semelhantes pessoas que nunca sentariam uma ao lado da outra. E não se pode deixar de lembrar este paradoxo de uma esquerda que foi acusada de internacionalista, materialista, ateísta, contrária aos valores morais e familiares, e que vê estes pretensos objetivos sendo vigorosamente construídos pelas forças econômicas e culturais dominantes, em nome dos ideais inversos.

Anthony Giddens mostra bem como este paradoxo atinge o universo conservador: os valores tradicionais, a família, o trabalho, a nação, a propriedade, a ética social estavam todas, na visão conservadora, ancoradas na visão da liberdade empresarial e no mercado. Hoje, é a globalização que corrói a nação, é o mercado que acaba com a propriedade e a poupança das pessoas, é a mídia que desarticula os valores, é o gigantismo empresarial capitalista que liquida o espaço de iniciativa individual e assim por diante. Desta forma, a coerência da visão liberal se desarticula, e gera nestas esferas políticas uma crescente perplexidade. É muito impressionante ver o antigo primeiro-ministro da França, Raymond Barre, um dos mais tradicionais professores de economia da Sorbonne e expoente da teoria do liberalismo econômico, se permitir a seguinte avaliação: “Já não se pode mais, decididamente, deixar o mundo nas mãos de um bando de irresponsáveis de trinta anos que só pensam em fazer dinheiro”.

### **Entre o capitalismo global e a legitimidade interna**

A definição do próprio espaço de construção da economia socialmente e ambientalmente viável torna-se assim um problema chave. Como construir projetos políticos nacionais, regionais e locais, dentro de um quadro econômico e político manejado por atores que trabalham em nível global, divorciados dos controles sociais e políticos? Como promover as transformações necessárias com uma estrutura de poder que articula grandes empresas

e esferas políticas e judiciais num universo de corrupção sistêmica? Ao mesmo tempo que os objetivos - ambientais, sociais e econômicos - se tornam mais claros, portanto, torna-se mais clara a fragilidade de sua construção. Para os países desenvolvidos, o problema coloca-se de maneira atenuada, na medida em que auferem as vantagens econômicas de uma divisão mundial desequilibrada. Nos países ditos em desenvolvimento, no entanto, acumula-se uma dupla fragilidade: são demasiado fracos em termos econômicos para influir de alguma maneira sobre os rumos da economia global, ou sequer para ter um pouco de espaço de manobra; por outro lado, tratando-se de oligarquias privilegiadas num mar de miséria, a legitimidade política interna é limitada, e os próprios interesses das oligarquias vinculam-nas mais ao espaço global do que ao espaço nacional. O elemento essencial das limitações não se situa portanto em pessoas, mas numa situação onde os governos não podem enfrentar simultaneamente a tensão interna – diretamente vinculada ao apartheid social em que se baseia o seu poder – e os enfrentamentos externos indispensáveis para uma negociação firme do seu espaço político na economia global, onde a coesão interna da nação e a legitimidade de um governo constituem fatores fundamentais. Chega-se assim a uma situação onde a única forma de um governo recuperar a capacidade de manobra dentro da economia global, é enfrentar efetivamente o apartheid social interno. Contrariamente aos dogmas liberais, hoje, fazer boa política social significa fazer boa política econômica, e pode significar boa política internacional.

### **Da exploração do trabalho à miséria global**

Os problemas se avolumaram de tal forma, neste final de século, que uma sólida opção (e não mais retórica) por um equilibramento social pode inclusive ampliar a hoje cada vez mais importante legitimidade internacional. Do processo econômico, esperamos que gere bens e serviços, ou seja, produto, mas também renda para os diversos participantes, para que possam comprá-lo, e trabalho para todos, porque sem trabalho não há renda nem cidadania. No centro do debate político continua a fragilidade central do capitalismo: é um ótimo organizador de produção, particularmente se a empresa é livre de se organizar sem entraves burocráticos, mas é um péssimo distribuidor de renda, e um cada vez mais medíocre gerador de empregos. Como o ciclo de reprodução envolve tanto a produção como a distribuição, sob pena de o conjunto não funcionar, o capitalismo é estruturalmente incompleto. Abolir a organização empresarial consiste em jogar o bebê junto com a água do banho. Não enfrentar de forma institucionalmente organizada o problema da renda e do emprego é uma irresponsabilidade. Discursos cosméticos a parte, a realidade é que estamos atingindo os limites econômicos e políticos da estabilidade social. O Banco Mundial classifica cerca de 3,5 bilhões de habitantes deste planeta, cerca de dois terços do total, na faixa de renda média de 350 dólares (de 1991) per capita. Mais de 150 milhões de crianças passam fome no mundo. Os analfabetas são mais de 800 milhões, e o número cresce. O mundo produz hoje mais de 5 mil dólares de bens e serviços por habitante, o suficiente para todos viverem com conforto e dignidade, houvesse um mínimo de bom senso nos processos distributivos. Frente aos imensos meios econômicos e tecnológicos de que dispomos, esta situação se reveste do mesmo absurdo e anacronismo histórico que a escravidão e o colonialismo. Um relatório das Nações Unidas (1997) resume bem a questão: *“Não mais inevitável, a pobreza deveria*

*ser relegada à história, junto com a escravidão, o colonialismo e a guerra nuclear". O relatório caracteriza de "obscena" a riqueza de 447 pessoas no mundo, que têm uma fortuna pessoal maior do que a renda da metade mais pobre da população mundial. A compreensão deste drama está deixando de ser privilégio das esquerdas, e está aproximando gente das mais variadas áreas sociais e políticas.*

### **Do crescimento ilimitado aos recursos finitos**

Este início de refluxo dos valores do vale-tudo liberal está sendo também fortalecido pelas dinâmicas ambientais. O caso dos mares pode servir aqui de exemplo: com o GPS (posicionamento global por satélite), sistemas modernos de sonar, e a parafernália constituída por gigantescas redes, harpões de choque elétrico e outras tecnologias dos navios de pesca industrial, pescar é hoje mais uma atividade de matadouro do que propriamente de pesca. Com o aumento do volume de pesca, poderia-se acreditar numa queda de preços, e conseqüente redução de volume de capturas, reequilibrando o processo. Esta é a dinâmica antiga. Hoje, como o volume global de capturas está reduzindo rapidamente a biomassa, a oferta está baixando rapidamente, elevando os preços. Em outros termos, o custo de captura baixa graças às novas tecnologias, mas os preços de venda aumentam pela escassez crescente do produto. Com isto a margem sobe, e em vez de se restringir a pesca para assegurar a sobrevivência da matéria prima, as grandes empresas de pesca lançam ao mar tudo que têm de equipamento. O argumento de que estão destruindo o seu próprio futuro encontra uma resposta lacônica: "se não for eu, serão outros". Em outros termos, as tradicionais curvas de oferta e procura nunca se encontram, até se destruir as reservas. O mecanismo de mercado nas áreas que não produzem propriamente, mas exploram as reservas acumuladas pela natureza, constitui, com as novas tecnologias, um simples suicídio. Segundo a mesma lógica, que já eliminou o bisonte das planícies norte-americanas, estão sendo eliminados, com avionetas e as tecnologias mais avançadas, os milhões de renas e outros animais da Sibéria, basicamente para produzir ração para cães nos países desenvolvidos. Obedecem a lógica semelhante as chamadas *externalidades*, pelas quais sai mais barato, em termos de mercado, produzir jogando resíduos tóxicos nos rios, destruindo assim as limitadas reservas do que já está se chamando de "ouro azul", do que arcar com as despesas de reciclagem ou de sistemas de produção menos agressivos. Os dramas que se avolumam são de tal nível de ameaça, que o leque de atores sociais dispostos a colocar freios no processo aumenta rapidamente, ampliando aqui também os espaços de articulação de novas propostas. Não se trata de um *wishful thinking*. Há dez anos ainda ambientalistas eram vistos com curiosidade, como gente que gosta de tartarugas e de baléias. Hoje a preocupação se generalizou.

### **Das relações de produção ao conteúdo da produção**

As relações de produção indignavam pelas injustiças sociais criadas. Hoje ganha-se dinheiro vendendo armas para qualquer parte do planeta, lavando em bancos muito respeitados o dinheiro de drogas, comercializando órgãos humanos, organizando turismo de prostituição infantil, vendendo mercúrio para envenenar rios, inundando fazendeiros inexperientes – ou demasiado experientes – com defensivos agrícolas, praticando a sobre-pesca que destrói os mares, queimando florestas milenares para expandir pastos,

explorando as facetas mais sórdidas do sofrimento humano em programas de mídia, sobrefaturando obras públicas através de empreiteiras cuja habilidade econômica maior consiste em comprar espaço político, vendendo como serviços de segurança os mesmos agentes que praticam os crimes, fornecendo serviços militares privados a governos fragilizados e assim por diante. Um levantamento preliminar de empresas que produzem equipamento de tortura identificou 42 empresas nos Estados Unidos, 13 na Alemanha, 7 na França, 6 em Taiwan, e 5 em Israel, entre outros. Não basta hoje saber se a empresa paga bem ou mal, se respeita as leis trabalhistas, se está criando ou não empregos, se as formas legais de organização empresarial estão sendo respeitadas. Tornou-se indispensável divulgar e discutir, através da mídia, dos sindicatos, de partidos, de ONG's, e das próprias associações empresariais, os objetivos sociais dos processos produtivos. As empresas ligadas a atividades socialmente úteis serão as primeiras a pagar a solidariedade passiva que as liga – como colegas de classe, por assim dizer – aos que de cara limpa se aproveitam de fragilidades de jurídicas, políticas ou sociais. Que legitimidade têm os Estados Unidos de protestar contra os produtores de droga na Colômbia, se multiplicaram por quatro, em poucos anos, a exportação de armas para países africanos? Inundar os pobres países africanos de armas é mais ético?

### **Da qualidade total à hierarquização do trabalho**

Todas as publicações modernas sobre a gestão tratam dos *show cases*. De ler os novos manuais de administração, ou as revistas correspondentes, o mundo empresarial estaria sendo invadido por uma onda de humanização interna, com redução de leque hierárquico, promoção da *knowledge organization*, retreinamento, qualidade total, reengenharia, Kan Ban, Kaizen e outras propostas da nova sopa de letrinhas global. No conjunto estas propostas são positivas. No entanto, são o apanágio de um grupo de empresas modernas. É essencial lembrar que as empresas transnacionais empregam 12 milhões de pessoas no conjunto do Terceiro Mundo. A OIT, que apresenta estas cifras, considera que um emprego direto gera outro indireto, com o que chegaríamos a 24 milhões, cerca de 1% da população economicamente ativa do mundo subdesenvolvido. Mas esta dinâmica ocupa quase 100% do espaço das nossas publicações científicas. Na realidade o setor minoritário de ponta, gera sim uma outra massa de empregos, os *empregos precários* (os "precarious jobs" nos estudos americanos): a Nike emprega 8 mil pessoas nos Estados Unidos como *organizadores*, na linha dos produtos *intangíveis* que caracterizam a economia moderna, enquanto os tênis concretos serão produzidos através de sistemas de terceirização em países asiáticos, com os famosos 15 ou 20 centávos por hora, gerando empregos precários, mas também gerando desempregos, por exemplo na indústria de calçados de Franca, no interior de São Paulo. Como as limitações de geração de emprego do setor formal são cada vez maiores, cria-se gradualmente um imenso setor informal, onde as pessoas buscam a sobrevivência por meio de micro-atividades industriais de fundo de quintal, de pequeno comércio e assim por diante. Finalmente, gera-se um setor ilegal que cresce rapidamente: comercialização de carros roubados e de peças maquiladas, contrabando, lavagem de dinheiro, produção e tráfico de drogas, desmatamento e pesca ilegais, tráfico de órgãos, comércio de sangue e assim por diante.

Assim o nosso mundo do trabalho vai gradualmente se dividindo em subsistemas socio-econômicos, com o setor de ponta próspero e *moderno*, os seus carregadores de piano no setôr precário, o setor informal e o setor ilegal, hierarquia que pode ser encontrada na indústria, na agricultura, no comércio ou qualquer outra área. O que não podemos nos permitir, é ficar hipnotizados pelos avanços de Bill Gates ou da General Motors, e esquecer a imensa desarticulação dos sistemas de inserção no trabalho da ampla maioria da população mundial. Neste sentido, o reequilibramento do cáos que está sendo gerado pelo fato de termos uma dominância esmagadora das grandes empresas, uma fragilização generalizada do Estado, e uma sociedade civil que ainda é o sócio menor do processo, tem de ser enfrentada por uma busca sistemática do reforço da densidade organizacional da sociedade. Neste sentido, é útil vermos a nossa sociedade como estando em transição: os mecanismos de mercado já deixaram de funcionar em uma série de áreas, dando lugar a processos articulados de *managed market* – quando não de simples monopolização e manipulação organizada de mercados – enquanto os instrumentos sociais de gestão ainda são muito incipientes.

### **Da fábrica à produção de intangíveis**

A revolução tecnológica tornou viável a gestão a distância, gerando gigantescos sistemas de articulação de milhares de unidades produtivas. Com isto, a atividade produtiva ainda é importante, mas o poder sobre os sistemas produtivos se deslocou para formas articuladas de organização do financiamento, distribuição, publicidade, pressão política organizada, serviços de advocacia e outros elementos do conjunto de “intangíveis” que hoje representam como ordem de grandeza 75% do preço que pagamos por um produto. Este poder deslocou-se em particular para a área transnacional, navegando entre a segmentação das políticas nacionais, formando por meio de gigantescas campanhas a visão popular, a imagem de uma empresa, de uma produto, de um grupo econômico. Uma empresa poderosa, hoje, frequentemente não produz nada, mas controla, regulamenta, cria pedágios que lhe conferem um imenso poder de intermediação. Isto tem lados bons e ruins, mas sobretudo altera os dados da transformação social. Em particular, o amplo poder da grande empresa não se exerce num espaço concreto de uma fábrica, no bairro onde moram os seus trabalhadores, no sistema tradicional que gerou boa parte do nosso tecido urbano. A grande empresa é hoje um nome, que martela diariamente a sua imagem através de todos os meios de comunicação, mas cuja existência concreta reconhecemos apenas nas prateleiras de um supermercado. Tornou-se, no pleno sentido, uma sociedade anônima. E o poder de controle das atividades intangíveis leva a uma apropriação qualitativamente nova dos valores que a sociedade produz. A Peugeot, no primeiro semestre de 1998, teve lucros de 330 milhões de dólares, o que foi comemorado como façanha pelos 140 mil trabalhadores que produziram bens concretos. Em período semelhante, no primeiro semestre de 1997, o City Bank realizava, com 350 operadores de especulação com divisas, 552 milhões de dólares de lucro.

O empresário tradicional, inovando nos processos produtivos, acreditando ainda na destruição criativa de Schumpeter, ao ver para onde vão os lucros, se sente cada vez mais como o pateta da história. É importante lembrar a forma perversa como estão se articulando hoje o aumento mundial de lucros e a redução de taxas de investimento. O

relatório de 1997 da Unctad, o *World Trade Report*, resume bem o problema: "É esta associação de aumento de lucros com investimento estagnado, desemprego crescente e salários em queda que constitui a verdadeira causa de preocupação".

### **Da produção fabril aos serviços sociais**

Uma área de grande potencial organizador da sociedade civil são os serviços sociais. Algumas das mudanças mais óbvias se referem ao deslocamento dos grandes eixos de atividades econômicas para esta área. É um choque para muitos, ainda, o fato do maior setor econômico hoje nos Estados Unidos não ser a indústria automobilística ou o complexo militar, mas a saúde, que hoje representa 14% do PIB norte-americano, bem mais do que o PIB do Brasil. Outro gigante que ultrapassou as grandes áreas industriais é o que os americanos chamam de indústria do entretenimento. No entanto, quando falamos em modelos de gestão, ainda falamos em taylorismo, fordismo, toyotismo. Toda a nossa visão de organização econômica continua centrada no automóvel. Como se faz *just-in-time* no hospital, na escola? Os grandes novos setores oscilam entre o burocratismo estatal, e os impressionantes abusos que o setor privado comete quando se apropria de áreas sociais. Os milhares de jovens que ostentam as profundas cicatrizes de rins extraídos, na Índia, ou os 52% de partos com cesariana no Estado de São Paulo, nos lembram com que à vontade as empresas brincam com o objetivo maior, o lucro. Que *liberdade de escolher* tem um cidadão quando um médico lhe recomenda que o filho seja operado por alguém de sua confiança, por fora do seguro? Que *mercado* é este? As áreas hoje mais significativas do nosso desenvolvimento são constituídas por setores onde não se aplicam nem o paradigma burocrático estatal, nem os paradigmas da organização fabril. Uma análise das organizações da sociedade civil nos Estados Unidos mostra que cerca de 50% das atividades se formaram em torno da problemática da saúde. Os 200 bilhões de dólares que o governo norte-americano gasta com o terceiro setor não constituem subvenções assistenciais, mas resultam de concorrências que as organizações não-governamentais e não empresariais ganham porque são simplesmente mais eficientes. Uma formação nova que são as *empresas sociais* é mais estudada na Itália, mas está progredindo por toda parte. Quem disse que se organizar para ser criativo só pode ser realizado no quadro do vale-tudo capitalista? A realidade é que o essencial das atividades humanas está se deslocando para áreas onde a macro-burocracia estatal e o macro-poder empresarial funcionam mal, abrindo uma imensa avenida de organização capilar da sociedade em torno dos novos grandes setores econômicos.

### **From manufacture to knowledge economy**

We all live under the general assumption that productivity stems from competition. This view is being hammered into our conscience constantly through the different means of communication. Competition certainly does rule, but less and less through market mechanisms. Cut-throat competition does not mean that corporations are playing by market rules, or seeking advantage through better service to the consumer. The capacity of markets to bring order into economic activity is dwindling rapidly, as typically half a dozen giants rule the different economic sectors, managing the system through strategic agreements. The invisible hand is also losing its grip as the core of economic power shifts

from material production to intangibles (accounting, marketing, lawyering...) and the content of production shifts to social services. But if we step a little backwards, the common denominator of this change is that the knowledge content of everything we do is rapidly increasing, as we evolve towards what has been called the information society. This means we have to face the institutional implications of a knowledge economy.

To have economic value, things have to be useful to people. But for a corporation to earn money, things also have to be scarce. Air is useful, but plenty, and therefore has no economic value. Beaches are plenty, so they have no economic value, unless we manage to close a beach, making access to this pleasure scarce, so that we can make people pay for it. Knowledge certainly is useful. The difference between manufactured goods and knowledge, is that we have to make sure goods are recognized as our property so that we can sell them, and get money in exchange, which represents a right on other products.

The key issue, as Alvin Toffler has shown us, is that knowledge is different: if we give manufactured goods away, we won't have them anymore, but if we share our knowledge it still remains with us. We will have shared it, and the sum of knowledge in society will have become bigger.

To make knowledge pay, on the other hand, we must make it scarce. Thus the private property/competition paradigm that ruled the world of material production is becoming a factor of scarcity in the knowledge economy. The collaboration paradigm is what works, simply because it makes knowledge more accessible. Once a factor of productive advancement, private property and competition, the locked secrets, have become a factor of backwardness, like feudal property had become a limitation to growth of markets in other times.

A *Business Week* cover story brings a very interesting example: how is it that Linux, developed and constantly improved by thousands of voluntary contributions, delivers a better product than Microsoft, with its flood of money we all contribute to, the best information architects, an army of lawyers, and a secretive environment of guards and patents? Simply because knowledge is something we can all contribute to. And, probably a proof of utmost perversity, not only we do it for free, but even with pleasure. It is not surprising that big corporations put up a gigantic battle at WTO to guarantee them intellectual property on virtually anything that smells of creativity, or resembles to an idea. The patented right to the "one click" granted to Amazon is a huge monument to the absurd application of manufacture era regulations, forced upon the knowledge economy. Genentech patented fundamental technology needed for the artificial synthesis of antibodies in 1989. Playing on minor changes, Genentech obtained an extension of the patent expiration date to 2018, which means it sits on a technological area for 29 years, waiting for royalties from whoever wants to produce research and development in the area. It is what we have called a toll-booth economy.

### **Do espaço global aos espaços locais**

Esses serviços, por sua vez, têm uma esfera privilegiada de ação que é o espaço local. Assim, se no conjunto o equilíbrio a ser construído entre mercado, Estado e sociedade

civil deve buscar um reforço dos pólos enfraquecidos, do Estado e da sociedade civil, assume um papel importante o município, o poder local, onde a articulação entre a administração pública e as organizações da sociedade civil pode ser mais facilmente estruturada. É no plano local que as políticas de saúde, de educação, de esportes, de cultura e outros podem ser articuladas em dinâmicas sinérgicas em torno da qualidade de vida do cidadão. É no plano local que podem ser cruzados o cadastro de desempregados e os estudos sobre recursos subutilizados para criar políticas de emprego. É também no plano local, onde os diversos atores sociais se conhecem, que as parcerias podem ser organizadas da maneira mais flexível. Não insistiremos sobre este ponto, que estudamos em outros textos. O importante é lembrar que se trata de uma dinâmica que já deu as suas provas em numerosos países, em particular o grupo de países escandinavos, o Canadá, a Holanda e outros, mas também em regiões muito pobre como o Estado de Kerala na Índia onde se deu uma forte evolução da democracia representativa centralizada para uma democracia participativa muito mais próxima do cidadão. Basta lembrar que nos países desenvolvidos as administrações locais gerem entre 40 e 60 % dos recursos públicos, enquanto nos países subdesenvolvidos esta porcentagem se situa normalmente abaixo de 10%. Na Suécia, são 72%, no Brasil provavelmente algo como 17%. De certa forma, trata-se de aproximar o Estado do nível onde a sua articulação com as necessidades sociais e com as organizações da sociedade civil possa se tornar mais forte. Não se trata de visões milagrosas. A política brasileira sendo o que é, em boa parte a descentralização de recursos pode simplesmente reforçar o caciquismo. Mas no conjunto, é muito mais fácil, para as grandes empresas, desviar algumas dezenas de bilhões de dólares através dos *lobbies* ministeriais de Brasília do que enfrentar a pressão social por realizações concretas nos mais de 5 mil municípios do país.

### **Poder empresarial e poder do cidadão**

Resgatar relações sociais mais democráticas e equilibradas, e a contenção do poder empresarial, sempre foi estudado pelo lado da democratização do controle da empresa, envolvendo desde a visão da socialização pura e simples dos meios de produção, até a visão do contra-peso sindical nas unidades de produção. A primeira solução tem limites evidentes, a segunda continua sendo um objetivo de grande importância. Mas surge com força a alternativa do cidadão votar com o bolso, por assim dizer, ao recusar produtos que são prejudiciais ao meio-ambiente, que utilizam trabalho infantil, ao penalizar empresas de comportamento social inaceitável. Em outros termos, a influência sobre os processos produtivos pode dar-se em diversos pontos do ciclo, e de forma mais complexa do que a visão simplificada da transformação das relações de propriedade. O desmoroamento das vendas da Shell, na Alemanha, depois da denúncia de um comportamento ambiental negativo, é neste sentido muito significativa. Na Cúpula de Lyon-98, organizada pelas Nações Unidas, sobre *Parcerias para o Desenvolvimento*, foram apresentadas durante dias seguidos as alternativas que numerosos países, regiões e comunidades estão adotando para recuperar o controle social sobre a poupança, escapando aos esquemas de sua apropriação pelo sistema financeiro globalizado. Os sistemas locais de comunicação se desenvolvem rapidamente, em contrapeso à pasteurização mundial imposta pelos monopólios da mídia, e geram novos instrumentos de integração cultural local. Mais uma vez, uma implicação evidente é a necessidade de se democratizar os meios de

informação, no nível mais amplo, para que a população tenha acesso a informações inclusive sobre o comportamento empresarial.

### **A nova dimensão do tempo social**

Finalmente, um ponto que nos parece importante frizar: a dramática aceleração das transformações no planeta nos obriga a repensar o conceito de tempo. Achemos promissora a evolução de um conjunto de empresas para a gestão de qualidade, redução do leque hierárquico, maior democracia interna e assim por diante. Mas como fica a clivagem com o resto da sociedade, que evolui em outro ritmo? Este tipo de empresa representa quando muito 5% do emprego mundial, pouco mais de 1% nos países do terceiro mundo. Metade da população mundial ainda cozinha com lenha. Como ficam os dois terços da população excluídos da modernidade, num planeta de dimensões cada vez menores? O problema que queremos colocar aqui é que não basta pensar que *possivelmente* a ponta moderna do processo irá gradualmente transformando o conjunto dos processos sociais: os desequilíbrios sociais e ambientais estão se avolumando, e a janela de tempo que temos para restabelecer certos equilíbrios estruturais é limitada. As *asincronias* ou *disritmias* dos processos de mudança são tão profundas, atingindo em ritmos diferentes o tempo tecnológico, o tempo cultural, o tempo institucional e o tempo jurídico, para mencionar algumas instâncias básicas, que a ameaça de desarticulações desastrosas, na linha do que tem sido chamado de *slow motion catastrophe*, ou catástrofe em câmara lenta, se torna cada vez mais palpável.

Exemplificando esta tensão, que se dá em diversos níveis: em São Paulo aumentou o número de empresas que ostentam as certificações ISO-9000, ISO-14000 e outros diplomas de modernidade nesta era das medalhas tecnológicas; por outro lado, temos 30 assassinatos por dia, e o número de carros roubados já atinge 420 por dia, marcando o rápido crescimento de uma economia ilegal já não como manifestação esporádica de marginalidade social, mas como setor econômico e processo sistêmico de desarticulação social pela base. As novas tendências da *modernidade* ocupam todas as nossas atenções, e a quase totalidade das publicações científicas. Ficamos sem dúvida felizes com o fato de que pequenas empresas fazem grandes negócios. No entanto, se o tempo de rearticulação da sociedade em torno das novas atividades não acompanha o ritmo de desagregação social pela base, o resultado será a barbárie. O tempo que temos pela frente, para uma sólida rearticulação e reequilíbrio da sociedade, é cada vez mais curto.

### **O foco de ação: construir a inserção dos excluídos**

Muitos apontam as tragédias que vivemos como dificuldades naturais do parto de um novo mundo. Todos olhamos para o horizonte brilhante onde despontam fantásticas tecnologias. É relativamente fácil projetar para o futuro o universo dourado que estas tecnologias preparam. Alvin toffler já apontava, no seu *Powershift*, para o fato que uma economia baseada no conhecimento é essencialmente diferente de uma sociedade baseada no controle da riqueza material: o conhecimento passado para outra pessoa é *compartilhado*, enquanto os bens materiais pertencem a uma *ou* a outra pessoa. Neste sentido, abre-se a possibilidade da construção de uma sociedade democrática,

estruturalmente mais igualitária. Pierre Lévy mostra, na *Inteligência Coletiva*, como a nova conectividade horizontal que os novos sistemas de comunicação e informação permitem, abre espaços para uma rearticulação social inovadora.

Em outros termos, podemos analisar diversas manifestações das novas tendências: Rifkin aponta para o fim do emprego, Castells para a sociedade em rede, De Masi para uma sociedade de ócio ativo, e um sem-número de autores otimistas pintam diversos tipos de *nirvanas* do futuro, onde estaremos entregues ao ócio e ao prazer, enquanto robôs trabalharão para nós; outros autores, mais pessimistas nos mostram um ser humano devorado pelo *Big Brother*, com todas as colorações intermediárias. Estes estudos têm importância, pois apontam para os rumos, as macro-tendências. Mas o que nos parece essencial, é entendermos os processos imediatos sobre os quais podemos intervir.

O imediato é a caótica transição que se inicia. Se olharmos com um pouco de perspectiva para a revolução industrial, o seu parto foi acompanhado da de-ruralização, da formação dos guetos urbanos, de gigantescas migrações para o novo mundo, de imensa miséria, de trabalho infantil e tantas outras manifestações hoje esquecidas, mas que traumatizaram o século XIX e a primeira metade do século XX. A própria força do comunismo e a expropriação radical dos capitalistas surgiram destes dramas sociais, que nos legaram a guerra fria e o clima de conflito planetário.

Neste sentido, não é o surgimento dos fantásticos horizontes que as novas tecnologias nos trazem que é o problema. Produzir mais com menos esforço não deveria nos deixar preocupados: a ameaça é a substituição do trabalhador sem que avance a correspondente reorganização do trabalho. Como redistribuir o trabalho, como reduzir a angústia que se generaliza? Como inserir no processo de transformação os tres quartos de excluídos?

As chamadas forças do mercado resolvem? Seria ótimo. Na realidade, melhor do que discutir se as teorias liberais ou neoliberais constituem uma resposta, é propor uma alternativa prática: enquanto o mercado não resolve, vamos de forma organizada, comunidade por comunidade, região por região, enfrentar o problema de milhões de crianças com fome ou fora da escola, criar programas de renda mínima, associar as populações aos processos de decisão sobre os recursos públicos, controlar a proliferação de armas, coibir a destruição ambiental, resgatar o controle da população sobre as suas próprias poupanças, votar com o bolso para as empresas socialmente e ambientalmente responsáveis, eleger políticos honestos, dinamizar sistemas locais e comunitários de comunicação, promover a responsabilização.

A transição para a sociedade industrial foi semeada de imensas tragédias. O terremoto de maior amplitude que prepara a sociedade do conhecimento tanto pode se transformar num processo de libertação, como num universo de terror. Cristovam Buarque chama bem a atenção para o fato que é o conjunto da nossa sociedade que começa a se cansar da polarização da renda, da violência e da corrupção, e que a abolição da miséria, para a qual temos tanto os meios técnicos como os econômicos, é hoje tão premente como foi a abolição da escravidão no fim do século XIX. Não podemos continuar a construir

privilégios, e a fechar os olhos sobre as consequências. Na economia, como na política, o jogo de faz de conta não funciona.

Voltemos ao início. Uma enfoque que nos parece essencial, é que estamos jogando, em boa parte, um jogo novo, com regras que ainda são antigas. É preciso reconstruir os conceitos. Entre as cartas que compõem o novo jogo, privilegiamos algumas. É uma visão que ultrapassa o enfoque dual estatização/privatização para se concentrar na articulação equilibrada Estado/empresa/sociedade civil. Que busca ultrapassar a priorização do econômico, segundo a visão liberal de que o lucro dos ricos reverterá, pela mágica do *trickling down*, em benefícios sociais e ambientais para o conjunto da sociedade: o próprio processo de reprodução social deve ser uma permanente articulação dos objetivos econômicos, sociais e ambientais. Este enfoque de *sociedade organizada* torna-se particularmente premente frente a um capitalismo de grandes grupos de peso global, que hoje escapam a qualquer controle nacional, pela fragilização dos instrumentos de política econômica do Estado, enquanto os controles globais ainda não se constituíram. Este *capitalismo total* exerce hoje um poder imenso sobre a área política, e controla a mídia, o que lhe possibilita a difusão permanente de uma imagem positiva sobre si mesmo, ocultando os dramas que se avolumam. Como o sistema financeiro global passou também a escapar em grande parte dos controles nacionais, gera-se um desequilíbrio extremamente profundo entre Estado, mercado e sociedade civil. Coloca-se portanto no centro o problema do resgate da função reguladora do Estado, e do reforço da organização da sociedade civil.

A simples esperança de que as coisas encontrarão "naturalmente" a sua lógica não basta. A maré capitalista levanta os grandes iates, *não* levanta todos os barcos. A polarização econômica entre ricos e pobres é vista como tendência marcante por todos os relatórios internacionais, tanto dentro dos países como no plano internacional, e atinge hoje com força particular os próprios Estados Unidos. A capacidade de geração de empregos está mudando rapidamente no setor de ponta da economia. Centrar a visão do desenvolvimento na "atração" de investimentos, cada país ou região competindo para ver quem se curva mais baixo, quem dá condições mais atraentes, no que as Nações Unidas chamam hoje de *race to the bottom*, ou "corrida para o fundo", em troca de algumas centenas de empregos, não resolve grande coisa. Na realidade, o que funciona é o processo inverso, é a promoção dos equilíbrios internos, a dinamização dos empregos em torno às necessidades básicas de saneamento, habitação, alimentação e outros, a redistribuição da terra produtiva, o acesso mais democrático à renda, o relacionamento externo visto como dinâmica importante mas complementar à dinâmica interna. Com meio século de atraso relativamente aos países desenvolvidos, cabe-nos hoje centrar as políticas no reequilibramento social, e na rearticulação das relações com a economia global.

A formação de um mega-poder das 500 a 600 corporações transnacionais, deslocou os espaços políticos. O próprio empresariado, particularmente na área da pequena e média empresa, que não tem escala suficiente para controlar segmentos da esfera política, e que não participa do cassino global, vê com perplexidade crescente um sistema onde produzir

bem não assegura nenhuma vantagem relativamente a quem faz especulação financeira, manipula o Estado ou coloca pedágios comerciais sobre as mais variadas atividades.

Por outro lado, a urbanização generalizada que progrediu no planeta, e em particular no Brasil das últimas décadas, abre novas perspectivas para a reconstrução da articulação Estado/sociedade civil a partir do espaço da cidade, permitindo (mas não garantindo) a geração de uma âncora econômica e social tanto mais necessária quanto mais avança a globalização.

O grande dilema, entre tantos outros, continua sendo esta estrutura estranha que chamamos de classe dirigente. A sua adaptação ideológica à era da globalização é relativamente simples, na medida em que sempre foi uma classe que buscou maximizar os seus interesses intermediando interesses externos, fossem eles coloniais, ingleses, americanos ou transnacionais nesta era da globalização. Fomos o último país a abolir a escravidão, somos hoje o último país do planeta em termos de distribuição de renda.

Um dos textos recentes de Darcy Ribeiro, extraído de *O Povo Brasileiro*, é, neste sentido, eloquente: "Nada é mais continuado, tampouco é tão permanente, ao longo desses cinco séculos, do que essa classe dirigente exógena e infiel a seu povo...Tudo, nos séculos, transformou-se incessantemente. Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia...Não alcançam, aqui, nem mesmo a façanha menor de gerar uma prosperidade generalizável à massa trabalhadora, tal como se conseguiu, sob os mesmos regimes, em outras áreas. Menos êxito teve, ainda, em seus esforços por intergrar-se na civilização industrial. Hoje, seu desígnio é forçar-nos à marginalidade na civilização que está emergindo".

Imaginar-lhe desígnios tão perversos constitui talvez um exagero. Diz um ditado que antes de imaginar a perversidade, é preciso esgotar as imensas possibilidades da simples burrice. Mas a realidade é que, frente aos imensos avanços das tecnologias, e à amplitude das mudanças em todas as áreas, os nossos bancos pendurados nos financiamentos estatais e praticando juros surrealistas, os usineiros e latifundiários que se concentram mais no que consideram ser política – buscar subsídios através dos processos mais escusos de pressão – e imobilizam a terra que nem cultivam nem deixam cultivar, as empreiteiras que seguem se equilibrando no apoio a políticos corruptos em troca de contratos públicos, as famílias da mídia que seguem fielmente as tradições truculentas do *Chatô* e loteiam o próprio espaço da informação para perpetuar feudos políticos e econômicos, as próprias formas *clânicas* de fazer política, constituem hoje uma superestrutura medieval, mal disfarçada pelos celulares, computadores e carros de luxo que utilizam. O capitalismo brasileiro neste ponto consegue uma proeza impressionante: não mudou nada.

É fácil terminar uma análise de situação com uma crítica à classe dominante, apontando um culpado. A grande realidade é que a visão conservadora do mundo implodiu. Conforme vimos acima, o mercado e a globalização já não asseguram nem o espaço da realização individual, nem o contexto social que viabiliza a família, além de liquidar com a soberania nacional e outros valores tradicionais. Ou seja, a visão liberal da economia

tornou-se incompatível com os valores que lhe eram associados. Já não é surpreendente ver correntes conservadoras fustigarem um dia o capitalismo selvagem, e no outro dia pedirem por Pinochet. A visão conservadora se tornou uma contradição nos termos, e a sua bússola gira solta.

A visão progressista, durante longo tempo engessada na visão estatista da sociedade, está pelo contrário abrindo espaços renovados para o conjunto da sociedade. O conceito de uma democracia participativa, ancorada em sistemas descentralizados de gestão social, abre caminho para um sistema politicamente coerente, porque ancorado na articulação equilibrada das forças sociais realmente existentes. A visão de parcerias entre a administração pública, o setor privado e a sociedade civil constitui um avanço que está demonstrando a sua eficiência em numerosos países, ainda que no Brasil apenas tenha efetivamente progredido no espaço local de gestão. A busca de uma democratização da mídia, visando uma sociedade transparente no uso dos recursos estatais ou empresariais, constitui mais um reforço para uma sociedade cidadã. E não é surpresa que as alternativas concretas estejam surgindo predominantemente a partir do poder local: é o espaço onde as instâncias política, econômica, social e cultural podem ser articuladas para formar um conjunto que tenha pé e cabeça. Isto não significa uma sociedade cuja lógica se resume ao local. Significa que uma sociedade articulada de forma democrática na base pode influir melhor na racionalização do conjunto.

Frequentemente norteamos as nossas atitudes mais em função do universo ideológico de a que pertencem, do que em função da sua utilidade social. Na minha visão, os dramas sociais, políticos, econômicos e ambientais são de uma dimensão tal, que discutir neste nível está se tornando inócuo. O que devemos procurar, não é o matiz ideológico de cada idéia, mas se as novas articulações que gradualmente se desenham abrem os novos caminhos que necessitamos.

### PARTE III - O MOSAICO RECONSTRUIDO

*Competência especializada e sucesso,  
é tudo que eles conseguem imaginar.*  
Allan Bloom, The Closing of the American Mind

Dos comentários de amigos, e amigas, o texto até agora escrito se lê da seguinte maneira: com vivo interesse na parte mais romanceada, com tendência ao bocejo na parte científica, e com interesse divertido na parte dos comentários éticos, do tipo "pequenas lições que a vida nos ensina". Na realidade, todos procuramos viver, nos apaixonamos pelas nossas paixões, vamos tirando pequenas lições, e compomos assim gradualmente o mosaico dos nossos valores. E contruímos com obrigação, e às vezes na angústia da incompreensão, forçados pela necessidade de entender o mundo, os esboços de construções científicas. O mais útil nem sempre é o mais agradável.

Por mais importante que seja a sistematização científica, no entanto, não aparece como suficiente. Um problema mais amplo pode ser colocado perguntando como se reconstrói a unidade do mosaico. É natural a nossa vida se compor de segmentos partidos? De segmentos desarticulados de um gesto de carinho, de correria no trânsito, de um rosnar como cães raivosos nos confrontos profissionais?

De certa maneira, podemos virar tudo pelo avesso, e colocar uma pergunta mais simples: o que é importante? E em função desta pergunta, repensar o amor, os amigos, a sociabilidade, o trabalho, a criatividade, e também, porque não, a economia.

A unidade do mosaico recomposto, da figura inteira, é dada sem dúvida pelo amor, pela amizade, pelas inúmeras facetas da afetividade que nos transforma em família, em sociedade, em cultura. Que transforma o tempo fatiado do nosso cotidiano num espaço onde arte e trabalho, por exemplo, podem encontrar o seu campo comum no trabalho criativo, em vez de estarem colocados em compartimentos estanques, diversão o primeiro, sacrifício o segundo.

A visão pode parecer sonhadora. Paulo Freire, que de sonho não tinha nenhum medo, dizia que procurava uma sociedade *menos malvada*. Pessoalmente, acho que esta sociedade, centrada no dinheiro a todo custo, onde os ricos não dormem por medo, e os pobres porque os ricos não deixam, e onde todos vivemos na angústia do amanhã, isto quando o mundo produz riqueza e domina técnicas que permitiriam sossego e conforto para todos, houvesse um mínimo de decência na redistribuição, tem realmente de repensar os seus rumos. A combinação de uma estrutura de poder desequilibrada, de mecanismos de mercado deformados e manipulados, de uma ideologia idiota do *sucesso* e de um consumismo materialista desenfreado nos levam a impasses em termos de *vida*, do prosaico cotidiano, da felicidade pessoal.

E não é questão de visões teóricas. Quando o liberalismo busca a pureza dos seus princípios, e esquece as regras humanas, passa simplesmente a prevalecer a lei do mais forte. E ficamos todos, de certa maneira, condenados a entrar no jogo. Quando os recursos são finitos, e o produto social é de quem agarrar primeiro, descambamos naturalmente para a barbárie.

### **A esquizofrenia institucionalizada**

Voltemos a Eilat, ao golfo da Aqaba, na fronteira entre Jordânia e Israel. Pauline, 17 anos, trabalhava no Maar Ka Shva, ou Rainha de Sabá, luxuoso hotel internacional. Vendia jóias num balcãozinho do hotel. As cartas que vinham do Brasil vinham abertas. Mas o hotel era cheio de pessoas de sucesso, como vemos em todas as fotos de hotéis luxuosos. Pauline sorria um sorriso ofuscante, pois tinha na sua frente clientes, e não pessoas, dotadas de alegria e tristezas como ela. E as instruções eram claras: o salário é proporcional às vendas, o sorriso tem de ser ofuscante. Às vezes, quando vejo o sorriso ofuscante e permanente das apresentadoras de televisão, mulheres de sucesso, fico na angústia de que vão ter, a qualquer momento, câibras faciais, de tanto manter o sorriso ofuscante. Não é *econômico* sermos pessoas, e não personagens?

Ví recentemente um filme-reportagem sobre Cuba, e notadamente o resurgimento do turismo em Cuba, um turismo completamente diferente: as pessoas vão lá não porque a piscina é deslumbrante, e o garçom vestido de trajes típicos, mas porque falam com pessoas, diferentes delas, porque cubanas, e não francesas ou americanas, mas pessoas, com quem se pode falar de igual para igual, numa relação que não é mediada por uma função predeterminada do hotel de sucesso: de um lado uma fonte de dinheiro, chamada cliente, de outro lado um recipiente de dinheiro. Por que será que eu prefiro que o garçom apareça de cara amarrada, se tem problemas, e que eu possa perguntar, sentindo que tenho uma pessoa na minha frente: *que pasa, Manolo?* Que pouco profissional, deixar transparecer os problemas pessoais... Temos de *separar* as coisas, criar personagens distintos e desarticulados dentro de nós mesmos. O imenso sucesso mundial de *Buena Vista Social Club* não se deve ao fato de transformar pessoas comuns em artistas, mas de apresentar artistas na sua dimensão de gente verdadeira.

Parece secundário, de tanto estarmos acostumados a isto. No entanto, qual é o preço de se desarticular uma pessoa, de separá-la numa dimensão profissional, e outra pessoal? Quem já se pintou inteiro no carnaval, sabe que coberto de pintura, o corpo não respira, fica asfixiado. E como funciona esta pintura formal que colocamos todo dia ao sair de casa, este monumento de artificialismo que destoa crescentemente do que realmente somos, e que nos leva finalmente a um divã de psicanalista, porque este é pago, e deve nos escutar como somos. Compradas a peso de ouro, tres horas de autenticidade por semana?

O passado continua presente dentro de nós, ainda que nem sempre o lembremos. Quando reencontrei Pauline, saindo do seu hotel, fiquei transtornado com o imenso sorriso, que tinha o mesmo tamanho da imensa infelicidade acumulada neste ano de solidão e artificialismo que vivera. A menina que eu conhecera no Brasil, com seus 16 anos

deslumbrantes, sorria naquela época com uma espontaneidade arrasadora, sem pensamentos nem por trás nem pelos lados. Era sorriso. O que eu tinha agora pela frente era um sorriso de grande tamanho, e carregado de um mar de tristeza. Hoje, quase quarenta anos depois, sinto ao vivo toda a crueldade de um processo social onde a vivência espontânea, a explosão da vida, foi domada, educada, colocada nos *devidos limites*.

Passei rapidamente, na primeira parte deste texto, pelo episódio. Na realidade, Pauline buscava em mim um socorro que ela mesma não conseguia alcançar. Era como uma pessoa quebrada, que não conseguia reconstruir a espontaneidade e a intensidade do que havíamos vivido, que não conseguia reconstruir a relação a partir das memórias que lhe ficaram, cada vez mais inanimadas, nas noites de solidão. Éramos dois solitários olhando um para o outro, um precipício nos olhos, porque não era uma relação que se contentaria com um faz de conta, e a espontaneidade tinha sido varrida pelo conjunto de expectativas que se sobrepunham à relação.

Com alguns dias, eu pensei ir a Tel-Aviv, tentar encontrar alguma maneira de sobrevivermos. Voltei no caminho, cheguei mais cedo por acaso. Pauline estava em coma, não tinha aguentado a tristeza, tentara o suicídio. Passei tres dias com ela no hospital, na lenta e penosa volta à vida. As suas primeiras palavras, ainda semi-consciente, foram cheias de desespero: não quero voltar, não quero...

Éramos moleques, e no entanto, tão mais adultos. Que nos importavam os executivos de maleta de executivo, cheios de sucesso, as mulheres com peitos cheios de silicone? Que importam todos os sucessos, frente a uma menina que tem medo de voltar à vida? Conseguimos superar, reconstruir as nossas vidas. O ser humano é frágil e forte. Sobrevivi eu, morreria ela, anos mais tarde, nas mãos da ditadura. Mas ficara gravada em ambos uma sensibilidade exposta, uma consciência do absurdo das coisas, uma ânsia de solidariedade humana.

A crítica ao modelo civilizatório que vivemos (desculpem o nome pomposo) não é fácil. Em algum lugar nos desgarramos, perdemos completamente o senso do que é e do que não é importante, nos enroscamos numa guerra de sucessos e importâncias que não têm outra definição do que a de uma imensa bobagem. Socialmente impotentes frente a nos mesmos, recobrimos com vernizes de diversos tipos, com símbolos externos e ridículos de sucesso, a nossa trágica perda de humanidade, e a imensa solidão que em nós se acumula.

O problema da economia pode ser a taxa do crescimento do Pib, mas o problema da sociedade é que o Pib não basta. E o problema significativo é a sociedade, somos nós, e não a economia. A economia tem de voltar a ser o que realmente é: apenas um meio, não um fim.

As grandes corporações mundiais que nos dirigem são indiscutivelmente competentes em termos técnicos, mas uma tragédia em termos de sensibilidade humana, em termos de aporte cultural e político à sociedade. Por uma razão muito simples: cada gerente, cada

diretor dentro da empresa quer se mostrar mais eficiente, e o denominador comum é o dinheiro. Se um diretor consegue que se venda um medicamento mais caro porque a publicidade o tornou mais atrativo, vai poder brilhar na reunião do conselho de administração, mostrando a curva ascendente do lucro. A curva descendente do número de pessoas que têm acesso ao remédio, evidentemente, não é apresentada, e, mais importante, não influiria sobre o sucesso do diretor. O sistema opera uma seleção natural negativa.

Mais uma vez, o ser humano técnico é separado do ser humano ético, criam-se, à custa de milhões de estímulos repetidos, cubículos isolados dentro de nós mesmos. Dormimos com personagens paralelos dentro de nós, personagens que tentam se ignorar uns aos outros, pois são contraditórios. Nos tornamos, no sentido mais rigoroso do termo, esquizofrênicos. Quem já não viu as declarações indignadas de um produtor de armas de calibre curto, feitas para ficarem escondidas, e para matar pessoas, afirmar indignado: "mas eu não puxo o gatilho..."?

Somos muito impotentes no processo. Foi patético assistir ao juramento, feito pelos executivos das grandes corporações do cigarro, afirmando cada um, com rosto sério e a mão sobre a bíblia, perante o senado americano, a sua convicção pessoal de que o cigarro não vicia. Gunnar Myrdal, em belíssimo livro ainda dos anos 40, *O Dilema Americano*, livro que aliás lhe valeu o prêmio Nobel, se pergunta como pode conviver, em partes separadas do consciente americano, um universo de valores que prega a liberdade, *deixai vir a mim os oprimidos do mundo*, de auto-afirmação individual, de direitos humanos, e um universo que permite que à noite o mesmo americano saia queimando casas de gente de outra cor? Hoje já não queimam casas, mas as rupturas permanecem.

A perda de ética na corporação moderna, e no nosso comportamento cotidiano pela sobrevivência, é muito mais do que uma burrice macro-econômica. Significa uma perda de rumos como civilização, uma corrupção íntima de nós mesmos, das nossas famílias, dos nossos filhos. No final das contas, quando preterimos a felicidade social em proveito de um sucesso individual dentro de um micro-cosmo corporativo, estamos nos traindo a nós mesmos, e nos tornando infelizes. Porque o sentimento do absurdo que vivemos está dentro de nós, como um caruncho, a nos corroer.

A vida se vive por inteiro. E as dimensões sociais da felicidade individual são essenciais. Quando nos sentimos infelizes, dilacerados por motivações contraditórias, incapazes de articularmos vidas coerentes no contexto absurdo, conseguimos nos convencer que os culpados somos nós. Um eventual analista, com honrosas exceções, não vai se fazer de rogado para nos explicar as razões profundas, naturalmente individuais. Porque se falasse das sociais, onde iríamos parar?

## **Identidades**

Israel é, sem dúvida, uma economia eficiente. Está afundando num mar de ódio. Os ódios constituem processos sociais, mas se materializam em atitudes individuais. O pai de Pauline preferia que ela morresse a vê-la em contato com um *goi* miserável. Estamos

falando de gente com educação, universidades, dinheiro, idiomas, que sabe em que copo se bebe vinho e em que outro se bebe água.

O bom senso dita o seguinte: é trágica a perseguição dos judeus pelos europeus, que acabaram resolvendo o problema arrumando outro lugar para eles, por acaso num espaço geográfico que já era habitado. É trágica a perseguição e expulsão dos palestinos pelos judeus. Os dois povos ali viveram milhares de anos, e se é questão de precedência deste tipo, deveríamos expulsar os americanos e os brasileiros e devolver a terra aos índios. É um teatro de faz de conta.

Ao ruir o império soviético, o ministro de relações exteriores russo disse brincando ao presidente americano: *vamos desfechar-lhes um golpe atroz, vamos privá-los de um inimigo*. Não os privaria. Sucessivos presidentes agitariam outras ameaças, outros satãs, frente aos hipnotizados telespectadores: Hussein foi um satã memorável, com o seu bigodão preto; Fidel também, com a sua barba, mas já não convence tanto como inimigo ameaçador da humanidade; os sérvios foram ótimos, ainda que fosse difícil esconder a reciprocidade nos massacres e na violência. Os massacres atroz na Chechênia, que uma década antes teriam gerado uma histeria mundial, pois a Chechênia teria sido vítima dos soviéticos, não entraram sequer nos noticiários, pois quem quem faz o massacre passou a ser país amigo.

Pertencer a um grupo, nação, civilização, religião, raça ou o que seja, é um sentimento que floresce admiravelmente se temos um polo oposto, o espelho negativo, a imagem detestável de quem *não pertence*. Em 1984, de Orwell, temos a figura detestável de Goldstein. Nas religiões, uns se balançam de pé, outros se ajoelham, outros ficam de cócoras, e cada um se acha *eleito*. Muita gente lamenta que ninguém nenhum extraterrestre nos tenha invadido, pois seria a única maneira de colocarmos os pés no chão, e lembrarmos que somos simplesmente seres humanos, perdidos numa pequena bola azul no meio do espaço.

O sentimento, uma vez mais, é natural. Quando despachamos um filho para a escola, achamos que está bem vestido. Sorrimos ao ver o pânico do menino se a bermuda não está no comprimento certo, se o calçado não é um tênis de determinado tipo, ou se por acaso a camisa tem botões – ou não tem, segundo a escola, segundo o ambiente. Isto é significativo porque mostra a imensa necessidade que temos de firmar a nossa identidade, e o imenso pavor que temos, desde pequenos, de sermos *diferentes*. O aparente desleixo da roupa de um adolescente é rigorosamente construído. Quando caminho na universidade, posso saber a grande distância se um aluno é de Direito, ainda que as roupas sejam aparentemente diferenciadas. O *tom* dado pela roupa é tão idêntico, inclusive nas mulheres, como um uniforme militar. Não estou jogando a primeira pedra: muito óculos de economista poderia ser patenteado.

A genialidade do sistema da grande corporação, é que não exige pessoas más. Exige simplesmente pessoas socialmente dóceis, e individualmente ambiciosas. Exige pessoas onde a construção da identidade não se dá em torno à identidade - por definição identidade com outros - mas à superioridade. Meu carro é maior que o teu, a minha casa é

maior que a tua, o meu salário é maior que o teu. O jogo de identidade, convívio e solidariedade se transformou numa luta de vencedores e vencidos, que não satisfaz nem uns nem outros.

### **EUA: A atração do poder**

A mania de um povo se considerar superior aos outros é uma praga. Os alemães queriam ser “über alles”, superiores a todos. Os israelenses continuam a se considerar o povo eleito. Os americanos conseguiram se convencer que a dominação mundial faz parte do seu “destino manifesto”. E não adianta historiadores mostrarem que os eleitos terminam democraticamente por voltar a ser apenas humanos. A tentação, aparentemente, é grande demais.

A realidade é que, em termos de geopolítica, os Estados Unidos se convenceram de que têm pela frente uma janela de tempo particularmente favorável, uma oportunidade única. Os Estados Unidos, com a derrocada da União Soviética, terminaram por ser a única potência militar de alcance planetário. A segunda potência econômica mundial, a Alemanha, não tem exército, como resultado da II Guerra Mundial. A terceira potência econômica, o Japão, tampouco tem exército, pelas mesmas razões. A China está se tornando uma potência, mas a sua base econômica ainda é insuficiente para estar no páreo. A Rússia está se organizando, e também precisará de algumas décadas. A Europa está se aglutinando, e tomou consciência de que precisa tomar as suas distâncias relativamente aos Estados Unidos. A decisão de realizar os imensos investimentos do projeto *Galileo*, que envolve um sistema de satélites para assegurar o equivalente europeu ao GPS dos Estados Unidos, mostra claramente que a unidade construída nos tempos da guerra fria no quadro da OTAN já não constitui a referência central.

Fato igualmente importante, o Euro assegura pela primeira vez uma alternativa ao dólar. Com a adesão de várias nações como a Polónia, a república Checa e outros países da região, a União Europeia se tornará sem dúvida a principal potência econômica mundial.

Em outros termos, dentro de algumas décadas teremos uma China com visões e poder de primeira ordem, a Rússia voltará a ser uma potência, a União Europeia deverá assegurar a dimensão militar da sua força econômica. A supremacia norte-americana constitui um raro momento de domínio absoluto, e ao que tudo indica, o governo americano, com a força dos grupos financeiros, da tradicional direita republicana, e da rede das empresas transnacionais, entende que é a hora e a vez do império.

No dia 11 de setembro de 2001, encontrava-me na Guatemala, realizando um estudo para as Nações Unidas. Fiquei chocado, como todos, com a tragédia. Mas não havia como escapar de um paralelo estranho: na véspera, realizara várias reuniões com organizações comunitárias locais. As lideranças sociais eram todas impressionantemente jovens. A razão é bem simples: durante os anos anteriores, haviam sido assassinadas 200 mil pessoas, predominantemente dos movimentos sociais, e 35 mil estavam desaparecidas. Massacre sistemático organizado com fortíssimo apoio financeiro e militar dos Estados Unidos, e com aconselhamento de empresas de comercialização de bananas como a United Fruit. O massacre permanece desconhecido do mundo, a não ser pelas pessoas que

lêem folhetos de denúncia passados de mão em mão, ou os relatórios técnicos das Nações Unidas. Os massacres da Guatemala começaram quando os Estados Unidos derrubaram o seu presidente legalmente eleito, Jacobo Arbenz. Hoje, o país tem um governo eleito, de extrema direita, pois as milícias para-militares constituídas permanecem organizadas, e as eleições são livres no sentido de liberdade acompanhada.

Não é novidade. Em 1952, a CIA derrubou Mossadegh, dirigente iraniano que estava disposto a fazer o petróleo do seu país servir os interesses do próprio país. Inventaram um Reza Pahlevi, que modernizou o país, particularmente as forças armadas e a equipadíssima polícia secreta Savak. A ocidentalização imposta de cima para baixo levou a um gradual isolamento político do regime, e à volta do país a um tipo de medievalismo religioso, com o Aiatolá Khomeini. Os Estados Unidos então apoiaram, e equiparam, o Irak na sua guerra contra o Irã. Quando o Irak utilizou o gaz mostarda, os Estados Unidos continuaram apoiando. Declarações do Pentágono de agosto de 2002, informam que na época os americanos realmente sabiam, mas como o alvo era militar, consideraram que era adequado.

Quando da guerra do Vietnã, os americanos ficaram irritados com o regime moderado de Norodom Sihanouk, da vizinha Cambodia. Queriam um regime mais à direita. Derrubaram o príncipe, dando início a uma série de golpes e contragolpes, com cada nova autoridade massacrando os que podiam ser vinculados à autoridade anterior. Os mortos se contam aos milhões. Os americanos não queriam os massacres, apenas queriam um governo amigo.

Sukarno, na Indonésia, era outro personagem que queria dar prioridade aos interesses internos do país. Foi derrubado com participação ostensiva dos americanos, e substituído por Suharto, um dos ditadores mais violentos e corruptos que já se conheceu, segundo avaliações atuais dos próprios americanos. Os americanos não queriam nem a violência nem a corrupção, mas queriam sim um governo mais amigo.

Não queremos aqui construir o equivalente literário do muro das lamentações de Jerusalém. Mas o fato é que se os Estados Unidos não estendessem sobre Israel o seu manto de proteção financeira e a sua ajuda militar, este não teria o cacife de ir anexando os territórios dos países vizinhos. Aqui, o problema não era ter um governante amigo, mas ter a amizade da imensa e influente colônia judaica norte-americana, que aliás controla boa parte da mídia e, conseqüentemente, da opinião pública. Não se elege um presidente americano sem esta colônia. Tudo tem as suas razões.

Estes poucos exemplos andam esquecidos. Com as políticas atuais de informação, em que cada jornal traz diariamente grandes novidades desconectadas do passado, perde-se a perspectiva. A realidade de ontem parece sumir num grande buraco negro, tragada pelas novidades do dia. Nesta curiosa deformação, o tempo parece perder a sua profundidade, e a história o seu sentido.

Mas vale a pena lembrar, ainda que rapidamente: a perseguição ao ANC, hoje no poder na África do Sul, e anteriormente qualificado de terrorista; a criação, de cabo a rabo, da

chamada Frente Roberto Holden, e o apoio militar às forças do *apartheid* da Unita, em Angola, gerando uma guerra que só terminou em 2001; o apoio ao ditador Somoza, da Nicarágua, e a organização da guerra aos sandinistas, gerando o caos atual; o assassinato de Patrice Lumumba, e o apoio a Moise Tschombe e a Mobutu, os sucessivos ditadores do Congo, outros gigantes da repressão e da corrupção; a organização do golpe militar que derrubou Salvador Allende, presidente eleito do Chile, curiosamente também num 11 de setembro; o apoio à ditadura militar da Argentina, cujas seqüelas sentimos ainda hoje, pela destruição das estruturas organizadas da sociedade civil; o apoio ao golpe militar do Brasil...A lista é longa, e cobre todos o século XX. O apoio à tentativa de golpe contra o presidente eleito e re-eleito da Venezuela é de 2002, e a subversão do seu regime está em curso. Como está em curso a intervenção na Colômbia, enquanto a intervenção no Irak está mostrando a sua dimensão trágica.

Um dos livros mais importantes que se escreveu sobre os Estados Unidos é o estudo de Gunnar Myrdal, *The American Dilemma*, ainda dos anos 1940. A mensagem central de Myrdal é uma pergunta: como é que cabe, na cabeça do americano, simultaneamente o seu credo referente à liberdade, democracia, respeito ao indivíduo etc., e o racismo, a discriminação, o tratamento truculento dos pobres?

Paulo Freire encontrou um dia nos Estados Unidos uma velhinha sentada na calçada: curioso e solidário como sempre, perguntou-lhe se era americana. “Não, respondeu a velhinha, sou pobre”. Não há como escapar de uma conclusão simples, mas de importantes implicações: o poder nos Estados Unidos está assentado numa imensa base de hipocrisia.

Manter uma guerra entre Irak e Irã seria visto como ótimo negócio, e o Irak seria generosamente apoiado pelos Estados Unidos, Sadddam Hussein inclusive. A democracia nunca foi o forte dos países islâmicos, e muito menos da Turquia, tão apoiada pelos países ricos, ou da Arábia Saudita. No entanto, Hussein aparece como o único bandido. O Iraq tem a segunda base de reservas de petróleo no mundo. Não se admite que este país não seja um país amigo.

A família Bush, como se sabe, tem as empresas de petróleo como principal base de apoio político. O Afeganistão não tem grande importância no mundo. No entanto, a expansão militar norte-americana na região continua de forma acelerada. Sob o pretexto de combater o terrorismo, instalaram-se bases nos países limítrofes: no Kirguistão, no Uzbequistão, Tadjiquistão, Turkmenistão e outras ex-repúblicas soviéticas. Ao sul, está o Afeganistão. Ao norte, as grandes reservas de petróleo da região do mar Caspio, que Hitler tentara atingir, travando então a decisiva batalha de Stalingrad. O Business Week de 27 de Maio 2002 apresenta, como artigo de capa, o imenso avanço que significa a entrada na região para os interesses petroleiros dos Estados Unidos: sob o título “A próxima fronteira do petróleo”, o estudo comenta “como os soldados, homens do petróleo e diplomatas americanos estão abrindo uma nova esfera de influência nas fronteiras da Rússia”.<sup>2</sup> “As armas,” explica o artigo, “vão evidentemente servir também para proteger

---

<sup>2</sup> “American soldiers, oilmen and diplomats are rapidly getting to know this remote corner of the world, the old underbelly of the Soviet Union and a region that has been almost untouched by Western armies since

o petróleo – um petróleo que Washington espera que diminua a dependência do Ocidente do Golfo Pérsico, e também para tirar as nações do Cáucaso e da Ásia Central da sua rude pobreza”. O fim do parágrafo é quase poético.

Os grandes grupos que agem junto com os americanos na região incluem ChevronTexaco, Exxon Mobil, BP, PLC e Halliburton. O maior investidor é British Petroleum, o que explica em boa parte o entusiasmo de Blair de fazer os militares ingleses lutar contra Bin Laden e sobretudo acompanhar as entradas norte-americanas na região. O dossiê publicado pelo Business Week mostra, país por país, os interesses militares e os interesses energéticos.

Soa familiar? Enquanto as investidas continuam na área do petróleo, a mídia internacional nos bombardeia com imagens dos sucessivos personagens que devemos odiar: Khomeiny, Khaddafi, Castro, Bin Laden, Saddam Hussein, estas ameaças ao mundo. O que faríamos sem a proteção norte-americana? O general Shephard, em entrevista na CNN nos Estados Unidos, deixa tudo claro: “*We are the world peace keepers, like it or not*”. Somos os guardiães da paz mundial, gostem ou não...<sup>3</sup>

Se não existisse o Bin Laden, seria preciso inventá-lo. O fato é que os Estados Unidos estão se dotando rapidamente de instrumentos internos e externos de controle que só podem preocupar. Internamente, está em construção uma imensa rede nacional que consiste em cada americano ser um vigilante dos seus vizinhos, e o projeto é de se chegar a que um em cada 20 americanos seja um informante. Nas Universidades, o Pentágono está negociando um projeto com três vertentes: controle dos estudantes estrangeiros, controle da pesquisa científica, e autorização prévia de publicações.<sup>4</sup> As iniciativas são inúmeras, e assustam.

No plano externo, o chute dado sem cerimônia nos acordos de Kyoto levam uma mensagem clara à comunidade internacional. A “cassação” do diplomata brasileiro Bustani, que ousara sugerir que os Estados Unidos também deveriam se submeter a controles, permitiu lembrar a todos os funcionários das organizações internacionais que algumas nações são mais *Unidas* que outras. Além de não aderir ao tribunal penal internacional, de imensa importância para a gradual construção de uma governança planetária, os Estados Unidos estão ameaçando com corte de apoio militar qualquer governo que não reveja a sua adesão.

Isoladamente, estas várias iniciativas preocupam, e muito. Tomadas em conjunto, apontam para uma vontade clara de uso da força militar, econômica e midiática no planeta todo, sem que haja realmente força que possa fazer contrapeso. E o freio interno, que é da oposição democrática dos próprios americanos, pode-se tornar simbólico frente à

---

the time of Alexander the Great. The game the Americans are playing has some of the highest stakes going. What they are attempting is nothing less than the biggest carve-out of a new U.S. sphere of influence since the U.S. became engaged in the Mideast years ago” – Business Week, May 27, 2002, p. 43

<sup>3</sup> Entrevista no canal de televisão CNN, 7 de julho 2002 – Em inglês, o “like it or not” pode se dirigir tanto ao público externo (gostem ou não) como ao público americano (gostemos ou não).

<sup>4</sup> Ver o artigo de Daniel G. Dupont, *Staying Open: universities worry about the strain on academic freedom in the face of classified research* – Scientific American, September 2002, p. 10

intensidade com a qual se agita simultaneamente a bandeira americana e os sucessivos espantalhos externos.

### **Governança corporativa**

As novas tecnologias estão permitindo uma concentração real de poder como não se conhecia. E uma excessiva concentração de poder nunca é saudável para a sociedade. Neste sentido, sem dúvida, é importante se preocupar com a dissimetria de poder que se gerou no caso norte-americano, quando este poder concentrado está baseado numa articulação de segmentos religiosos particularmente conservadores, de setores militaristas tradicionais e de grandes corporações transnacionais. É fácil ser anti-americano, como é fácil ser pro-americano. Hoje, no entanto, com o encolhimento do planeta e a globalização, temos de ser pro-humanidade, e entender os desequilíbrios que podem nos ameaçar.

Um fator chave destes desequilíbrios é a corporação. Não estamos falando da iniciativa empresarial em geral, mas no mega poder econômico das grandes corporações que hoje controlam a política, dominam os meios de comunicação, mas não prestam contas a ninguém exceto os acionistas, que por sua vez só olham os resultados econômicos, a „bottom-line”, o lucro a qualquer custo.

O caso Enron é neste sentido emblemático, pois além do gigantesco poder econômico e político que concentrava, tinha como único controle uma empresa de auditoria financiada por suas consultorias. Antigamente, o dono de uma empresa até que zelava para que o seu nome não fosse jogado na lama por práticas ilícitas. Hoje, com o gigantismo empresarial, e a separação da propriedade e da administração, há uma diluição geral de responsabilidades que leva a um vale-tudo empresarial que não podemos mais ignorar. A Enron, festejada como empresa-modelo pela Harvard Business Review, apresentando-se como exemplo de „responsabilidade social”, tinha no momento da quebra uma rede de 1800 empresas fantasmas para manipulações e fraudes financeiras. Não é à toa que Paul Krugman considera que a implosão da Enron constitui um fato historicamente mais importante do que o drama das torres de New York.

As grandes empresas de especulação financeiras – os chamados „investidores institucionais”, manejam centenas de bilhões de dólares, não dêles, mas de milhões de poupadores. Isto confere aos especuladores uma alavanca de poder financeiro sem precedentes na história. Veja-se o caso da Argentina: uma grande financeira americana pede empréstimos em peso aos bancos argentinos, que abrem generosamente os cofres, pois não se nega empréstimos a uma grande financeira americana. Com os bilhões emprestados, a empresa compra dólares no mercado local. A Argentina (um país) tem reservas em dólares da ordem de 15 bilhões de dólares. O investidor institucional (uma empresa) tem 180 bilhões. Gera-se no mercado argentino uma corrida pelo dólar, esgotam-se as reservas, o sistema bancário é obrigado a fechar. Quando reabre, o dólar, que estava a 1 por 1 com a moeda americana, está a 3,5 pesos por dólar. O investidor revende um parte dos seus dólares a 3,5, paga os seus empréstimos em pesos aos bancos argentinos, com juros e tudo pois é uma empresa honesta, e leva para cada bilhão empatado um lucro de uns 600 milhões de dólares, sem ter produzido um par de sapatos. É o casino global. O mecanismo é exposto pelo responsável da empresa, sr. El-Erian, em

entrevistas na imprensa, pois mostra como o acionista norte-americano foi bem servido nos seus interesses.

O detalhe dos mecanismos pode ser lido no livro do prêmio Nobel de economia, Joseph Stiglitz, que na qualidade de economista-chefe da Casa Branca e depois do Banco Mundial, acompanhava em detalhe este tipo de operações (em particular na Ásia), se demitiu, e escreveu um livro demolidor, „Globalization and its Discontents”. Stiglitz não é uma pessoa de esquerda, é uma pessoa consciente que não quer participar de uma mecanismo que desarticula as economias, prejudica os processos produtivos, e gera instabilidade internacional.

É importante notar o surgimento de um conjunto de teóricos de primeira linha que adotam uma visão fortemente crítica, mas não têm origem na esquerda tradicional. É o caso certamente de Stiglitz, mas também de David Korten, com o seu excelente estudo „When Corporations Rule the World”. Korten tem como origem o movimento social, e a experiência na Usaid, e também passou a denunciar o sistema de poder gerado pelas corporações. Jeremy Rifkin, com o seu „The Age of Access”, onde analisa o controle da cultura pelas corporações, ou o comportamento ambiental de empresas como a Monsanto, tampouco faz parte da esquerda no sentido tradicional. Lawrence Lessig, que estuda no seu „The Future of Ideas” o processo de controle sobre os conhecimentos, Hazel Henderson com os seus estudos sobre a necessidade de ir além da competição e de se buscar os processos colaborativos, Juliet Schor com os seus estudos sobre „The Overworked American”, todos fazem parte de uma corrente que não se interessa muito pelas visões tradicionais estatistas ou privatistas, e têm consciência da necessidade de construir dinâmicas sociais e econômicas inovadoras.

Joel Bakan escreveu um livro particularmente interessante, *The Corporation*. Bakan é um pragmático, constata que a corporação „tends to be more profitable to the extent it can make other people pay the bills for its impact on society”. O resultado é por exemplo a obesidade que hoje envolve cerca de 30% das crianças norteamericanas, enquanto as empresas de fast-food batalham a instalação dos seus pontos de venda dentro das próprias escolas. Lester Brown, numa visão ampla, constata que „the Western industrial development model – that is, the fossil-fuel-based, automobile-centered throwaway economy” leva a um beco sem saída: „We are over-consuming the Earth’s natural capital, forests are shrinking, fisheries are collapsing, water-tables are falling, soils are eroding, grasslands are deteriorating from over-grazing. This over-consumption of natural capital artificially inflates economic output, including good output. We are developing a bubble economy”<sup>5</sup>.

A grande corporação, ao articular poder econômico, controle político e manipulação da informação, tornou-se assim uma ameaça de primeira ordem. Como as corporações gastam um trilhão de dólares por ano em marketing, sendo assim responsáveis pelo sustento econômico dos meios de informação, o que realmente acontece no mundo corporativo atinge raramente os meios de comunicação de massa. O processo tem uma faceta irônica, pois somos nós que pagamos esta publicidade, cujo custo está embutido no preço que pagamos pelos produtos. De certa forma, pagamos para que nos enganem.

---

<sup>5</sup> Lester Brown – World in Balance: Voices of Concern – [www.pbs.org/wbgh/nova/worldbalance/voic-brow.html](http://www.pbs.org/wbgh/nova/worldbalance/voic-brow.html)

Duas considerações se impõe neste campo. Primeiro, é que não podemos mais descartar a onda crítica que se levanta como sendo de esquerdistas frustrados, de gente do passado. Trata-se de um movimento profundo de indignação que se levanta progressivamente a partir das mais variadas áreas científicas e empresariais. Segundo, nada disso se resolve na tradicional divisão do universo em bons e maus: temos de entender as dinâmicas, separar o joio do trigo, e buscar soluções diversificadas numa sociedade mais complexa.

### **Governança global**

O planeta está maduro para algum tipo de governança global. Os sistemas de especulação financeira, atividade que se globaliza tão facilmente com as novas tecnologias, estão simplesmente desarticulando o processo básico do desenvolvimento econômico, que consistia no circuito trabalho – produção – lucro – investimento – salários – consumo – produção e assim por diante. E não existe banco central mundial, o que leva a um caos onde lucra o mais forte, e não o mais produtivo, e quebram as economias frágeis, que são as que mais precisam evoluir para equilibrar o sistema mundial. O fato de um Soros ou um Gates jogarem milhões de dólares aqui e ali para os pobres não muda nada no sistema.

O controle mundial da mídia, hoje na mão de meia dúzia de magnatas, constitui outro problema chave, pois um planeta desinformado gera apenas cidadãos impotentes e perda de capacidade de organização social. Os Estados Unidos reinam nesta área. A Índia e a China representam 40% da população do planeta, e o que lá acontece, neste pequeno planeta, nos interessa a todos. Praticamente nunca aparece nada nos sistemas de comunicação sobre estes países. Perdemos até a noção de quanto somos desinformados. O mais trágico, quando não sabemos algo, é que se trata de dimensões da realidade que simplesmente desconhecemos, e portanto não temos consciência do vazio.

O crime organizado tornou-se planetário. Isto envolve desde os traficantes de droga, que destroem centenas de milhões de vidas, até os bancos que lavam o dinheiro – alguns dos que agora respondem a processos são American Express, CityGroup e empresas deste porte – ou os produtores de armas de pequeno porte, que alegam ser honestos produtores e comerciantes – *we don't pull the trigger*, dizem, indignados – ou ainda os que vendem materiais radioativos. Os Estados Unidos são responsáveis por 48% das exportações de armas no mundo. O que se colhe com este tipo de semente? Uma avaliação do Business Week sobre o uso do e-commerce nos Estados Unidos é de que 70% das transações envolvem atividades anti-sociais ou criminosas. Organizar redes mundiais de crime tornou-se hoje tão prático...<sup>6</sup>

A lista é longa. Não há como salvar os mares sem uma política mundial, não há como prevenir o aquecimento global, proteger a água, controlar determinadas doenças. O fato é

---

<sup>6</sup> Dados da imprensa internacional. Os 48% referentes às exportações de armas estão nos anuários das Nações Unidas. Sobre o uso criminoso da internet, ver o artigo de capa de Business Week, 2 de setembro 2002: “*North of 70% of all e-commerce is based on some socially unacceptable if not outright illegal activity*”. O artigo menciona fraudes financeiras, exploração de crianças, receitas médicas ilegais, produção de passaportes e carteiras de identidade, pirataria etc. Curiosamente, o assédio comercial que enche de lixo as nossas caixas postais (reais ou virtuais) não é mencionado como ilegal.

que a globalização dos problemas atingiu um nível em que não é mais possível postergar o desenvolvimento de instrumentos de governança planetária.

Há algumas filosofias básicas de construção da governança planetária. A União Européia criou uma visão de aproximações negociadas entre países, com consultas democráticas que permitem por exemplo que hoje a Dinamarca e a Inglaterra participem da União mas não aceitem a moeda comum. Trata-se de um processo de articulações horizontais. Surgiu, é preciso dizer, de condições muito específicas, e em particular dos imensos massacres da primeira e segunda guerras mundiais, que geraram a dinâmica necessária para um “basta”.

Uma outra visão surgiu nos últimos anos, que busca repensar as organizações multilaterais no sentido de assegurar a governança global. Na essência, a proposta consiste em se reformular o conselho de segurança da ONU, ampliando-o, para formar um tipo de executivo mundial. As grandes agências financeiras internacionais, o FMI, o Banco Mundial e o BIS (banco internacional de compensações, de Basiléia), formariam um tipo de banco central mundial. A assembléia geral da ONU, reformulado para assegurar melhor representatividade, formaria um tipo de parlamento mundial. E as agências especializadas, como a FAO, UNESCO, UNICEF etc., formariam ministérios especializados em agricultura, educação e assim por diante.

Uma mega-burocracia mundial resolveria? Os mais de 50 anos de funcionamento da ONU, e até os vinte anos da SDN (Sociedade das Nações) antes disto, mostraram que uma burocracia deste tipo depende das forças políticas, econômicas e militares reais que estão por detrás das tomadas de decisão.

Outra tradição, mais antiga, nos vem de Bismarck, que para transformar as províncias alemãs em país, começou em 1866 com um mercado comum – o *Zollverein*, tipo de Alca da época – para depois, ao provocar a guerra com a França, juntar todos debaixo das asas da Prússia, *contra o inimigo comum*. Assim a potência maior absorve as outras, num processo simultaneamente econômico, político e militar, onde a lógica é imposta pelo mais forte.

Os americanos, ao que tudo indica, conhecem Bismarck, e já têm a resposta. Num longo artigo, a revista Time coloca claramente a vocação dos Estados Unidos para liderar o mundo. A razão invocada é simples: *we have earned it*, nos o fizemos por merecer. Os Estados Unidos terão a força suficiente? E basta ser mais forte? A que ponto a visão simplificada do mundo dos americanos poderia se tornar um modelo padrão para o planeta, com as suas imensas diferenças culturais, os seus desníveis econômicos?

A análise do mundo realmente existente sugere outros caminhos. Uma coletânea de estudos sobre a “democracia cosmopolita”, intitulada *Re-imagining Political Community*, constata-se que praticamente todas as organizações do planeta, grandes ou pequenas, políticas ou econômicas, privadas ou públicas, e em particular as organizações da sociedade civil, estão tecendo um emaranhado impressionante de relações planetárias. Revisando os acordos internacionais da PUC de São Paulo, constatamos que em 2000

esta universidade tinha realizado cerca de 1500 ações de cooperação internacional. Hoje qualquer ONG tem um sistema cada vez mais rico de relações internacionais. Qualquer hospital mais desenvolvidos tem uma rede de intercâmbio de médicos, de trocas tecnológicas e assim por diante. A coletânea mencionada sistematiza este tipo de transformações, e desenha o que chamou “*the proliferating networks of an ever more interdependent world*”, a proliferação de redes de um mundo cada vez mais interdependente.

Nesta visão, “para adquirir a legitimidade e apoio de que necessitam para se manter, mecanismos de governança que produzam resultados evoluirão mais provavelmente a partir de um processo de baixo para cima do que de cima para baixo.”<sup>7</sup>

Em outros termos, o que se coloca é a construção da democracia planetária, e da articulação em rede dos mais diferentes atores sociais, e não apenas de uma visão internacional ou multi-lateral. As organizações da sociedade civil têm avançado rapidamente neste sentido, como se constata nas reuniões do Fórum Social Mundial e na visão de que “um outro mundo é possível”.

Mas a realidade, de forma geral, é que a construção de uma capacidade de governança planetária, de rearticulação do processo caótico e destrutivo que preside às nossas transformações e que os fundamentalistas tecnocráticos chamam educamente de neo-liberalismo, torna-se cada vez mais urgente, e a nossa impotência institucional é cada vez mais preocupante.

Os desafios do planeta são dramáticos. A economia se globalizou em grande parte, enquanto as políticas econômicas continuam segmentadas em nações. Os sistemas internacionais herdados de Bretton Woods se propunham articular e enfrentar de maneira ordenada diferenças entre *nações*, e não funcionam para os espaços globais. As polarizações entre ricos e pobres se aprofundam, acrescentando à exclusão econômica a exclusão digital. A vida nos mares está sendo destruída. O aquecimento global já não é mais uma dúvida, e não se consegue tomar nenhuma medida. Frente ao caos que gradualmente se instala, a questão não é denunciar os Estados Unidos. A questão é que o planeta não pode prescindir de um Estados Unidos democrático, e contribuindo ativamente para a governança global. O mínimo que se pode dizer, neste início de milênio, é que não estão contribuindo.

## **Identidade e cultura**

Somos seres culturais, e a cultura é um processo social. Nos processos culturais, as dinâmicas racionais intervêm relativamente pouco. Ou em todo caso muito menos que

---

<sup>7</sup> James Rosenau, *Governance and Democracy in a Globalizing World*, p. 33; in Daniele Archibugi, David Held & Martin Kohler, *Re-imagining Political Community*, Stanford University Press, California 1998. No original, o texto de Rosenau é: “In order to acquire the legitimacy and support they need to endure, successful mechanisms of governance are more likely to evolve out of bottom-up than top-down processes”.

pensamos. E a cultura é também muito mais poderosa do que em geral pensamos. Estamos todos correndo, e nos matando de trabalho, e ninguém pára para perguntar: para onde estamos correndo?

Andres Duany, um urbanista que mandou às favas incorporadoras e empreiteiras, (lembrem de *The Truman Show*? Foi rodado em Panama City, desenhada por ele), começou a desenvolver bairros onde se misturam residências e serviços, onde não precisamos ser escravos do volante, com pequenos espaços agradáveis de convívio diário, e de distâncias pedestres ("*pedestrian-friendly neighbourhoods*"), onde se busca menos demonstrar o sucesso individual do proprietário, do que reforçar o ambiente comunitário: "O sucesso, comenta Duany, não consiste apenas em dizer 'Minha casa demonstra mais bom-gosto', e sim 'Minha filha tem mais amigos do que antes.'"

Estamos todos cada vez mais cansados de uma vida cheia de carros, de violência, de desperdício, de poluição. No entanto, as mega-empresas que dirigem a política e as orientações econômicas mundiais passaram igualmente a controlar os meios de comunicação, e orientam sistematicamente os nossos comportamentos para uma civilização da competição, da correria, da dominação, do sucesso, do consumismo desenfreado. É tão mais fácil manipular o consumidor, do que inovar nos processos e nos conteúdos da produção...

A lógica do processo não nos leva a ser contra as empresas, contra as atividades econômicas, e sim torna claro que as atividades econômicas não podem ser apenas regidas pelo lucro. Sem um sólido contrapeso de sociedade civil organizada, que faça predominar o interesse prosaico da nossa felicidade interna bruta, estaremos nos dirigindo rapidamente para uma catástrofe nos planos social, ambiental e econômico.

As formas de organização do nosso cotidiano nos aparecem como opções *nossas*, e as mensagens de propaganda insistem diariamente em como são *nossas* estas opções, como são *naturais*. Se fossem tão naturais, não seriam necessários os bilhões de dólares de publicidade para induzí-los. E se não funcionassem, estas mensagens não seriam financiadas pelas empresas que empurram os seus produtos, a sua visão de mundo. É muito curioso como se trata, de forma generalizada, de substituir produtos compráveis às pulsões naturais: a imagem do carro aparece deslizando suavemente numa pequena estrada de campo, com rios, cachoeiras, verde, coisas que as corporações da manipulação sabem perfeitamente serem poderosas e autênticas. Mas o resultado vai ser um carro, e milhões de patetas sentados um atrás do outro num engarrafamento.

Acho que subestimamos dramaticamente o peso que tem sobre o nosso cotidiano a individualização de como suprimos às nossas necessidades, o processo de atomização social. A família na visão corporativa é uma unidade básica de consumo. A comunidade é um desperdício. No universo social atomizado que se foi constituindo, a comunidade se isolou em famílias. A família ampliada, cheia de tios, avós, priminhas inesquecíveis, aquela saudável bagunça que ainda encontramos em universos menos "capitalizados", foi substituída pela família nuclear, contanto apenas com pais e filhos. Como ninguém aguenta o universo familiar claustrofóbico que se foi constituindo, os casais se separam.

Nos Estados Unidos, apenas um quarto dos domicílios tem pais e filhos: a ampla maioria já abriga indivíduos isolados, mães chefes de família e semelhantes. Em cada apartamento, ou casa de subúrbio, a mesma prosperidade de carro, geladeira, televisão, computador. E a mesma solidão.

Como somos simultaneamente bombardeados por uma imagem social de sucesso, os que aguentam mantêm entre marido e mulher, e entre pais e filhos, um semblante de convívio civilizado, repleto de hipocrisias que não resultam do fato das pessoas serem naturalmente hipócritas, mas do simples poder da imagem idílica que nos aparece em cada novela, em cada publicidade, em cada filme, de pais jovens e loiros se amando muito, e amando muito os seus dois filhinhos loirinhos, e pintando a sua casinha com aquela tinta que deixa a casa mais branca. Tudo isto gera um profundo sentimento de artificialidade, e resulta em uma humanidade solitária e infeliz. O filme *Beleza Americana*, ainda que exagerado e simplificador, reflete bem este universo absurdo.

O ser humano não pode ser minimamente feliz se restringir o seu convívio social à família nuclear – que termina implodindo – e à relações funcionais e tão frequentemente artificiais da profissão. O que *Beleza Americana* reflete, é um gigantesco sentimento de asfixia social que nos foi rigorosamente imposto por um sistema de acumulação consumista grotesco e sem sentido.

Nos solitários masturbadores eletrônicos a que se busca nos reduzir, já não há espaço para o esporte, para a música, para mil formas de convívio social. Uma geração inteira entra no mundo da imagem, onde o livro não tem mais função. O esporte não é mais um lazer onde qualquer gordinho pode se permitir de tirar as suas roupas de *importância*, e correr desajeitado atrás da bola junto com cupinchas do bairro: esporte é uma coisa que a gente assiste, sentado no sofá, comendo salgadinho, vendo como atletas musculosos e maravilhosos fazem coisas maravilhosas.

A música não é mais o grupinho afinado ou desafinado que toca em volta de uma cerveja, na esquina: é um CD que roda a maravilhosos cantos de Pavarotti, ou as mesmices da MTV, transmitidos por auriculares individuais para um solitário *joggista* que caminha sozinho e silencioso pelos parques, *exercitando-se*. O esporte virou verbo reflexivo, como reflexivos se tornaram a música, o sexo. A praça já não é um espaço de convívio, e se ficarmos sentados durante um tempo no banquinho, é provável que nos considerem um desempregado, e seguramente alguém virá pedir-nos documentos. O baile do bairro já não existe, pois temos diariamente um prato cheio de mulheres pneumáticas e que dançam para nós, se achando o máximo por agitarem com perícia uma bunda a centímetros da câmara, imaginando que nos encham de desejo e felicidade. A própria igreja, onde íamos, a bem da verdade, mais para ver as meninas todas arrumadinhas, do que propriamente pelos sacramentos, mas que constituía um espaço importante de construção de valores, de expressão espiritual, transforma-se num processo de manipulação eletrônica, porque desgarrado do bairro, da comunidade, do cotidiano real das pessoas.

Milhões de homens e mulheres assistem diariamente às novelas que lhes emprestam um pouco de vida, na falta de vida própria. Em vez de procurar um parceiro, sonham com as proezas dos seus ídolos eletrônicos. Não é mais novela, é a tua vida, *você decide*. É a vida por empréstimo, a vida que se assiste, em vez de vivê-la. A dimensão é muito ampla. Milhões de cartazes espalhados pelo mundo afora, em cada esquina, em cada estabelecimento comercial, bombardeiam-nos incessantemente com mulheres mais ou menos nuas, sugerindo com olhar orgásmico a imensa felicidade que teríamos se comprássemos um novo eletrodoméstico. É inocente, em termos de nossa felicidade cotidiana, este permanente desvio de pulsões afetivas para comportamentos aquisitivos?

Esta visão de uma mudança radical qualitativa, envolvendo uma nova cultura do desenvolvimento e da atividade econômica, é essencial. Até hoje, forças progressistas têm se concentrado na eficiência maior da sua proposta, ou na sua maior justiça redistributiva. É muito difícil redistribuir quando a cultura da desigualdade permeia o próprio conteúdo da produção. Se as mega-empresas erigem um mundo idiota, devemos socializar a idiotice?

Quando processos culturais se tornam a dinâmica determinante dos processos econômicos, é provável que tenhamos de pensar de maneira mais ampla, as próprias alternativas à cultura que foi gerada. O que estamos buscando, na realidade, é uma alternativa de civilização.

### **Ventos de mudança**

A vida não precisa ser absurda. Além do mais, as corporações, o mercado, os interesses privados, só têm sentido se estão a serviço de uma vida melhor, e não se nos colocam a serviço das suas necessidades de acumulação, ainda sugerindo que devemos ser gratos porque nos dão empregos.

Sabemos que, frente a um campinho arborizado no meio da cidade, o empresário fica indignado que alguém ainda não tenha pensado em construir um shopping. Outro já visualisaria um estacionamento, enquanto o publicitário acharia simplesmente ridículo as pessoas do parque não irem para casa, onde poderão, instaladas confortavelmente no sofá, ver imagens lindíssimas de parques distantes, entre um anúncio e outro. Não há maldade. Eles buscam maximizar o seu dinheiro, com muita competência técnica, e nenhuma inteligência da vida. Nós, como sociedade, é que devemos nos organizar para retomar as rédeas do processo, para deixar aos nossos filhos um universo menos violento, menos burro, mais humano.

Recentemente, fui dar um curso no Recife. O mesmo centro da cidade onde trabalhei em 1963, está sofrendo uma transformação radical: os prédios foram recuperados, no seu esplendor de arquitetura antiga. As praças estão limpas, iluminadas, arborizadas. O porto está sendo aberto ao público, transformado em espaço de lazer. As estreitas ruas do centro velho são hoje uma sucessão de bares, restaurantes, com mesas nas calçadas largas, o trânsito desviado. Uma orquestra toca música ao vivo no meio da rua, um grande baile popular agita casais que redescobrem espantados o ritmo, a agitação, a

gargalhada, o interesse uns pelos outros. É toda semana, não é preciso esperar o carnaval uma vez por ano. Carnaval que aliás passou a ser muito mais uma indústria televisiva, uma coisa que se *assiste*, do que uma oportunidade de bagunça generalizada. No Recife, as pessoas já não esperam para *se ver na Globo*.

Apesar das grandes corporações da mídia, milhares de comunidades pelo planeta afora estão criando rádios comunitárias, televisões comunitárias, que permitem a promoção de ações e eventos locais, servem de articulação das iniciativas dos mais diversos grupos, fazendo programas com as próprias crianças do bairro, assistidos gostosamente pelas famílias que reconhecem os seus. A Xuxa é tão indispensável? Os magnatas da mídia e da política que controlam a comunicação no Brasil bem sabem o perigo desta tendência, denunciando diariamente as "rádios pirata", sugerindo que são as comunidades que se dotam de instrumentos de integração comunicativa que causam a queda de aviões...No mundo do *vale tudo por dinheiro*, realmente vale tudo.

Milhões de pessoas pelo mundo afora estão deixando de colocar o seu dinheiro nos bancos privados que servem a mecanismos mundiais de especulação, e afluindo para os bancos comunitários de diversos tipos, como o Grameen na Ásia, ou o banco Portosol de Porto Alegre, que estão surgindo com tanto rapidez pelo planeta afora. Um banco oficial como o Banco do Nordeste hoje está generalizando o crédito a micro-produtores, crédito simplesmente garantido pela palavra de quem o toma, e organizado por centenas de agentes de crédito comunitário que atuam nos municípios mais recuados do Nordeste. Pobre tem palavra, e a inadimplência é inferior a 2%. A corporação, em compensação, tem advogados, e interesses.

Milhões de pessoas no planeta estão passando a consumir segundo critérios de responsabilidade social e ambiental, evitando nos supermercados e nas lojas produtos associados com trabalho infantil, com agro-tóxicos. O fenômeno é suficientemente poderoso para que milhares de empresas busquem hoje reconstruir a sua reputação, batalham o direito ao "selo verde" nos seus produtos, ao selo de empresa amiga da criança da Abrinq e um sem-número de iniciativas semelhantes.

Já se constituiu um movimento poderoso de pessoas que exigem dos seus bancos, das empresas de investimento onde colocam as suas poupanças, que o dinheiro não seja aplicado em empresas que prejudicam o meio ambiente, que comercializam armas e assim por diante. O movimento Transparência Internacional, hoje existente em 77 países, obteve a exclusão de dezenas de grandes empresas de qualquer financiamento que envolva recursos do Banco Mundial, por uso de corrupção para obtenção de contratos.

Milhões de pessoas idosas, membros da chamada terceira idade, frequentemente confinados num tipo de *sala de espera* nos apartamentos ou casas urbanos, estão descobrindo que podem, individualmente, ou organizados em grupos e associações, passar a utilizar as décadas de vida útil que têm pela frente ajudando a gerir a comunidade a que pertencem, animando espaços de lazer e de cultura, organizando o enraizamento comunitário de saúde preventiva, contribuindo para arborizar os bairros, e assim por diante. Podem (e apenas *podem*) não dominar as últimas tecnologias

cibernéticas, mas têm um imenso conhecimento humano, que é o que mais falta, e um formidável capital de tempo disponível.

Iniciativas deste tipo estão permitindo um resurgir de iniciativas econômicas locais. Presas durante longo tempo na visão de que o emprego *surgirá* de uma General Motors ou outra multinacional, ou de um *trem da alegria* de algum político corrupto, as comunidades estão descobrindo o potencial da auto-organização. Paul Singer, que tanto nos deu em termos de análises econômicas, hoje arregança as mangas e ajuda na formação de cooperativas pelo país afora. Os prefeitos dos municípios do Grande ABC, na periferia de São Paulo, organizaram uma câmara regional que permite dinamizar atividades da pequena e média empresa, articulando os esforços das prefeituras, das empresas, dos sindicatos, do Sebrae e de diversas universidades, para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de pequenos negócios. E os pequenos negócios são diferentes, pois não constituem uma corporação que tanto pode chegar como sair, criar como destruir empregos, segundo variações de taxas de juro em algum país distante. As pequenas empresas têm dono, bairro, identidade, não são *sociedades anônimas*. Fecham também, mas abrem-se outras, e podemos muito bem criar contextos favoráveis à sua viabilização

Particpei de uma reunião internacional organizada pela Unicef, no sul da Italia. Foram apresentadas centenas de experiências de renovação urbana que têm por foco a criança, que também é cidadã. Muitas cidades já têm conselhos consultivos infantis junto às prefeituras, devendo ser consultados sobre todos os projetos arquitetônicos significativos para os seus interesses. Resultam coisas eminentemente práticas: descobriu-se que 50% das crianças não entendem os sinais de trânsito. Em consequência, está-se redesenhando os sinais com as crianças, para que possam entendê-los. Marcam-se nas calçadas e ruas *trajetos seguros* para facilitar a movimentação autônoma das crianças pela cidades. Sob pressão de movimentos de crianças, frequentemente com apoio de organizações de professores, estão sendo recuperadas praças invadidas por automóveis e transformadas em estacionamento, e substituídas por praças de verdade, com bancos, verde, água, espaços de socialização, de humanização.

Não é o caso, neste pequeno estudo, de elencar o universo que está se descortinando, com a descoberta, pelas pessoas, de que são pessoas, são sociedade, têm direitos. De que são cidadãos, e não apenas clientes. Quem tiver interesse e vontade, poderá associar-se a iniciativas que hoje existem praticamente por toda parte. Quem quiser conhecer, encontra hoje um grande número de estudos, de sites na internet, de publicações alternativas. O movimento já é planetário, ainda que amplamente desconhecido por quem acha que a realidade é só o que aparece nos grandes meios de comunicação.

O essencial, para nós, é mostrar que o cidadão comum não é necessariamente impotente. Pode votar com o seu bolso na hora da sua compra, com a sua poupança na hora da aplicação financeira, com o seu trabalho voluntário na hora de apoiar organizações da sociedade civil que estão surgindo por toda a parte. É impressionante o número de pessoas que preferem optar por um salário menor em organizações do terceiro setor, e socialmente útil, do que passar a vida tentando ostentar um sucesso individual vazio.

O malestar que sentimos não é necessariamente de esquerda ou de direita, não é necessariamente de rico ou de pobre, de país desenvolvido ou subdesenvolvido. É um malestar civilizatório, ou cultural no sentido mais amplo deste termo. O ser humano abriu a caixa, libertou fantásticas tecnologias, imensos potenciais científicos. Mas as suas necessidades continuam sendo prosaicamente humanas. Adaptar as tecnologias e o potencial econômico, para que sirva às necessidades humanas, esta é a tarefa simples e imensamente complexa com que nos defrontamos. Esta tarefa não exige mais produtos, exige mais iniciativa e organização, exige mais inteligência social. E não depende, fato de imensa importância, da espera pela chegada ao poder de uma classe ou de um personagem redentor. Inclusive, é provável que não surgirá um poder político diferente enquanto não construirmos pela base uma sociedade que se rearticule e reassuma as rédeas do seu desenvolvimento.

A verdade é que precisamos reencontrar o equilíbrio. O sistema conseguiu gerar uma realidade monstruosa, através de segmentações doentias. Conseguimos separar a atividade econômica dos seus efeitos ambientais, sociais e culturais. Isolamos a teoria econômica da filosofia e das ciências sociais e políticas. Geramos um personagem doentio, o tecnocrata monofásico centrado no lucro. E este personagem, pela sua própria posição nas mega-empresas do planeta, e pelas tecnologias que maneja, dispõe de um grande poder para aplicar o sistema, mas nem sempre para alterá-lo.

O universo dominado pelo dinheiro, pelo lucro, pela comercialização e pela publicidade tem de reencontrar o seu eixo, de estar a serviço da vida, e não nós a serviço dele. E a economia, como ciência, tem de deixar de ser um instrumento obscuro de manipulação e de justificação de interesses absurdos, para voltar a se colocar a serviço da humanidade.

Abrimos este capítulo com uma citação de Allan Bloom, um professor americano nada extremista. Podemos fechar com êle: *"Para resumir, a vida foi transformada numa fantasia masturbacional ininterrupta, pre-empacotada comercialmente. Esta descrição pode parecer exagerada, mas somente porque alguns preferem considerá-lo assim."*

Não é o espectro da foice e do martelo que ronda hoje as mega-empresas do dinheiro, da mídia, da especulação, da manipulação, e os seus eternos suportes políticos. É uma rejeição cultural, é o imenso saco cheio de uma sociedade que quer outra coisa, e está arregaçando as mangas.

## Epílogo

É bonita a palavra, *epílogo*. Quase esquecida. Mas como este livro busca bagunçar de maneira irreverente a objetividade exagerada da ciência, introduzindo a subjetividade das vivências, me pareceu útil este comentário final, um tipo de repensar o pensamento.

Eu gosto de queijo branco, dos diversos tipos de queijo fresco, ricota, o que seja. No pequeno espaço da minha sacada, tenho orégano, alecrim, manjeriço, cebolinha, salsa, pimenta, essas coisas. Sempre gostei de comer bem. Sobre uma boa fatia de pão italiano, coloco o queijo, um pouco de orégano, de manjeriço, um pouco de pimenta do reino moída na hora. No topo, alguns grãos de sal grosso. Não é um grande investimento. Não me custa muito caro. O prazer é muito grande.

É naturalmente uma atitude que deve causar profunda irritação ao empresário centrado nas economias de escala, na eficiência e na competitividade. E realmente, o supermercado me oferece o mesmo queijo branco com *fines herbes* já preparado, preembalado num casulo de plástico, 140 gramas por unidade, pela soma de quatro reais e cinquenta centavos. Primeiro, como as grandes empresas de queijo pagam cerca de 10 centavos por litro de leite aos produtores, o casulo de plástico deverá conter algo como 5 centavos de queijo e ervas. Não me agrada pagar mais de quatro reais por isso. Mais importante, no entanto, é que eu não preciso que uma empresa me encha de produtos preembalados para me "poupar tempo". Eu não quero passar a vida correndo para ganhar dinheiro para comprar as coisas que me poupam tempo. E não me desagradaria irritar este tipo de empresário.

Nem tudo pode ser feito em casa, e os extremismos não levam a grande coisa. Às vezes gosto de colocar algumas gotas de azeite em cima do queijo, azeite que vem de Portugal, é preembalado e vale a pena. Mas ultimamente, estou usando um cheiroso azeite de Giovinazzo, do sul da Itália, de uma região que conheci nos tempos em que trabalhava nos trens. Me é agradável saber que este azeite é de uma cooperativa, que por trás estão famílias tradicionais que de azeite entendem tudo.

O absurdo da filosofia que nos rege cabe num parágrafo. A dinâmica do sucesso sugere que a cooperativa de famílias tradicionais seja comprada por uma grande empresa de oleaginosas, que introduzirá o *jus-in-time*, substituirá o aroma característico da azeitona deste lugar por um gosto mais brando capaz de atingir o *consumidor médio*, despedirá os velhos que defendem formas tradicionais de produção, montará uma organização eficiente onde todos se matarão de trabalho num clima permanente de insegurança, e farão para promover o novo produto uma ampla campanha publicitária onde aparecerá um *típico* velho italiano de boné afirmando como é *tradicional* tudo o que está sendo feito. Porque o *big-business* quebra o que existe, mas não é burro..

A verdade é que entre queijos, amores, e trabalho, não necessariamente nesta ordem, vou reconstruindo a minha vida. Do choque inicial que foi, na minha adolescência, ver as crianças miseráveis de Recife, à indignação que hoje sinto frente a 12 milhões de crianças que morrem no mundo, anualmente, de causas ridículas, houve uma mudança profunda, ou talvez uma volta. Foi uma volta ampla, de uma visão emocional e raivosa, pelos caminhos secos e estéreis dos modelos macro-econômicos, até rearticular hoje uma

visão mais informada, mas sobretudo mais humana. Mantive a indignação, e trago hoje a convicção que os complexos argumentos que justificam o adiamento de um salário digno, da ajuda a uma criança com fome, de um serviço de saúde decente, constituem, na sua essência, vergonhosas racionalizações de interesses que têm pouco sentido, e que nos levam a um impasse generalizado.

Toda a nossa sociedade está organizada em torno da luta, do sucesso, da busca vazia de ser um *vencedor*. Eu francamente, me sinto um vencedor quando pude passar uma manhã com meus filhos, ou com minha mulher, Fátima, firme e frágil. A minha própria mulher, como hoje dizem. Há uns tempos atrás, de férias em Toronto, onde vive o meu filho mais velho, ficamos jogando bola na grama. Toronto tem um campinho a cada meia dúzia de quadras, sem shopping. E se entra no campinho sem carteirinha de sócio, sem jóia, sem uniforme obrigatório. É um campo, onde seres humanos – pasmem – têm a mesma liberdade de entrar que os pássaros ou os cães. E não é sequer o gentil oferecimento das *Casas Toronto*. E o campo, pasmem mais ainda, não é aproveitado para imensas mulheres de papel explicando o que devemos comprar para sermos felizes. É cercado de árvores de verdade.

Eu, nos meus cinquenta bem avançados, apesar de sólidas tradições de jogador de futebol (há *várias* décadas), tinha de recorrer a diversas manhas e safadezas para derrubar os meus moleques que me driblavam sem o mínimo respeito. Com pouco tempo, sujo e com profunda convicção de que estava morrendo, fiquei estatelado na grama, vendo o imenso céu em cima, sentindo a grama fresca por baixo, sofrendo calado os xingamentos dos filhos frustrados. Momentos de felicidade como estes, ninguém me tira, não são como dinheiro. Fazem parte de uma coisa que estamos perdendo de vista, a tal da vida.

O mosaico reconstruído, para mim, não afasta a indignação e o sofrimento. Mas lhe dá sentido. Porque as emoções são boas, a ética é essencial, e as técnicas estão apenas a nosso serviço. Porque ao juntarmos as pedrinhas da vida, apesar de trincado, o mosaico da vida é um só.

## Sugestões de leitura

Bibliografias e notas de rodapé são coisas notoriamente chatas. Mas como muitas pessoas, espero, podem ter ficado interessadas em saber mais sobre alguns dos assuntos levantados, resolvi fazer um pequeno texto comentando leituras que abrem horizontes, coisas que acho que vale a pena ler. Na realidade, não há *tanta* coisa para se ler. Mais importante do que ler muito, hoje, é escolher bem o que se lê.

Antes de tudo, acho bom se fixar em autores, em gente de carne e osso que abrem caminhos. Ler Galbraith, por exemplo, obras como *A Sociedade Justa*, é enormemente estimulante. *O Dilema Americano*, de Gunnar Myrdal, é outro marco do nosso século, juntando análise econômica com visão ética e cultural. Um grande livro continua sendo *O Nosso Futuro Comum*, estudo coordenado por Gro Brundtland, e que coloca com clareza o imenso dilema da sobrevivência do planeta. Um autor que tem me estimulado muito é David Korten, que escreveu *Quando as Corporações Regem o Mundo*, e *The Post-Corporate World*, e que traça o círculo completo entre o poder descontrolado das megacorporações e as alternativas que surgem no século que se inicia. E há uma série de autores que cansaram de slogans ultrapassados, e constroem propostas e alternativas. Tentar fazer aqui uma listagem não teria sentido, mas excelentes pontos de partida são os trabalhos de Ignacy Sachs, que trabalhou em particular o conceito de *eco-desenvolvimento*, de John Friedmann que desenvolve a análise do *empowerment*, de Milton Santos que cruza os conceitos essenciais de *espaço, tempo e técnicas*, e tantos outros.

Mas há igualmente outra forma de chegar a bons estudos, que é de acompanhar os trabalhos de instituições que estão abrindo novos caminhos. Quem quiser aprofundar os seus conhecimentos do Terceiro Setor, por exemplo, poderá consultar a John Hopkins University na internet, endereço <http://jhu.edu> ou ainda o site <http://rits.org.br>, que é a rede de informações sobre o terceiro setor (rits). O instituto Pólis, uma ONG sediada em São Paulo, tem desenvolvido muitos estudos sobre as alternativas que surgem com o novo protagonismo da sociedade civil. O site é <http://www.polis.org.br>. A Fundação Abrinq tem desenvolvido um imenso trabalho em torno do problema da infância, mas está na realidade trazendo aportes em termos de formas de organizar parcerias para uma sociedade mais humana. Surgiram nos últimos anos organizações importantes de empresários com visão ética e humanitária: Cives, Ethos, Gife, PNBE apontam caminhos extremamente interessantes na linha da construção de uma nova cidadania e de um empresariado responsável. Municípios nas mais variadas regiões do país estão desenvolvendo formas renovadas, participativas e democráticas, de gestão pública: pode-se consultar experiências inovadoras de educação, saúde, administração e outras no site <http://web-brazil.com/gestaolocal> que reúne bases de dados do Cepam, Pólis, Abrinq, Snai-pt, Gestão Pública e Cidadania da FGV e outros. Um conjunto de personalidades e instituições criaram em fevereiro de 2000 a seção brasileira do movimento Transparência Internacional, chamado *Transparência Brasil*, permitindo agregar pessoas que, independentemente do espectro político a que pertencem, querem enfrentar a corrupção política e empresarial de maneira organizada. É importante dizer que a sociedade civil, pelo próprio fato de se organizar pela base e de forma muito descentralizada e dispersa,

tem relativamente pouca visibilidade, mas constitui um movimento poderoso que permite a qualquer pessoa, em qualquer cidade, começar a se articular para mudar as coisas. Mencionamos aqui algumas instituições, não porque sejam as únicas ou as mais importantes, mas para facilitar pontos de contato inicial.

Um terceiro eixo a se explorar, são os diversos relatórios internacionais. Antigamente, se escrevia livros mais ou menos definitivos sobre a situação internacional. Agora, com o ritmo de mudanças, uma série de instituições passou a publicar relatórios anuais que constituem um instrumento privilegiado de se acompanhar as transformações do planeta. Na linha de frente, está o excelente *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*, publicado anualmente pelo Pnud, e que pode ser conseguido em qualquer escritório das Nações Unidas ou no site <http://www.pnud.org/hdro>. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*, publicado para alguns anos, constitui também um excelente instrumento de estudo das dinâmicas sociais no Brasil, em particular o de 1996, que constitui um marco metodológico; encontra-se em <http://www.ipea.gov.br>. A Unesco publica a cada dois anos o *World Information and Communications Report*, com excelentes estudos sobre as transformações mundiais nas áreas das tecnologias da informação e da educação. O *World Trade Report* da Unctad, apresenta anualmente excelentes análises de tendências econômicas internacionais, com visão muito mais aberta do que os relatórios do Banco Mundial, os já tradicionais *World Development Reports*. Muito recentemente, passamos a ter a versão brasileira de *Le Monde Diplomatique*, [www.diplo.com.br](http://www.diplo.com.br), publicação mensal que constitui sem dúvida a melhor fonte de informação internacional hoje disponível.

Gostaria de mencionar também um livro de grande inteligência, o *History of the World*, de J.M. Roberts. A realidade hoje muda com tanta velocidade, a mídia nos atropela com tantas novidades sem passado nem futuro, que resgatar uma perspectiva histórica, um tipo de *pé-no-chão* informado, tornou-se essencial. E o livro de Roberts, além de gostoso de ler, é genial.

E não vamos esquecer o autor destas linhas, que acumulou vários estudos durante a sua vida profissional. Estes estudos estão disponíveis no site <http://dowbor.org>, organizados em artigos, livros, linhas de pesquisa, e notas de leitura. E um mural que permite ao leitor transmitir o seu interesse ou a sua irritação, de forma bastante democrática.

**Ladislau Dowbor**, é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo, e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de “A Reprodução Social”, editora Vozes 2003, e de numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social. Artigos e estudos disponíveis na *home page* <http://dowbor.org>